

DE OLHO NAS URNAS - CANDIDATURAS DE MULHERES E MONITORAMENTO DA IGUALDADE DE GÊNERO NAS ELEIÇÕES DE 2024

RELATÓRIO

DESAFIOS ENFRENTADOS POR MULHERES QUE SE CANDIDATARAM NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

Equipe de Pesquisa:

Alessandra Simões Reis Abraão
Aline Hack Moreira
Cláudia Maria Inácio Costa
Fernanda Sales França de Farias
Jully Anne Ribeiro da Cruz
Luciana Rodrigues de Oliveira
Najla Helen Graff de Araújo Santos
Rosely Maria dos Santos

Coordenadora da equipe:

Prof^a. Paula Gabriela Mendes Lima
Prof^a. Najla Franco Frattari



Expediente

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - Gestão 2022-2025

Angelita Pereira de Lima
Reitora

Luana Cássia Miranda Ribeiro
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Jesiel Freitas Carvalho
Vice-Reitor

Robson Maia Geraldine
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Israel Elias Trindade
Pró-Reitor de Graduação

Sauli dos Santos Júnior
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Felipe Terra Martins
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Maísa Miralva da Silva
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Helena Carasek
Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

PESQUISA

De olho nas urnas

Candidaturas de mulheres e monitoramento da igualdade de gênero nas eleições de 2024

Coordenação

Angelita Pereira de Lima

Vice-Coordenação

Dijaci David de Oliveira

Coordenação Técnica

Aline Hack

Ana Paula de Castro Neves

Coordenação de Comunicação

Luana Silva Borges

Coordenação Administrativa

Larissa Santos

Coordenação de Pesquisa

Giovana Dal Bianco Perlin

Najla Franco Frattari

Paula Gabriela Mendes Lima

Pedro Santos Mundim

Comunicação e Design

Bruna Schlindwein Zeni

Fausto André de Jesus Filho

Giovana Andrade de Almeida

Karynne Paula de Senna (the Karynne)

Natã Silva de Carvalho

Sabryna Moreno da Silva

Auxiliares de Pesquisa

Alessandra Simões Reis Abraão

Ana Carolina de Castro Bueno

Cláudia Maria Inácio Costa

Dandara Oliveira Lima

Fernanda Sales França de Farias

Gyzele Cristina Xavier Santos

Jully Anne Ribeiro da Cruz

Julyana Macedo Rego

Ladyane Katlyn de Souza

Lara Ramos Maciel

Luciana Rodrigues de Oliveira

Nara Livia de França Moraes

Najla Helen Graff de Araújo Santos

Pedro Luiz Soares

Roberta Viegas e Silva

Rosely Maria dos Santos

© **Desafios enfrentados por mulheres que se candidataram nas eleições municipais de 2020**

Resultados da 1ª fase da pesquisa “De Olho nas Urnas: candidaturas de mulheres e monitoramento da igualdade de gênero nas eleições de 2024”

Ano de publicação

2024

Pesquisadoras responsáveis

Najla Franco Frattari
Paula Gabriela Mendes Lima

Redação

Alessandra Simões Reis Abraão
Aline Hack
Cláudia Maria Inácio Costa
Fernanda Sales França de Farias
Jully Anne Ribeiro da Cruz
Luciana Rodrigues de Oliveira
Najla Helen Graff de Araújo Santos
Rosely Maria dos Santos

Revisão

Bruna Schlindwein Zeni
Luana Silva Borges
Roberta Viegas e Silva

Projeto Gráfico

Natã Silva de Carvalho
Karynne Paula de Senna (the Karynne)

Ilustrações

Karynne Paula de Senna (the Karynne)

Diagramação

Natã Silva de Carvalho

Financiamento e Apoio

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados
Observatório Nacional da Mulher na Política

Sumário

NOTA DA COORDENAÇÃO	5
1. APRESENTAÇÃO	8
2. INTRODUÇÃO	11
3. QUESTÃO PROBLEMA	12
4. MÉTODO DE COLETA	13
4.1. SELEÇÃO DAS PARTICIPANTES	13
4.2. COLETA DE DADOS	14
5. MÉTODO DE ANÁLISE	15
6. RESULTADOS	16
6.1. QUEM SÃO AS MULHERES QUE SE CANDIDATAM?	16
6.2. O QUE FAZ COM QUE AS MULHERES SE TORNEM CANDIDATAS?	19
6.3. VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO	24
6.3.1 "MACHISMO"	26
6.3.2 O LUGAR SOCIAL DA MULHER É NO ESPAÇO PRIVADO	27
6.3.3 AUSÊNCIA DA DIVISÃO DO TRABALHO REPRODUTIVO: A MATERNIDADE E OS RELACIONAMENTOS	30
6.3.4 COBRANÇAS DA VIDA PRIVADA E REFERÊNCIAS À APARÊNCIA	32
6.3.5 A PRESSÃO DAS REDES SOCIAIS	36
6.3.6 O ÔNUS DE SEMPRE TER QUE PROVAR QUE POSSUI CAPACIDADE E COMPETÊNCIA	37
6.3.7 DEBOCHES E BOICOTES DE IDEIAS	39
6.3.8 SOLIDÃO E A TEORIA DO OLD BOYS' CLUB	41
6.3.9 ASSÉDIO SEXUAL	44
6.3.10 FALTA DE TEMPO	45
6.3.11 MEDO E INSEGURANÇA NOS ESPAÇOS POLÍTICOS	46
6.3.12 SUB-REPRESENTAÇÃO	50
6.3.13 EXCLUSÃO DOS ESPAÇOS ESTRATÉGICOS	53
6.3.14 PRECONCEITO COM A JUVENTUDE	53
6.3.15 RACISMOS	58
6.3.16 QUADRO SÍNTESE	62
6.4. PARTIDOS: BOAS PRÁTICAS E VIOLÊNCIAS INTRAPARTIDÁRIAS	66
6.5. COTAS DE GÊNERO	81
6.6. JUDICIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO	85
6.7. PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA: ESTRATÉGIAS PARA EQUIDADE, REPRESENTATIVIDADE E SUSTENTABILIDADE.	87
7. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS	93
8. REFERÊNCIAS	99

Nota da coordenação

Somos 30 pesquisadoras e pesquisadores que têm atuado, conjuntamente, para a realização da pesquisa *De Olho nas Urnas – candidaturas de mulheres e monitoramento da igualdade de gênero nas eleições de 2024*. Monitoramos as eleições brasileiras no âmbito das Câmaras Municipais, avaliando a participação das mulheres no pleito de 2024, com a análise do cumprimento das cotas de gênero nos partidos políticos e das ocorrências de violência política contra as candidatas nas campanhas eleitorais. Nossas áreas de estudo são distintas: analisamos o contexto das mulheres nas eleições pelo viés da Ciência Política, da Sociologia, dos Estudos de Gênero, dos Feminismos, do Direito, da Comunicação, da Economia e da Estatística.

Desenvolvida pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com financiamento do Observatório Nacional de Mulheres na Política (ONMP) da Câmara dos Deputados, nossa investigação, além de multidisciplinar, adotou uma estratégia comparativa. Para melhor entender as disputas eleitorais municipais no ano de 2024, fizemos um recorte temporal, dedicando-nos também ao pleito de 2020, a fim de identificar quais foram os avanços e os retrocessos para as mulheres – candidatas e eleitas – neste período.

A primeira etapa deste monitoramento foi realizada entre os meses de janeiro e julho do corrente ano, período no qual procedemos ao estudo sistemático do ano eleitoral de 2020, em busca dos desafios enfrentados pelas mulheres candidatas à Vereança. O resultado dessa radiografia, que foi a primeira fase do nosso projeto, é apresentado em quatro relatórios distintos. São eles:

- Perfil das candidaturas nas eleições municipais de 2020: análise na base de dados do Tribunal Superior Eleitoral;
- Análise de processos sobre fraudes contra a participação feminina nas eleições municipais de 2020 no Brasil;
- A violência política de gênero nas eleições municipais de 2020: análise de publicações em sites de notícias;
- Desafios enfrentados por mulheres que se candidataram nas eleições municipais de 2020.

Os relatórios que trazem o “perfil das candidaturas nas eleições municipais de 2020” e a “análise de processos sobre fraudes contra a participação feminina nas eleições” têm caráter quantitativo e detalham, por estado brasileiro, números acerca da representatividade de mulheres na política. Neles também foi aferida a taxa de sucesso das candidatas nas eleições de 2020, se comparada à dos homens. Procedemos ainda à comparação entre as unidades federativas, dedicando-nos à compreensão de quais estados tiveram maior ou menor desigualdade de gênero. Nesses textos apresentamos a nossa formulação, o Índice de Equilíbrio de Gênero (IEG) por estado

brasileiro. Somando ao aspecto quantitativo, analisamos (com o que se chama de jurimetria) os processos judiciais protocolados em 2020 sobre dois temas distintos: candidaturas fictícias e violência política contra as mulheres.

Já o relatório *A violência política de gênero nas eleições municipais de 2020: análise de publicações em sites de notícias*, produzido por meio de análise de conteúdo, apresenta o resultado do cotejo das notícias sobre a violência política contra as mulheres. Os textos noticiosos analisados por nós foram publicados em 12 sites brasileiros no ano de 2020. O objetivo foi o de verificar quais tipos de violência política de gênero – se violências simbólicas, psicológicas, econômicas, físicas ou sexuais – mais foram cometidos contra as candidatas. Também houve a análise de notícias que diziam respeito a tentativas de feminicídio e/ou a ataques que culminaram na morte de possíveis parlamentares.

O texto *Desafios enfrentados por mulheres que se candidataram nas eleições municipais de 2020*, por sua vez, dá conta da dinâmica qualitativa de nosso estudo. Foram realizadas 80 entrevistas com candidatas, eleitas e não eleitas, do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste brasileiros. As entrevistadas foram escolhidas proporcionalmente à porcentagem de eleitas em cada região, de modo que as realidades regionais pudessem ser aferidas. Constatamos que as entrevistas funcionaram, muitas vezes, como momentos de catarse às candidatas, uma vez que há uma carência de escuta a essas mulheres. Nossas pesquisadoras, nesse sentido, conseguiram aquilo que a jornalista Cremilda Medina chama de “diálogo possível”: a quebra de isolamentos grupais a partir da comunhão “Eu-Outro” no ato da entrevista. As entrevistadoras, todas mulheres, se colocaram em posição receptiva e participativa.

Em todas as falas das candidatas foi unânime a exaustão, advinda de vários fatores, tais como: pressão estética (agravada pelas redes sociais); julgamentos (referentes ao comportamento); excesso de trabalho (para comprovar competência); culpa (por não ter onde deixar os filhos durante as convenções dos partidos); inviabilidade dos horários das reuniões para quem, além da política e de outro emprego remunerado, ainda trabalha em casa, cuidando das crianças e dos idosos; falta de apoio da família, sobretudo dos maridos... Tudo isso foi gerador, como evidenciado no conjunto dos diálogos, de sobrecarga às mulheres, afastando-as da política.

Esses quatro relatórios – cada um com sua especificidade e método – se somam para a compreensão do cenário político às mulheres em dois níveis: em nível conjuntural, buscou-se compreender, especificamente, o ano de 2020 às candidatas; em nível estrutural, de um ponto de vista macro, avaliou-se a organização da política partidária àquelas que lutam, desde sempre, em um espaço “naturalizado” como masculino.

Com os dados das eleições de 2020 já apurados, poderemos continuar com o monitoramento – desta vez em tempo real – das candidaturas femininas à vereança em 2024. Assim, colocaremos em funcionamento, de maneira efetiva, as engrenagens do método comparativo.

O rigor científico da pesquisa *De Olho nas Urnas – candidaturas de mulheres e monitoramento da igualdade de gênero nas eleições de 2024*, em sua abordagem multidisciplinar, garante a abrangência e a efetividade de nossos resultados. Estamos, efetivamente, *de olho nas urnas* e desejamos fazer, de nossos estudos, um instrumento para que as mulheres tenham acesso pleno à política brasileira, com a garantia de uma permanência digna e segura nas esferas decisórias do país.

Por fim, não menos importante, temos nos esforçado em busca de meios de ampliação do espectro da pesquisa, elaborando produtos aplicados. Nessa linha, foi elaborada uma cartilha de apoio para as mulheres candidatas, que está disponível no site deolhonasurnas.ufg.br. O trabalho foi bem recebido e isso se evidencia seja pelo uso concreto do material, seja por meio de parcerias em sua divulgação.

Boa leitura!

Angelita Pereira de Lima

Coordenadora da pesquisa De Olho nas Urnas

Dijaci David de Oliveira

Vice-coordenador da pesquisa De Olho nas Urnas

1. Apresentação

O presente estudo integra a pesquisa *“De Olho nas Urnas – Candidaturas de mulheres e monitoramento da igualdade de gênero nas eleições 2024”* e tem por objetivo aprofundar o entendimento acerca de quem são as mulheres que se candidatam a cargos eletivos no Brasil, quais desafios enfrentam nesse processo e como têm funcionado as políticas públicas que buscam garantir uma maior inserção de mulheres na política partidária. Para tanto, utiliza-se da estratégia de estudo qualitativo, com a realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres que foram candidatas ao cargo de vereadora nas eleições de 2020, tendo sido eleitas ou não, em todas as regiões brasileiras. Por meio de uma escuta atenta das experiências e enfrentamentos dessas mulheres no processo político, busca-se compreender as principais fragilidades e percalços vivenciados por elas, com o intuito de que os resultados possam embasar a atuação legislativa e o monitoramento do processo eleitoral em 2024. Nessa perspectiva, as próprias mulheres dizem quem elas são e de onde falam, contam suas histórias de vida e trajetórias políticas. Durante 3 meses, 80 mulheres de todas as regiões brasileiras foram ouvidas pelas pesquisadoras que compõem essa equipe e que também foram responsáveis pela produção de relatórios e análises. A seguir apresentamos a equipe de pesquisa e as atividades por elas desenvolvidas:

- Prof^a. Paula Gabriela Mendes Lima (Coordenadora):

Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás - PPGIDH/UFG. É Doutora em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, com estágio de pesquisa na Bibliothèque François Mitterrand de Paris e é mestre em Direito pela mesma instituição. Realizou um Pós-Doutorado na Linha de Pesquisa de Filosofia Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG e um Pós-Doutorado na Linha de Pesquisa de Teoria da Democracia e Direitos Humanos do PPGIDH/UFG. É pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Direitos Humanos da UFG e Consultora Jurídica-Legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG. Autora do livro *“Do interesse a paixão na política”*.

- Prof^a. Najla Franco Frattari (Coordenadora):

Professora do Instituto Federal de Goiás (IFG). É Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Mestrado em Sociologia pela mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade, Violência e Justiça Criminal da Universidade Federal de Goiás (NECRIVI/UFG).

As coordenadoras foram responsáveis pela construção da metodologia de coleta de dados e pela orientação e acompanhamento das pesquisadoras durante a realização de todas as entrevistas, fazendo ajustes necessários no decorrer do processo. Ao longo do trabalho, realizaram

um diálogo contínuo com a equipe, além de discussões, trocas e acolhimento, nos momentos que foram necessários devido às graves denúncias e fortes falas apresentadas pelas depoentes. As professoras desenvolveram as estruturas dos relatórios individuais para o registro de cada entrevista, a estrutura dos relatórios regionais (onde deveriam ser agregados os dados de todas as entrevistadas de uma região específica por temas) e também a estrutura do relatório final, a partir da categorização dos elementos centrais prevaletentes nas entrevistas. As coordenadoras também participaram da busca de contatos de depoentes, realizaram entrevistas e produziram relatórios sobre as mesmas. Elaboraram um banco de dados para descrição do perfil das entrevistadas e, juntas, escrevem esse relatório com a contribuição das assistentes de pesquisa.

- Luciana Rodrigues de Oliveira (assistente de pesquisa):

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, da Universidade Federal de Goiás, e graduada em Direito pela mesma instituição. Integrante do projeto de extensão Centro de Educação em Direitos Humanos Leodegária de Jesus, ligado ao NDH-UFG.

A pesquisadora foi responsável por diversos contatos e agendamentos, tendo realizado 32 entrevistas. Participou da elaboração dos respectivos relatórios individuais de cada entrevista; e auxiliou na construção dos relatórios regionais das regiões Nordeste e Centro- Oeste.

- Jully Anne Ribeiro da Cruz (assistente de pesquisa):

É Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Possui graduação em Ciências Sociais Políticas Públicas pela Faculdade de Ciências Sociais pela mesma instituição. É Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade, Violência e Justiça Criminal da Universidade Federal de Goiás.

Atuou na busca de contatos de participantes e foi responsável pela realização de entrevistas prioritariamente nas regiões Centro-Oeste e Sul, mas também realizou entrevistas com depoentes nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte do Brasil, totalizando 19. Após a etapa de coleta, produziu relatórios referentes a cada uma das entrevistas realizadas por ela, como também de outras pesquisadoras para otimizar o tempo total de análise das entrevistas.

- Aline Hack Moreira (assistente de pesquisa):

A pesquisadora é doutoranda em Comunicação, com habilitação em Meios e Processos Audiovisuais pela Universidade de São Paulo. Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília.

Foi responsável pela realização de 6 entrevistas no Sudeste, elaboração de relatórios individuais, agendamento e articulação para várias entrevistas e comunicação pelo instagram e twitter com candidatas e eleitas.

• Alessandra Simões Reis Abraão (assistente de pesquisa):

É advogada e assessora jurídica na Assembleia Legislativa do Paraná. Pesquisadora do Observatório Nacional da Mulher na Política da Câmara Federal. Mestranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná. Especialista em Direito das Mulheres pelo Centro Universitário UniDomBosco e em Direito e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

A pesquisadora integrou o grupo de entrevistas em profundidade, sendo responsável por realizar entrevistas e produzir relatórios individuais, assim como auxiliar na construção dos relatórios regionais das entrevistas realizadas. Também auxiliou com contatos de candidatas na Região Sul do país.

• Fernanda Sales França de Farias (assistente de pesquisa):

Mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, especialista em Direito Público Aplicado pela Escola Brasileira de Direito, graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Responsável pelo contato e agendamento com as candidatas, realização de entrevistas, elaboração de relatórios individuais e colaboração no desenvolvimento de relatórios regionais. Ao longo do processo, contribuiu com diversas demandas importantes e administrativas da equipe.

• Cláudia Maria Inácio Costa (assistente de pesquisa)

Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará e Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade pela mesma instituição. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Desigualdades Sociais, Territórios e Margens Urbanas da Universidade Estadual do Ceará.

Foi responsável pelo contato e realização de entrevistas na região Nordeste, pela elaboração de relatórios individuais e colaborou com relatórios regionais da pesquisa.

• Najla Helen Graff de Araújo Santos (assistente de pesquisa):

É graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora na área de Ciências Sociais Aplicadas, Antropologia Jurídica e Direitos Humanos. Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás. A pesquisadora foi responsável por algumas entrevistas realizadas e pelos respectivos relatórios individuais.

• Rosely Maria dos Santos (assistente de pesquisa):

Servidora pública estadual. Doutoranda e Mestrado em Direitos Humanos, Especialização em Democracia, Direitos Humanos e Cultura, todos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduação em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira. Pesquisadora do Programa em Direitos Humanos. Foi responsável pela realização de entrevista e elaboração do relatório individual.

Resumo: Este relatório busca apresentar os resultados de uma das etapas da coleta de dados da pesquisa “De Olho nas Urnas – Candidaturas de mulheres e monitoramento da igualdade de gênero nas eleições 2024”, a qual contou com a realização de entrevistas semiestruturadas com 80 (oitenta) mulheres que foram candidatas ao cargo de vereadora nas eleições de 2020, tendo sido eleitas ou não, em todas as regiões brasileiras. Trata-se de um estudo qualitativo sobre as práticas do sistema eleitoral, incluídas as do sistema partidário político vivenciadas por essas mulheres e que demonstram os desafios do enfrentamento da desigualdade de gênero na experiência política atual. A originalidade desse estudo está no quantitativo de entrevistas que foram feitas em profundidade, mas, especialmente, no esforço de apontar percepções das diferenças dessa experiência em cada região do Brasil.

Palavras-Chave: Coleta de Dados, Entrevistas em profundidade, Mulheres, Política e Regiões Brasileiras.

2. Introdução

A partir do objetivo de mapear os desafios e a efetividade dos instrumentos legais, políticos e jurisprudenciais de incentivo à participação das mulheres na política, essa pesquisa se fundamentou na coleta de dados qualitativos, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com as mulheres candidatas ao cargo de Vereança no ano de 2020. Essa perspectiva pauta-se no entendimento de que conhecer as realidades do pleito eleitoral anterior podem permitir uma maior efetividade no acompanhamento e monitoramento das eleições municipais de 2024. Nas próximas páginas, ouviremos as mulheres para uma melhor compreensão dos seus enfrentamentos, vivências e demandas.

Após uma breve apresentação das questões conceituais que norteiam o estudo, discorreremos sobre o método de coleta de dados e os procedimentos de análise de conteúdo empreendidos pelos pesquisadores, passando, então, a apresentar os resultados. Importante destacar que se trata de uma abordagem de caráter descritivo e que posteriormente empreenderemos análises mais aprofundadas e uma leitura de dados a partir das teorias da área em questão. Os dados descritos no item resultados contemplam o perfil das entrevistadas, suas histórias de vida, trajetórias e as motivações para a vida política, passando à discussão sobre violência política de gênero e suas diferentes nuances e formas de manifestação. Tratamos ainda da percepção das entrevistadas acerca da importância das mulheres na política e por fim, trazemos as demandas colocadas por elas com o intuito de promover uma maior inserção das mulheres na política. Ao longo do texto, trazemos muitas falas, deixando com que elas tragam suas experiências, as violências sofridas e o que esperam para o futuro.

3. Questão-problema

As questões que propulsionam este trabalho estão na investigação sobre porque tantas mulheres fazem política nos seus cotidianos, nos seus grupos, nas suas comunidades, mas não exercem cargos públicos, políticos ou de autoridades. Muitas nem vislumbram a possibilidade de candidaturas; outras se candidatam, mas não chegam a ter votação suficiente para o exercício desses cargos. As questões também estão na observação de que as mulheres que conseguem um cargo eletivo têm muita dificuldade de estar no espaço público como autoridade, muitas desistem pelo excesso de vulnerabilidade que esse lugar as coloca, outras adoecem e muitas não resistem à agressividade do modelo atual do nosso espaço político. Ou seja, quer-se saber o que acontece efetivamente na experiência política brasileira em relação ao ingresso e permanência das mulheres nos espaços públicos e institucionais, e que enseja a sub-representação e a exclusão política. A melhor forma de encontrarmos variáveis que contribuam com possíveis respostas é ouvindo as mulheres que já estão nesses espaços.

Essa pergunta nos diz sobre a hipótese de que há uma violência cotidiana estruturada na sociedade e que, muitas vezes, não é tão evidente, mas obstaculiza permanentemente o gozo efetivo dos direitos políticos das mulheres. Ela não se manifesta apenas nos atos ilegais nos termos definidos pelo ordenamento jurídico, especialmente nos Códigos Eleitoral e Penal, mas se manifesta, também, em condutas habitualmente vivenciadas por elas e que são normalizadas. Tais condutas que violam, reduzem ou aniquilam a efetividade dos direitos de as mulheres votarem ou serem votadas, dos direitos políticos de participação e ação política no espaço público e, ainda, que obstaculizam, negligenciam ou silenciam questões referentes à experiência feminina no espaço público.

Sabe-se que essa estrutura que limita a igualdade de gênero na política funda-se, especialmente, a partir de duas orientações, quais sejam, a de que há violência e exclusão no lugar social da mulher e que advém de uma constituição histórica, bem como trata-se de uma desigualdade que se manifesta devido aos atuais modelos de espaços públicos. A primeira orientação citada refere-se a uma perspectiva antropológica da mulher que busca destacar aquilo que parece uma variável não tão evidente no discurso das desigualdades sociais na política. Sobre isso, Marilene Chauí (1985) no artigo “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”, que compõe a coletânea “Perspectivas Antropológicas da Mulher”, explicita como a figura feminina é construída ao longo do nosso processo histórico-social e como ela se constitui no seu processo de formação. Para Chauí, tem-se o lugar de inferioridade, opressão e silenciamento da mulher ao longo da história da humanidade, bem como manifesta a constituição da mulher como o Outro na sua experiência de individuação.

Essa perspectiva antropológica destaca que, para além das desigualdades, exclusões e violências fundadas na sub-representação, nos assédios, nas agressões e até na ausência real de políticas sociais para mulheres, há uma violência estrutural na sociedade atual que se expressa no fato de que ainda há um lugar social da mulher como objeto e não como um efetivo sujeito político ou sujeito de direito. Nos processos históricos sociais e políticos, a mulher representa o Outro, o lado negativo da diferença sujeito/objeto da história, constituindo-se em sua ontologia como um grupo que vive no campo de força da violência.

A segunda orientação sobre as desigualdades de gênero refere-se às críticas de Seyla Benhabib, na obra *Situando o Self: gênero, comunidade e pós-modernismo na ética contemporânea*, sobre os modelos de espaços públicos, e perpassa o fato de que, na experiência política, as mulheres têm permanentemente seus direitos políticos restritos e ofendidos por condutas sutis (ou não) que são, na verdade, extremamente violentas para o livre gozo da mulher dos espaços políticos. Essas condutas violentas parecem enraizadas no próprio procedimento que opera o espaço público e político e que se funda em discursos de justiça, e não de boa vida, bem como em distinções rígidas entre público e privado.

Essas duas orientações teóricas conceituais são a base da questão problema deste projeto. Sabe-se que, ainda que haja instrumentos legais e jurisprudenciais, as mulheres enfrentam desafios graves e que não são igualmente postos aos homens. E era preciso investigar quais, na prática, são estes desafios, para que se consiga efetivamente contribuir com o acompanhamento e o monitoramento das eleições de 2024. Ou seja, repita-se, esta fase da pesquisa buscou responder à pergunta sobre o quê e como as mulheres que foram candidatas ao cargo de vereadora nas eleições de 2020 tendo sido eleitas ou não, em todas as regiões brasileiras, vivenciaram o processo político eleitoral, considerando as desigualdades e violências que há nesse processo. Isso para que ambas sejam nomeadas, clarificadas e explicitadas, o que irá contribuir com o combate às desigualdades.

4. Método de coleta

Amparado em uma abordagem qualitativa, o estudo teve como foco a realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres que foram candidatas nas eleições de 2020. A entrevista semiestruturada, enquanto um instrumento na produção de dados em pesquisas com abordagem qualitativa, é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos atribuem a um problema social, e tem por intuito captar a subjetividade dos entrevistados sobre as questões abordadas, perceber os valores, comportamentos e práticas por meio do discurso dos agentes sociais. Embora pautada em um roteiro prévio, as questões são propostas e exploradas a partir das respostas obtidas, tornando o diálogo natural e dinâmico.

4.1 Seleção das participantes

Para a seleção das participantes, buscou-se por mulheres que foram candidatas para o cargo de vereadora nas Eleições de 2020, nos diversos municípios brasileiros, tendo sido eleitas ou não. Justifica-se tal escolha pelo fato de que é importante para este projeto conhecer as realidades do último pleito eleitoral municipal para fins de criar uma metodologia efetiva para acompanhamento e monitoramentos das eleições municipais de 2024. Buscou-se apreender o processo das campanhas, as relações das candidatas com os partidos, bem como analisar a efetividade dos instrumentos legais, políticos e jurisprudenciais, entre outras variáveis.

Assim, com o objetivo de delimitar o escopo da pesquisa, inicialmente acessou-se o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para verificar o quantitativo de candidaturas para cada Estado, bem como o número de mulheres eleitas. O site também foi explorado no sentido de mapear os possíveis contatos de telefone ou e-mail, para posterior apresentação da pesquisa e verificação da disponibilidade das mesmas em participar. De forma paralela, uma carta convite foi enviada para organizações que atuam com a formação de mulheres que objetivem ingressar na política, visando buscar possíveis entrevistadas para contribuir com o estudo. Nesse contexto, elaborou-se uma listagem com indicações para contato posterior das pesquisadoras responsáveis pela coleta de dados.

O levantamento do quantitativo de mulheres eleitas no pleito de 2020, por região, revelou que 10% delas estavam na Região Norte do país, 17% na Região Sul, 26% na Região Nordeste, 38% na Região Sudeste e 9% Região Centro-Oeste. A partir da perspectiva de realizar 100 entrevistas e levando em consideração esse percentual, estipulou-se o mínimo de 10 entrevistas na Região Norte, 17 na Região Sul, 26 na Região Nordeste, 38 na Região Sudeste e 9 na Região Centro-Oeste.

Com base nessa delimitação, as pesquisadoras acessaram o site do TSE a fim de encontrar os contatos eletrônicos públicos (e-mail) e, por meio destes, verificar a possibilidade de agendamento da entrevista. Contudo, foram raros os casos onde esses contatos estavam disponíveis, o que levou a equipe a buscar novas estratégias para acessar as candidatas. Para tanto, foram feitas divulgações em redes sociais, grupos voltados para a formação de mulheres na política, contatos com lideranças femininas de partidos políticos, dentre outros. Essas estratégias permitiram contatar 145 mulheres, das quais as pesquisadoras receberam 80 respostas positivas, que é o total de participantes desse estudo. É importante ressaltar que todas as participantes foram informadas no momento do contato sobre os objetivos da pesquisa e as questões de sigilo quanto à sua participação.

4.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, cujas questões foram orientadas por um roteiro prévio, porém flexível. De modo geral, essa fase visou compreender quais são as principais variáveis que devem ser observadas no tocante ao monitoramento das candidaturas das mulheres em 2024. Buscou-se, também, construir um diagnóstico de sugestões, percepções, preconceitos, eventuais falhas e barreiras que se destacaram no processo eleitoral de 2020. Isso é importante, pois os instrumentos formais e as entidades envolvidas na promoção da igualdade política de gênero não conseguem alcançar a realidade das questões que envolvem a candidatura das mulheres aos cargos políticos. Os enfrentamentos das mulheres não são observados com dados apenas quantitativos. É preciso acolher, ouvir e criar um espaço seguro de escuta para que consigamos efetivamente compreender as variáveis das candidaturas femininas.

Com esse intuito, as pesquisadoras iniciaram a conversa pedindo que as mulheres contassem sobre suas trajetórias e os caminhos que as levaram a ingressar na política, suas motivações, histórias de vida. Essas narrativas trouxeram à tona enfrentamentos, barreiras, posicionamentos dos partidos e violências sofridas, sem que houvesse a necessidade de questões direcionadas a

esses aspectos, numa tentativa de tornar a conversa fluída, natural, para evitar o enviesamento do estudo e, claro, criar um espaço de confiança. A partir das falas das entrevistadas, as perguntas iam sendo colocadas de modo a esclarecer pontos e entender com mais profundidade como foi a vivência do processo eleitoral em 2020 e quais as perspectivas das candidatas e mandatárias para os próximos pleitos.

As entrevistas foram iniciadas no dia 11 de janeiro de 2024, inicialmente com um pré-teste e posterior discussão sobre impressões, abordagem e ajustes, e finalizadas no dia 28 de abril de 2024. Todas as entrevistas realizadas, remotas (utilizando plataformas de videoconferência) ou presenciais, foram gravadas para posterior análise, e tiveram durações variadas, com o mínimo de uma hora, chegando até três horas de duração. Das 80 entrevistas realizadas, 22 foram feitas na Região Sudeste, 11 na Região Norte, 12 na Região Sul, 22 na Região Centro-Oeste e 13 na Região Nordeste. No total, o estudo abarcou 18 Estados e 17 partidos políticos. 33 das mulheres entrevistadas pertenciam às capitais e 47 ao interior. A meta inicial de 100 entrevistas foi alterada. As coordenadoras consideraram o quantitativo de oitenta mulheres bastante exitoso para a pesquisa, uma vez que foi possível abarcar a diversidade regional e de pertencimento político partidário, resultando em denso material, fruto de um longo processo de escuta e reflexão. Havia material suficiente para o relatório e não avançaríamos mais em relação aos resultados após determinado quantitativo.

Após a realização da entrevista, as pesquisadoras registravam as informações em um relatório descritivo individual elaborado pelas organizadoras da coleta. O mesmo constava de um perfil da participante, descrição do contexto da entrevista, transcrição de falas sobre pontos centrais do roteiro de perguntas. Reuniões semanais foram realizadas para a troca de informações e discussões acerca dos achados, durante todo o processo de coleta de dados. A construção coletiva permitiu o amadurecimento da reflexão sobre os temas que emergiam do trabalho de campo.

5. Método de análise

O tratamento de dados foi realizado em distintas etapas. A primeira delas pode ser entendida como o momento de organização dos dados e constou da leitura e análise dos relatórios individuais e posterior codificação e categorização dos conteúdos, o que embasou a elaboração de um documento síntese para cada região pesquisada. Aqui, em suma, foram definidas as dimensões de análise com base na literatura pesquisada e na emergência de temas do campo. Os denominados relatórios regionais constavam de uma descrição do perfil das mulheres pesquisadas e suas trajetórias de vida, das motivações para o ingresso na política partidária, obstáculos enfrentados nos diferentes momentos do processo eleitoral, violências e suas consequências, posturas, posicionamentos e demandas. Concluída essa etapa, foi possível analisar as diferenciações e similaridades dentro de uma mesma região e dela em comparação com as demais.

Em paralelo foi produzido um banco de dados com o perfil socioeconômico das 80 mulheres entrevistadas. O banco de dados é composto pelas variáveis: partido, ideologia partidária, região, estado, município, idade e categorias de idade, perfil racial declarado, estado civil, nível de escolaridade, profissão, maternidade, candidatura parental, presença de relatos de violência política, e se eleitas ou não no pleito de 2020. O propósito aqui foi entender quem eram essas mulheres a partir dos aspectos elencados. Embora se trate de uma pesquisa qualitativa, essa categorização do perfil foi importante para estabelecer relações com as perspectivas e visões de mundo das entrevistadas. Para a realização da análise qualitativa, também foram selecionadas entrevistas emblemáticas, onde várias questões levantadas no conjunto da pesquisa apareciam de maneira destacada, para transcrição integral. Essas falas e narrativas foram utilizadas para deixar as mulheres falarem por elas mesmas, contarem suas histórias de vida, seus encontros, suas visões de mundo.

Por fim, realizou-se a análise de conteúdo, priorizando o estudo e a interpretação dos dados sintetizados nos relatórios regionais. O objetivo dessa análise foi refletir sobre os dados, categorizando-os e realizando observações teóricas breves. Coletou-se muito conteúdo informacional em cada entrevista realizada e considerou-se importante apresentá-lo de forma organizada. Por isso, não foram feitas, neste momento, profundas hipóteses teóricas sobre cada categoria e ponto deste relatório. Mas ele é, certamente, um bom ponto de partida para a construção de novas pesquisas e novas ações para o enfrentamento à desigualdade de gênero na política.

5. Resultados

5.1 Quem são as mulheres que se candidatam?

Entre as 80 mulheres que participaram da pesquisa, quase metade delas (39) tinha, na época da realização das entrevistas, entre 40 e 54 anos; o segundo maior grupo, composto por 26 participantes, estava na faixa dos 26 aos 39; 7 mulheres tinham entre 55 e 59 anos de idade e 8 tinham acima de 60. É possível observar, no universo pesquisado, que as mulheres de 40 anos ou mais compõem a maioria daquelas que se candidatam, totalizando 54 das pesquisadas. Tal aspecto pode ser relacionado ao fato de que nesse momento da vida a maior parte delas conta com um pouco mais de disponibilidade para a política partidária. A falta de tempo, relacionada às responsabilidades com a família e os filhos, tem um impacto significativo na decisão das mulheres de ingressar e também de permanecer na vida política (Fox e Lawless, 2012). E nesse período da vida delas, os filhos quase sempre já são maiores e dependem um pouco menos dos cuidados maternos. O que parece evidenciar que a vida política para a maioria das mulheres se inicia mais tarde, quando as demandas da vida privada, especialmente o cuidado com filhos pequenos, deixam de existir. Dentre as entrevistadas, 29 não são mães. Na faixa etária mais jovem, 26 a 39 anos de idade, onde é mais provável que os filhos ainda sejam pequenos e mais dependentes de cuidados, apenas 12 mulheres das 26 são mães. Nesse grupo, foi comum ouvir relatos de uma postergação da maternidade em função das pretensões políticas. Juntos, esses fatores sinalizam para as dificuldades de conciliar carreira política com a vida privada que afeta historicamente as mulheres.

Cabe destacar que esta breve conclusão sobre a relação entre a idade e a entrada das mulheres na política considera o que foi dito pelas depoentes durante as entrevistas realizadas. Há outras variáveis que podem ser levantadas além do tema da maternidade e da família neste ponto. Após os 40 (quarenta) anos, as mulheres já vivenciaram várias etapas de processos sociais e individuais que lhes permitem novas concepções sobre os espaços públicos e privados e, com isso, parece haver uma mudança na compreensão da importância da sua voz para as construções coletivas. Nesse momento, entretanto, não é possível afirmar esta e outras hipóteses, pois tais constatações demandariam estudos aprofundados e interdisciplinares que não foram realizados na elaboração deste relatório.

Outro aspecto relevante para essa reflexão diz respeito ao estado civil das entrevistadas. Do total de 80 mulheres, 27 eram casadas ou moravam com alguém (11), 27 eram solteiras, 13 divorciadas e 2 viúvas. Embora haja um número razoável de mulheres casadas, um pouco mais da metade delas (42) não tem parceiro/a. Isso pode ser pontuado como um elemento facilitador da atividade política feminina, já que, nas narrativas das entrevistadas, foi possível observar, de modo reiterado, falas sobre como seus relacionamentos conjugais ficam abalados ou mesmo chegam ao fim, quando decidem participar de uma disputa eleitoral ou mesmo quando já estão exercendo um mandato.

Quanto à cor/raça, 33 se declararam brancas; 32 pretas; 14 pardas e 1 indígena. As Regiões Sul e Sudeste concentram o maior número de candidatas que se autodeclararam brancas. Na Região Sul, das 12 mulheres entrevistadas, 10 se reconheceram com brancas, 1 parda e 1 preta; na Região Sudeste, 10 se declararam brancas, 6 pretas e 6 pardas, do total de 22 entrevistadas. O oposto se verifica nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Entre as 11 participantes da Região Norte, apenas 2 se reconheciam como brancas; na Região Nordeste, esse número corresponde a 4 mulheres, de um total de 13 participantes, sendo que as outras 9 se declararam pretas. Na Região Centro-Oeste, que contou com 22 mulheres entrevistadas, 9 mulheres se reconhecem como pretas, 6 como pardas e 7 como brancas. É importante destacar que, das 80 mulheres que participaram das entrevistas, 42 estavam eleitas e 38 não, sendo que, entre as eleitas, 24 eram brancas. As pretas totalizavam 13 e as pardas, 5. Na Região Sul, onde 10 de 12 mulheres se declararam brancas, 9 estavam eleitas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população negra representa (55,8%) dos brasileiros, e as mulheres negras ocupavam somente 2% das vagas no Congresso Nacional em 2022. Logo, estamos diante da realidade da sub-representação vivenciada na política e em diversos outros espaços da sociedade.

Articulado às questões raciais, o “capital familiar” dessas mulheres parece ter um efeito positivo no resultado das eleições. Das 10 entrevistadas que afirmaram ter familiares na política, apenas 1 não foi eleita. Entre elas, 7 se declararam brancas, 3 pardas e nenhuma preta. Miguel, Marques e Machado (2015) afirmam que o vínculo com uma família política tem uma propensão de vir acompanhado de capital econômico e midiático. Na perspectiva dos autores, o denominado “capital familiar” - a existência de parentes próximos em posições políticas de liderança – impulsiona o ingresso dos indivíduos na política, à medida que estimula o desejo de participar da política institucional e propicia o acesso aos recursos necessários. A familiaridade com a atuação política de

parentes próximos incentiva uma escolha parecida, ao mesmo tempo em que fornece informações importantes sobre o funcionamento e a dinâmica desse espaço de disputas, assim como uma rede de contatos, visibilidade, e a associação com uma marca já reconhecida (sobrenome), elementos que tendem a favorecer a carreira política. Entre as mulheres participantes da pesquisa, o capital familiar, somado aos privilégios associados, sugere um favorecimento no êxito eleitoral.

Ainda é possível dizer, sobre o perfil das entrevistadas, que elas possuem alto nível de escolaridade, embora haja diferenciações quanto ao critério cor/raça. 34 delas possuem ensino superior completo, outras 34 possuem pós-graduação, e 4 possuem ensino superior incompleto. Entre as com menor escolaridade, 6 têm o ensino médio completo, 1 tem o ensino fundamental completo e 1, o ensino fundamental incompleto. Entre as mulheres com ensino superior completo, 18 se autodeclararam brancas, 7 pardas e 9 pretas. Com pós-graduação, 14 se declararam brancas, 6 pardas, 13 pretas e 1 indígena. Todas as 4 mulheres com ensino superior incompleto se declararam pretas. Das 6 mulheres com ensino médio completo, 1 se declarou parda e outras 5, pretas. Com fundamental incompleto temos 1 mulher branca e com fundamental completo temos 1 mulher preta. Observa-se, portanto, que, dentre o total de mulheres brancas (33), apenas 1 não possui ensino superior e/ou pós-graduação. Já entre o total de mulheres pretas (32), esse número sobe para 10. Entre as que se autodeclararam pardas (14), apenas 1 não possui ensino superior completo e/ou pós-graduação. Quanto às profissões, a maioria das entrevistadas atua nas áreas da educação, saúde e serviço social. O direito também aparece, porém de modo secundário em relação às demais profissões, e, em muitos casos, como uma formação complementar. Uma parcela significativa exerce suas profissões no serviço público, o que é apresentado como um ponto relevante nas trajetórias contadas por essas mulheres e onde elas se encontraram com o desejo para se candidatar.

Ressalta-se que os dados acima apresentados apenas descrevem o perfil das 80 mulheres que se dispuseram a participar da pesquisa e não o perfil das mulheres que se candidatam no Brasil. Para isso, contamos com os estudos quantitativos que partem de censos ou amostras estatisticamente significativas.

Quadro 1: Síntese das Entrevistas e Perfil.

- **O estudo abarcou:**
- 80 entrevistas realizadas;
- 22 entrevistas na região Sudeste, 11 na região Norte, 12 na região Sul, 22 região Centro-Oeste e 13 na região Nordeste;
- 18 Estados pesquisados;
- 17 partidos políticos, sendo 8 mulheres do PSD, 18 do PT, 6 do PC do B, 17 do PSOL, 4 do MDB, 2 da UP, 4 do PODEMOS, 7 do PSB, 1 do PV, 4 do PDT, 1 do PP, 1 da Rede, 2 do PSDB, 1 do Avante, 1 do PL, 1 do DEMOCRATA e 2 do REPUBLICANO.
- 33 mulheres pertenciam às capitais, 47 aos interiores;
- 42 eleitas, 38 não eleitas.
- Perfil das entrevistas:
- 54 das pesquisadas têm 40 anos ou mais, sendo que o grupo mais representativo é formado por 39 mulheres, entre 40 e 54 anos de idade. 26 participantes compõem a faixa etária mais jovem, entre 26 e 39 anos;
- 27 mulheres casadas, 11 declaram união estável, 27 solteiras, 13 divorciadas e 2 viúvas. 42 mulheres, portanto, não têm parceiro/a;
- 29 mulheres não são mães. Na faixa etária mais jovem, 26 a 39 anos de idade, apenas 12 mulheres das 26 entrevistadas são mães.
- 33 se declaram brancas, 32 pretas, 14 pardas e 1 indígena;
- As regiões Sul e Sudeste concentram o maior número de candidatas que se autodeclararam brancas. Na Região Sul, das 12 mulheres entrevistadas, 10 se reconheceram com brancas, 1 parda e 1 preta; na Região Sudeste, 10 se declararam brancas, 6 pretas e 6 pardas, do total de 22 entrevistadas;
- O oposto se verifica nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Entre as 11 participantes da Região Norte, apenas 2 se reconheciam como brancas; na Região Nordeste, esse número corresponde a 4 mulheres, de um total de 13 participantes, sendo que as outras 9 se declararam pretas. Na Região Centro-Oeste, que contou com 22 mulheres entrevistadas, 9 mulheres se reconhecem como pretas, 6 como pardas e 7 como brancas;
- Entre as 42 mulheres eleitas, 24 eram brancas. As pretas totalizavam 13 e as pardas, 5;
- 10 mulheres têm parentes próximos na política. Entre elas, apenas 1 não foi eleita;
- 34 entrevistadas possuem ensino superior completo, outras 34 pós-graduação, 4 ensino superior incompleto. Entre as com menor escolaridade, 6 têm o ensino médio completo, 1 o ensino fundamental completo e 1 o ensino fundamental incompleto.
- A maioria das entrevistadas atua nas áreas da educação, saúde e serviço social. O Direito aparece como uma segunda formação;
- Uma parcela significativa exerce suas profissões no serviço público.

Fonte: De Olho nas Urnas (2024)

5.2 O que faz com que as mulheres se tornem candidatas?

Ao discorrerem sobre as motivações para o ingresso na política, as mulheres entrevistadas contam sobre suas origens e percursos, o que deixa claro que se trata, para a maioria delas, de uma escolha pessoal baseada nas vivências e no que acreditam. Muito embora a escolha pela vida política derive de uma conjunção de fatores e acontecimentos, uma análise atenciosa das narrativas possibilitou

categorizar os principais elementos impulsionadores das decisões por uma candidatura, tais como: vir de uma família de políticos, fazer trabalho voluntário, trabalhar no serviço público, ter um histórico de participação em movimentos sociais, ativismo político (movimentos religiosos, movimento negro, movimento de mulheres, associações de bairro, dentre outros) e fazer parte de movimentos estudantis. Apesar de esses aspectos aparecerem nos diversos contextos pesquisados e estarem também relacionadas ao perfil socioeconômico, foi possível observar algumas tendências na predominância das motivações apresentadas pelas mulheres das diferentes regiões brasileiras.

Nas Regiões Norte e Nordeste, onde se concentram os Estados mais pobres do Brasil (Neri, 2022), e onde a maioria das entrevistadas se autodeclaram negras, as mulheres iniciam suas atuações predominantemente no contexto dos movimentos sociais de base, especialmente os vinculados às igrejas e comunidades periféricas. Embora muitas dessas mulheres ingressem nas universidades e passem a atuar no serviço público em momentos posteriores de suas vidas, se engajando nas lutas desses ambientes educacionais e profissionais, o ativismo político é anterior, quando ainda são muito jovens. A decisão pela inserção na política partidária, contudo, só é colocada mais tarde, após longas trajetórias e muitas reticências. A política é cogitada por elas a partir de uma necessidade de promover transformações significativas em seus locais de pertencimento e/ou áreas de atuação profissionais. A grande maioria atua na educação, saúde e serviço social, áreas sensíveis, relegadas a segundo plano, na visão das mesmas. O movimento de entrar para a política é percebido como uma forma de lutar por essas pautas na esfera das disputas de poder e tomadas de decisões, justamente pela vivência das situações cotidianas de descaso e abandono. Conforme se observa nas falas expressas abaixo:

A minha família, ela é uma família de pequenos agricultores do interior da Amazônia. E... Minha mãe era professora, à época, em comunidade, né? Professora escolarizou muita gente, né? Alfabetizou muita gente no interior da Amazônia. Só que, assim, os recursos eram poucos demais, né? De acesso à saúde, educação. [...] Nós éramos quatro na época. E ela decidiu levar todos os filhos. Então ela decidiu trazer a gente para a capital. E aí ela trouxe todo mundo para que a gente pudesse estudar, né? [...] Moramos em muitos lugares. Moramos em casa de parentes, a gente morou em ocupação. Na área da capital. Geralmente tem aqueles espaços em que as pessoas invadem, né? Para construir residências, essas coisas. Então a gente chegou a morar em alguns lugares assim. E aí eu estudei em escola pública a vida toda. Quando eu fui, com 16 anos, que a gente já tinha conseguido um local de moradia num bairro periférico. [...] a mamãe sempre foi muito religiosa. Então a gente fez a primeira comunhão, fiz a Eucaristia, fiz a Crisma. E aí, quando eu fui fazer a Crisma, eu tinha que escolher uma pastoral para poder fazer a Crisma na igreja, na igreja católica. E aí eu entrei na Pastoral da Juventude. Lá de um bairro onde eu morava. E foi aí que eu comecei a me envolver com a questão de pensar da sociedade. Porque a Pastoral da Juventude, ela tem um vínculo com a teologia da libertação. A gente discutia muito temas sobre cidadania, governança, direitos da juventude. Então foi por esse caminho que eu comecei a me envolver com a luta política, mesmo, por direitos, sabe? E aí de lá eu me organizei depois para entrar no Movimento de Comunicação Popular, na Pastoral da Comunicação. Pensar em me candidatar foi só muito tempo depois, mas tudo começou ali. (Candidata 07 - Região Norte - Amazonas).

Mesmo engajadas e atuantes em movimentos sociais e até partidos políticos, essas mulheres demoram a pensar em uma candidatura. É interessante observar que a proposição, em geral, parte de pessoas próximas, o que leva a uma recusa inicial, fruto de uma insegurança, sentimento de não estarem preparadas e não deterem o conhecimento suficiente, segundo relatam. Destacam-se,

ainda, situações em que as entrevistadas dizem que o reconhecimento da extrema violência política de gênero que a presidente à época, Dilma Rousseff, sofria e o assassinato da vereadora Marielle Franco foram pontos emblemáticos para a tomada de decisão.

Vindas de famílias muito pobres, algumas contam que, apesar da pouca ou nenhuma escolarização dos familiares, muitos deles eram lideranças comunitárias e participaram ativamente das campanhas e até da fundação de partidos nas suas localidades. Entre as entrevistadas dessas duas regiões, de modo muito pontual, também aparecem mulheres que ingressaram na política a partir da participação no movimento estudantil e por ter familiares que já atuavam exercendo cargos políticos.

Nunca tinha me candidatado. [...] Eu cresci na periferia aqui da minha cidade. Fui aluna da escola pública, mas uma pessoa muito engajada, de uma família pobre, mas muito politizada, filha de um trabalhador, de um motorista, de uma doméstica, de uma família de dez irmãos, em que a educação sempre foi uma coisa muito cobrada pra gente. Meu pai só se estudou até a quarta série, minha mãe também. Minha família sempre teve um viés muito militante, assim, eu cresci numa casa de sete mulheres. Meu pai, ele foi um dos fundadores do [...] aqui de [...], minha mãe também. E eu tenho essa caminhada, vim das associações de moradores, participação nesses ambientes coletivos das associações. Associação de bairro, enquanto eu era adolescente. [...] fui estudante de Direito, comecei a trabalhar muito cedo, fui do Diretório Acadêmico. Então, eu me torno advogada, fui trabalhar com a Advocacia Popular, nas penitenciárias. Então, eu fui advogada do Sistema Penitenciário do Estado, trabalhando só com pessoas pobres, periféricas, sem acesso ao sistema de justiça formal, até porque a defensoria pública era muito precária. Eu me torno primeiro advogada, depois viro professora. Mas eu nunca tinha tido o estado de ser candidata, até porque eu... Eu não sei, eu não tinha... Aí, um irmão meu sentou comigo e disse 'você deveria se candidatar'. Eu cheguei àquela vontade. [...] Eu fui a vereadora mais votada da história aqui de [...]. A mulher mais bem votada (Candidata 11- Região Nordeste -Pernambuco).

De modo distinto, na Região Sudeste, há uma predominância de mulheres no grupo de entrevistadas que descrevem a origem de seu interesse pela política partidária a partir do ingresso no serviço público, com uma presença muito forte de atuações nos movimentos sindicais, especialmente nas áreas de saúde e educação. Ao contarem suas trajetórias, muitas enfatizam a importância da atuação dentro dos sindicatos, como um elemento que as preparou e fortaleceu para uma candidatura.

O que me fortaleceu mais na política, o que me deu mais coragem, foi essa luta sindical, sabe? A gente aprende a fazer discussões, muita atividade de... muita plenária de formação, né? E a atividade sindical não desconecta da atividade política, porque a luta do sindicato... ela encontra apreço ou recusa é nos políticos, porque são eles que aprovam as nossas pautas (Candidata 14 - Região Sudeste - Minas Gerais).

Então, na minha atuação de professora, eu tinha como atuação em educação especial, eu atuava junto ao sindicato, nos debates da educação especial, e aí, a partir dessa proximidade, em 2006 eu fui convidada para poder participar na direção sindical. Na direção sindical foi onde eu comecei parte da minha militância. No sindicato, foi a maior parte da minha militância, assim, atingindo a cidade, a cidade é reconhecida por ter um movimento sindical muito forte, antes mesmo de eu entrar. Por con-

ta dessa atuação do sindicato, a gente acabou como uma referência na educação aqui na cidade. Até pelo menos 2012, eu não era filiada a partido nenhum, atuava no sindicato, atuava nos Movimentos Sociais, mas não era filiada a partido nenhum (Candidata 19 – Região Sudeste – Rio de Janeiro).

Há, de modo menos expressivo, mulheres que atribuem a motivação para o ingresso na política partidária à influência familiar e a conexões prévias:

Eu venho de uma família de políticos, sabe? Meu bisavô foi prefeito da nossa cidade, minha mãe foi vereadora por quatro mandatos, meu tio foi vereador por um mandato, meu irmão foi vereador por um mandato. Então assim, é uma família que é política, ela sempre existiu no meio de nós, o assunto da política, né? (Candidata 22 - Região Sudeste - Minas Gerais).

Embora, na Região Centro-Oeste também nos deparemos com muitas narrativas que atribuem o interesse pela filiação e candidatura partidária ao exercício de cargos do serviço público e inserção em sindicatos e associações, é muito comum encontrarmos mulheres que dizem que se sentiram motivadas a partir do contato com o universo político, ao exercer funções administrativas junto a órgãos do governo municipal e estadual. O movimento estudantil também é bastante enfatizado quando essas mulheres contam sobre o momento em que passaram a cogitar uma candidatura, conforme destacamos nas falas a seguir:

Eu comecei como professora no maior colégio da nossa cidade, Colégio Estadual Presidente Costa Silva, depois fui presidente de sindicatos de trabalhadores de educação por sete anos, aí depois fui secretária municipal de educação, presidente da Undime, da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Goiás, aí depois me candidato em 2012, fui eleita vereadora, depois em 2016 fui candidata de novo, aí eu não fui eleita, aí depois em 2020 fui eleita. (Candidata 20 - Centro-Oeste – Goiás).

A minha trajetória é do serviço público, né? Sou servidora pública há mais de 30 anos, trabalho na Assembleia Legislativa, só lá já tem 10 anos, nunca me envolvi na política, eu falei, não sou política, sou servidora pública, mas, vendo o movimento político, vendo o que a gente pode fazer como político, eu me interessei, sabe? Eu falei, eu tô há tantos anos aqui e com uma visão muito tacanha da política, que a política não era pra mim, que eu não tenho uma família de políticos, que a política não era pra mulheres, e aí eu pensei, fui refletindo sobre isso e sobre tudo que poderia ser feito de políticas públicas e resolvi me candidatar em 2020 (Candidata 18, Centro-Oeste, Goiás).

Eu me organizei politicamente no ano de 2017, quando ingressei na universidade. Aí eu conheci o Diretório Central dos Estudantes, o DCE. Tinha, assim – já desde a escola, né? –, uma vontade assim de participar de uma entidade estudantil. Na minha escola, eu estudei no colégio militar e tinha o sonho de ser do grêmio, mas não pode grêmio, né? Tinha esse desejo, aí fui pra universidade, conheci a galera do DCE, conhecendo o pessoal do DCE eu passei a me organizar no movimento estudantil e ali eu fui conhecendo os movimentos sociais. Que são movimentos sociais que compõem o partido e, logo depois, ingressei no partido. Uma curiosidade é que em 2017 o partido não era legalizado ainda, ela só foi legalizado em 2019. Então, nesse processo que eu entrei, eu participei da coleta de assinaturas para legalizar. Então, foi daí, assim, que eu comecei. (Candidata 10 - Região Centro-Oeste – Goiás).

A Região Sul, em oposição às demais, é composta por mulheres que vêm de famílias com envolvimento com a política partidária e atuação em cargos de confiança em órgãos do governo. O perfil de candidatas do ramo empresarial é um aspecto que só se verificou nessas entrevistas. Essas mulheres, que afirmam terem financiado suas campanhas com recursos próprios, são contadoras, médicas, empresárias. Tal fato parece estar relacionado com a perspectiva das mesmas – esboçada durante as entrevistas – de que o acesso das mulheres aos cargos políticos depende muito de estratégias eficazes e planejamento de campanhas. Muitas delas afirmam que tinham o desejo de ingressar na vida política, mas que tal fato só se concretizou a partir de um convite vindo dos partidos que tinham carência de mulheres. Isso resultou, no caso delas, em êxito eleitoral. Uma das entrevistadas parte de um movimento de mulheres na igreja, contudo, com uma perspectiva completamente diversa da que foi observada nas mulheres da Região Norte e Nordeste, já que o movimento em questão conjuga os ideais de empreendedorismo, religião e política.

Até quando a gente se filiou em 2020, que foi para a eleição municipal, eu me filiei por conta do grupo político que estava até concorrendo a majoritária, que é por onde eu recebi o convite para sair vereadora. Então, na época, o prefeito era do *partido*, a secretária de políticas para as mulheres também, e aí esse foi o movimento que a gente fez. (Candidata 02 - Região Sul - Paraná).

Há 5 anos. Antes da eleição eu tive um cargo de confiança no governo federal e eu morei em Brasília exercendo esse cargo, antes de ter o pleito, né? Aqui no município. Quando eu fui a Brasília, eu não era nem vinculada a partido. Eu fui cargo de confiança do governo anterior, né?! Não tinha um partido específico. E aí, eu fui convidada, para a eleição eu filiei no *partido*. (Candidata 09 – Região Sul – Paraná).

Então, eu sempre tive vontade de um dia ser candidata a um cargo eletivo e isso surgiu quando eu iniciei a faculdade de Direito. A gente estuda muito sobre História, sobre democracia, sobre a participação popular e me veio essa vontade, porém, eu sabia das dificuldades de que era ser candidata, ainda mais por ser mulher e por ser jovem. Então, eu imaginei assim: carreira primeiro na advocacia e depois que eu tivesse popularidade, digamos assim, eu seria candidata. E assim comecei, me formei, comecei a participar ativamente da OAB e na última eleição, em 2020, veio o convite, totalmente inesperado, para eu ser candidata, especificamente, porque nós tínhamos carência de candidatas femininas. Então, me chamaram ‘pra’ participar dentro da cota de gênero e aí, como, enfim, já era algo que eu imaginava, era um sonho meu, eu achei que eu deveria aceitar e deu certo. (Candidata 03 – Região Sul – Santa Catarina).

Desse grupo de entrevistadas, apenas uma candidata destaca sua atuação no serviço público, especialmente sua militância na área da educação inclusiva, como fundamental para o seu despertar para a política. A mesma, todavia, é de Goiás, e se candidatou pelo Paraná. O movimento estudantil, com a atuação em diretórios de estudantes, aparece em segundo plano, nesse conjunto de relatos.

A minha história com a política começou um pouquinho mais cedo do que eu geralmente contava, né? Eu morei numa cidade muito pequena, de 10, 11 mil habitantes,

mais ou menos, quando eu era criança, e os meus pais já se envolviam com política, mas num outro espectro político ao qual eu me identifico, né? Depois, desde a adolescência, eu participava sempre, assim, de carreatas, movimentações, de política de cidade interior mesmo. Então, a política sempre foi uma coisa presente na minha vida, de um jeito ou de outro, né? [...] Então, eu passei a me envolver quando eu entrei na universidade, foi onde tudo começou para mim, né? De um ponto de vista político, independente, né? Sem depender de influências de família, de amigos, enfim. (Candidata 04 – Região Sul – Santa Catarina).

Diante do exposto, evidencia-se uma nítida diferenciação entre as origens e trajetórias das entrevistadas, especialmente no que diz respeito às mulheres das Regiões Norte/Nordeste e Região Sul. As Regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentam similaridades no perfil das candidatas que participaram do estudo, com a prevalência de mulheres que advêm do serviço público e com engajamento em sindicatos. Embora tenha sido possível verificar essas diferenças entre regiões, acreditamos que as mesmas derivam não apenas das características e contextos culturais regionais em que se inserem as mulheres, mas também do perfil socioeconômico das mesmas. O lugar que ocupam no espaço social sugere práticas, vivências e acesso a diferentes tipos de “capitais” (capital social, capital econômico, capital cultural), o que as conduz a trajetórias e caminhos distintos até o momento da decisão por uma candidatura partidária. Todavia, observa-se que, para a maioria delas, as pretensões aos cargos políticos não fazem parte dos interesses iniciais, mas se trata de um longo percurso, repleto de questionamentos e dúvidas. Mesmo quando são lideranças extremamente engajadas, a aspiração a uma candidatura pareceu fora das perspectivas, ou sequer foi cogitada, durante muito tempo, segundo elas mesmas relatam.

5.3. Violência Política de Gênero

A violência política de gênero é um fenômeno que sempre existiu, pois se trata de condutas cuja finalidade é impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos das mulheres, incluindo-se qualquer distinção, exclusão, restrição ou depreciação com base no estereótipo de gênero. Neste trabalho, ficou evidente a importância de nomear e categorizar essas condutas com o objetivo de dar visibilidade e elucidá-las como um dispositivo a partir do qual sistemas jurídicos e políticos devem ser instigados a se movimentarem para a criação de novas estruturas de enfrentamento.

A violência política de gênero possui diversas variáveis e não se busca dar conta de todas elas neste projeto, pois isso demandaria um trabalho de mais longo prazo e aprofundamento. O nosso esforço, por ora, será explicitar todas as formas dessa violência que foram citadas pelas 80 (oitenta) entrevistadas, apresentando condutas nas quais a condição de sexo emerge como determinante.

Pretende-se, com isso, apresentar um quadro de referência de condutas de violência política de gênero, considerando a experiência das mulheres que estão na política dos municípios. E isso será feito a partir da voz delas e para elas, pois se trata de uma contribuição para que todas compreendam o que é essa forma de violência e como ela se manifesta.

A proposta deste item do relatório, portanto, é nos atermos à apresentação do resultado da coleta de dados com breves análises, dispensando, neste momento, a elaboração de maiores hipóteses teórico-políticas. Contudo, cabe esclarecer o pressuposto conceitual da categorização realizada.

Este relatório tem como ponto de partida a concepção de que a violência política de gênero deve ser compreendida em contraste com o poder. Na segunda parte do ensaio *“Da Violência”*, de Hannah Arendt (2006), a filósofa afirma que as questões sobre a violência permanecem obscuras no campo da política, sendo que tradicionalmente os teóricos políticos articulam política, poder e violência como fenômenos correlatos, e não em contraste. Mas Arendt propõe que o poder seja desvinculado da ideia de dominação e mando, diferenciando-o da ideia de força e violência.

Poder é a “capacidade humana não somente de agir, mas de agir em comum acordo.” Ou seja, o poder é um dispositivo positivo relacionado à possibilidade de alguém participar e influenciar as tomadas de decisões coletivas de determinada coletividade. A violência, ao contrário, é um dispositivo com valor negativo, pois se refere à ausência desse poder de agir para a construção de algo comum.

A eficiência da violência e sua força de opressão contra grupos independem da quantidade de pessoas que a realiza, pois, como exemplifica Arendt, apenas um homem com sua metralhadora já é capaz de agredir e matar milhares de pessoas. Mas há uma intensidade na efetividade da violência coletiva que se reflete na coerência de um grupo com forte vínculo. Desenvolvem-se sentimentos fraternos que engendram segurança a este grupo, que, muitas vezes, sente-se autorizado a agir de forma explícita ou não contra algo negativo que seus componentes considerem desestruturante.

Essa violência parece estar introjetada no corpo político quando se pensa nas tensões, obstáculos e resistência ao gozo dos direitos políticos pelas mulheres. Há algo nesse corpo que rechaça a assimetria entre homens e mulheres como uma relação de igualdade, convertendo essa diferença em hierarquia e desigualdade com fins de dominação, de exploração e opressão. E isso é um processo histórico que está na fundação da constituição do ser mulher na sociedade, como algo estrutural. O corpo político converte a diferença em desigualdade e a desigualdade em relação entre superior e inferior.

Esse é um processo que está na base da violência política de gênero, em que a violência se manifesta como uma ação que trata a mulher não como sujeito, mas como objeto, caracterizando-se pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que a atividade e a fala do outro são impedidos, anulados ou invalidados ou não convalidados. Essa violência está na estrutura social moderna fundada no patriarcado, ou melhor, na dominação masculina.

Por isso, apesar de várias mulheres não compreenderem, negarem ou não perceberem que estão sob o campo da violência política, é fundamental destacar que, infelizmente, **todas** as entrevistadas sofreram ou sofrem a violência política de gênero, independentemente do partido, da ideologia ou do contexto em que estão. Ressalta-se que este trabalho considera como violência política de gênero aquelas realidades – postas e faladas como “desafios e obstáculos” para as mulheres na política – que, na verdade, compõem formas de cercear ou anular a possibilidade de a mulher ter poder. E o poder é, como visto, a possibilidade e a capacidade de a mulher participar dos espaços públicos, articulando-se ali de forma livre.

Portanto, a sub-representação, a exclusão política, o silenciamento, a opressão, os discursos sobre a não capacidade da mulher, a falta de acolhimento, o racismo, o etarismo, o ambiente de insegurança, a desproporcional divisão de tempo do trabalho reprodutivo, o machismo institucional, a solidão, a sobrecarga, dentre outras variáveis, são formas de manter a mulher longe do espaço público e do *locus* de decisões sobre o bem comum. Ou seja, são formas de violência política de gênero. E é a partir dessas considerações que serão apresentadas as categorias abaixo e os respectivos dados coletados das entrevistas realizadas por este projeto de pesquisa.

5.3.1 “Machismo”

A primeira variável é o que as entrevistadas denominaram como “machismo”, referindo-se a uma violência estrutural que há na sociedade atual e que se expressa no fato de que ainda há um lugar social da mulher como objeto, e não como um efetivo sujeito político. Trata-se de um lugar ou papel pré-definido, do qual partem premissas de como a mulher deve se comportar e de onde a mulher deve estar. E, principalmente, o “machismo” refere-se ao fato de que o espaço de poder é o espaço do homem.

Neste primeiro momento, o foco será na compreensão de que este “machismo” da sociedade reflete na política como um todo. Elas afirmam que “o machismo está presente em todos os espaços, até mesmo dentro do próprio partido, independente se é de direita ou de esquerda” (Candidata10 – Centro-Oeste – Goiás) e algumas ainda afirmam que ele é mais acentuado dentro do ambiente político, pois se trata de um espaço em que o poder é o centro. Diz expressamente a candidata da Região Sul que “a gente vive em um país machista e a política é mais ainda”, o que, para ela, reforça um machismo estrutural e social dentro dos partidos.

As entrevistadas também destacam a preocupação com as mulheres que são machistas e como elas dificultam o trabalho desenvolvido em prol dos avanços das mulheres na política. Afirma uma candidata de Santa Catarina:

Eu tenho outra colega vereadora, no total são quinze, então são treze homens e duas mulheres. Ela já é vereadora já no segundo mandato e no total da Câmara eu sou a quarta mulher, então nós só tivemos quatro mulheres na Câmara até hoje, então é algo bem grave na nossa história, a participação feminina. E as mulheres que acabaram passando, em especial, essa minha colega que hoje se encontra, ela é extremamente machista, então a gente também não tem... É como se eu não tivesse outra colega mulher, não conto com ela 'pra' nada das pautas de gênero. (Candidata 03 – Região Sul – Santa Catarina).

Dessa perspectiva geral do “machismo”, decorre o fato de que as violências sofridas pela mulher na sociedade refletem e se reproduzem no ambiente político. Para as mulheres é nítido que:

nós estamos mais suscetíveis a passar por essas violências, né?! A gente percebe, no decorrer das nossas conquistas, que a violência contra as mulheres [...] vai se adequando aos espaços que as mulheres entram. É isso, a gente precisa ter leis que nos protejam em todos os lugares que a gente frequenta, né?! (Candidata 04 – Região Sul – Paraná).

É a partir desse “machismo” que diversas outras variáveis foram sendo apresentadas pelas entrevistadas, pois ele se constitui na base de todo o debate. Ressalta-se que o termo “machismo” está entre aspas, pois este relatório se utilizou da expressão mais repetida pelas depoentes. Contudo, sabe-se que nele estão reflexões sobre o patriarcado e sobre as diversas concepções que a teoria política e social expressa como “formas de dominação masculina”.

5.3.2 O lugar social da mulher é no espaço privado

O “machismo” reflete algo que é fundamental para as violências políticas sofridas pelas mulheres: a concepção de que o espaço privado ainda é o lugar social e o papel das mulheres, sendo o espaço público e político um *locus* reservado para o masculino. Isso decorre, como nos mostra Simone de Beauvoir (2019) na obra *O segundo sexo*, do fato de que elas são herdeiras de um pesado passado, o qual se constituiu historicamente “encaixando” a mulher como aquela figura do privado e do doméstico. O homem, ao contrário, tem seu processo histórico e de formação individual direcionado para a construção de futuros e de responsabilidades com o coletivo e o político.

Trata-se de uma constituição histórica do lugar social definido ao homem e à mulher, que reflete no contexto político atual com a manutenção dos estereótipos de gênero. Para esta pesquisa, esta variável não é um dado “natural” da diferença entre homem e mulher, mas algo construído pelo processo histórico. Esses papéis de gênero, que tradicionalmente atribuem a esfera privada e doméstica às mulheres, negando a elas o espaço público, foram muito citados pelas depoentes durante as entrevistas realizadas. Eles decorrem de uma perspectiva de homens, mas também de outras mulheres, como dizem:

Olha, isso é muito diverso. O próprio pensamento social de que mulheres não votam em mulheres, a visão que a sociedade tem de que mulheres não pertencem a espaços públicos, é um grande desafio para a gente transpor. (...) Para a gente poder aumentar a representatividade das mulheres é preciso que as pessoas enxerguem que aqui também é o nosso lugar... e a gente consegue mudar a estrutura social de dentro para fora. Porque a gente está no lugar onde se tomam as decisões e a parte do legislativo... o executivo, às vezes, é muito mais difícil porque a gente tem uma representatividade muito menor de prefeitas. (Candidata 02 – Região Sul – Paraná).

[...] acho que é um mundo muito masculinizado, mesmo a gente estando no meio político. Exemplo: quando eu chego em uma reunião, se tá eu sozinha e um monte de homens, se a gente não se impor são ouvidos mais os homens... Então, assim, é um meio muito machista, muito masculino. Obviamente que não é a totalidade, a gente encontra muitos homens que lutam para que a mulher esteja na política, mas eu nunca adaptei com isso não, eu sempre lutei pelo meu espaço, mas não é o que [acontece] com a maioria. (Candidata 15 – Região Sudeste – Minas Gerais).

Aí tem a questão, o obstáculo financeiro, o obstáculo de conciliar os nossos diversos papéis, a falta de apoio, inclusive na própria família e na sociedade também, por ver que na política é um ambiente mais masculino, é um ambiente mais agressivo, é um ambiente que não valoriza efetivamente a presença feminina... Então não são raras as vezes também que a gente escuta que foi dado um cargo, um papel, uma liderança para um homem, por se necessitar de uma figura que tenha um pulso firme, como se nós, mulheres, não tivéssemos a capacidade de exercer essa função, exercer esse papel, estar neste lugar, então desmotiva a gente. (Candidata 10 – Região Sul – Paraná).

A Candidata 01 da Região Nordeste afirma que a política continua a ser um espaço dominado por homens, em que as mulheres muitas vezes se sentem marginalizadas e sub representadas. Ela ressalta que as mulheres são “tratoradas” nesse ambiente, sugerindo que são constantemente ignoradas, minimizadas ou até mesmo silenciadas em favor dos interesses masculinos dominantes. Essa candidata enfatiza que tudo para os homens é mais fácil, enquanto que as mulheres, em regra, enfrentam uma série de desafios que vão além das demandas inerentes ao cargo. Essa afirmação reflete uma realidade social profundamente enraizada, em que os privilégios masculinos permeiam todas as esferas da vida, incluindo a política. Homens muitas vezes se beneficiam de redes de apoio estabelecidas, expectativas culturais favoráveis e estruturas institucionais que os favorecem, enquanto as mulheres lutam para ser levadas a sério, para terem suas vozes ouvidas e para avançarem em suas carreiras políticas.

No mesmo sentido, afirma a Candidata 01 da Região Sudeste que

se tinha algum homem na equipe, eles ficavam olhando pro homem, falavam com os homens, não falava comigo para conversar. Tive amigas que tiveram comentários de ir cozinhar... que não era lugar [delas] na política, se [elas] tinham mais aparência de menininha; como eu já tinha uma postura mais agressiva, eu sou alta, as pessoas têm medo de mim. E quem era aliada à candidata à prefeita também sofria comentários assim, pois havia um medo de que ela tirasse a prefeitura do homem. (Candidata 01 – Região Sudeste – São Paulo).

Esta percepção de que há medo dos homens de que elas “tomassem” a prefeitura está em outras falas das entrevistas realizadas. Parece haver um grande receio e um grande desconforto dos colegas ao observar as mulheres na política, a forma como elas falam, se movimentam e, muitas vezes, se destacam ou “tomam” lugares que são comumente postos para o masculino. É como se isso mudasse uma lógica do espaço político que lhes parece natural: a de que este espaço é masculino e tem regras e procedimentos que prevalecem neste sentido.

A Candidata 09 da Região Sudeste afirma que isso é perceptível até pelas estruturas físicas dos espaços políticos. Ela afirma que “na Assembleia Legislativa de Belo Horizonte, até bem pouco tempo atrás, você não tinha um trocador de fralda, porque não foi um espaço pensado para mulheres”. (Candidata 09 – Região Sudeste – Rio de Janeiro). E esse fato é uma conquista recente, pois o trocador de fraldas é raro em Casas Parlamentares. O que se tem, na maioria dos espaços, é uma ausência de infraestrutura para gestantes ou falta de segurança efetiva para as mulheres.

Além disso, há exclusões explícitas da mulher nos espaços políticos. Nesse sentido, a Candidata 06 da Região Norte trouxe à tona a questão da falta de espaço e acesso para realizar atividades políticas, como reuniões e debates. Ela mencionou a dificuldade de encontrar espaços adequados para realizar essas atividades na sua cidade, tendo que constantemente solicitar autorização de um vereador para utilizar uma sala na Câmara Municipal. Essa falta de acesso a espaços físicos para se reunir e discutir questões políticas limitou, durante muito tempo, a atuação do movimento de mulheres negras do qual a candidata faz parte. Ela disse:

Primeiro que estar no coletivo, na verdade, estar no movimento social, me fez entender, porque eu lembro que nós estávamos no nosso coletivo de mulheres, e ali a gente fazia várias coisas e algumas eram bem difíceis da gente conseguir, por exemplo, conseguir um espaço para fazer um ato, uma reunião, por exemplo, se a gente queria fazer [em] um espaço fechado, uma casa, alguma coisa, vamos falar ou fazer um requerimento ou uma proposição, a gente pensou em uma proposição, e aí a gente falava com o vereador, inclusive do *partido*, aí a gente entendeu que, se a gente tivesse lá, que a gente não ia ter que passar por isso, que seria mais fácil de a gente conseguir coisas como essas. (Candidata 06 – Região Norte – Pará).

A Candidata 12 da Região Sudeste relata essa exclusão de espaços “masculinos” como explícita situação de violência política de gênero. Ela conta que foi participar de uma reunião com o governador e, ao chegar, foi barrada pelo número de pessoas que estavam presentes. Entretanto, todos os homens entraram. Ela diz que se revoltou tanto que uma das secretárias acabou a levando para a sala de reuniões onde o governador estava:

Eu lembro que eu tive um encontro com o governador do Estado. A gente saiu daqui pra ir numa reunião no gabinete dele em Belo Horizonte. Na época era até Newton Cardoso. Eu tinha recebido o convite porque eu era do (...) e ele também, então a gente foi. Aí, quando chegou lá na porta, no gabinete pra entrar, tinha um número de pessoas. Essa foi [a situação] que mais me marcou. Aí tinha um número de pessoas pra entrar, porque tinha agendado com mais cidades no mesmo horário, não era só

a nossa cidade. Aí, na hora que eu cheguei pra pessoa que tava recepcionando, [ela] falou que não ia dar pra entrar todo mundo, porque tinha um número de pessoas. Aí eu falei assim: 'Mas eu vou entrar!' Ela disse, mas a senhora não tá... a senhora não vai entrar. Aí eu falei que 'ia entrar porque ele me convidou e eu não ia vir aqui pra andar à toa não, porque, se vocês convidam, vocês têm que ter estrutura pra receber a gente'. Aí, menina, todo mundo entrando, da minha cidade ia entrar... só eu que não ia. Olha, pra você ver, aí eu me senti discriminada. Aí eu falei com eles: 'Olha, eu vou entrar, sim!' Eu ainda fui atrevida, minha filha, eu falei assim: 'se eu não entrar aqui, eu não me chamo' (...). A gente não tinha celular, não podia comunicar com ninguém lá dentro, eu não conhecia ninguém. Aí o presidente, o vice-presidente entraram, aí na hora que eles entraram eu fiquei... Aí tinha uma moça sentada na cadeira e eu chamei ela e falei com ela: 'Eu tô muito decepcionada, porque eles me barraram, então pra que convidou a gente? Não era pra ter convidado!'. E olha, pra você ver, eu que era do partido do governador. O prefeito não era, o vice-prefeito não era, os outros vereadores não eram, eu era a única do partido e não podia entrar. Eu falei com a secretária. Aí ela falou: 'não, então a senhora vai entrar'. E eu disse: 'isso é um absurdo, eu que sou do partido do governador não vou entrar'. Aí, menina, ainda na hora que eles entraram eles riram da minha cara, sabe? Aí eu vi, assim, a ironia deles na hora que eles entraram. Aí, na hora que eu entrei, a moça me pegou pelo braço e me levou, me colocou lá na sala, e o Newton Cardoso, governador, veio, me deu um abraço. Aí eu me apresentei pra ele e aí ele falou: 'que bom que a senhora veio'. Me tratou muito bem, sabe? Mas, perante a comitiva da minha cidade, eu passei por esse constrangimento. Aí, na hora que terminou, eu falei pra eles: 'viu? Eu não falei pra vocês que, se eu não entrasse, eu não chamava mais (...)'. (Candidata 12 – Região Sudeste – Minas Gerais).

A não compreensão acerca da importância de se fomentar o espaço da mulher na política, e a percepção aqui narrada sobre a concepção de que este *locus* é masculino, é algo muito grave, refletindo em violências políticas que ocorrem nas casas legislativas. Como será visto abaixo, isso é algo corriqueiro dentro dos partidos políticos, constituindo-se no principal problema do que será chamado, neste relatório, de “violência intrapartidária”.

5.3.3 Ausência da divisão do trabalho reprodutivo: a maternidade e os relacionamentos

Essa concepção de que o lugar “natural” da mulher é o espaço privado e doméstico atua como um limitador do engajamento político feminino. A negação da mulher no espaço da política se reproduz até mesmo no ambiente familiar e nos relacionamentos conjugais, em que as candidatas ou mandatárias enfrentam oposição. É o que fica evidente na fala da entrevistada 07 da Região Norte ao dizer que “nossos casamentos não suportam a vida política. As mulheres foram sempre colocadas no lugar de acompanhar os homens na política, mas os homens não conseguem [nos] acompanhar” (Candidata 07 - Região Norte - Amazonas). Ou ainda da candidata 02, da Região Centro-Oeste, que, ao falar dos preconceitos enfrentados, é enfática ao afirmar que eles “se iniciam dentro de casa, as dificuldades, muitas vezes, se dão por parte dos maridos que desestimulam e dificultam o processo” (Candidata 02 - Região Centro-Oeste – Goiás).

Em outra entrevista, uma vereadora eleita do Pará, ao ser questionada sobre seu estado civil, nos responde que “ainda” é casada e que um dos maiores desafios da mulher na política é a família. Diz, enfaticamente, que “o marido não entende e os filhos não entendem. Eu vivo no mundo, né?

Porque eu trabalho muito. O preço é muito alto... Família". (Candidata 02 – Região Norte – Pará). Todas essas narrativas dão conta dos enfrentamentos que essas mulheres vivenciam na esfera privada diante da "ousadia" de pretenderem pleitear e ocupar um espaço na política partidária.

Se, por um lado, hoje as mulheres estão em posições de poder historicamente ocupadas por homens, diferentemente deles elas não se veem desobrigadas das responsabilidades familiares e domésticas, do cuidado com os filhos e com os idosos. A preparação e vivência de uma campanha eleitoral, e depois o exercício de um mandato, exigem muito do tempo delas, que acreditam que "um dos grandes desafios é conciliar de maneira bem completa a vida doméstica com a vida pública". (Candidata 04 – Região Sudeste – Rio de Janeiro).

Nesse cenário, a maternidade aparece com um dos principais aspectos a serem ponderados pelas mulheres no momento da tomada de decisão. A fala da candidata 03 da Região Nordeste representa as muitas vozes que foram ouvidas ao longo de todo esse processo, que afirmam que a disputa eleitoral não deixa espaço para as mães. Às mulheres mais fragilizadas socialmente, a maternidade tem um impacto ainda maior, já que, na maioria das vezes, elas não têm com quem deixar os filhos para participarem de reuniões ou fazerem campanha.

Então, tô te trazendo isso, porque eu acho que é um desafio da mulher poder conciliar a política com o trabalho reprodutivo que, no meu caso, eu tô falando de um desejo da maternidade, mas que, em outros casos, pode ser uma mulher que cuida da sua família, que cuida de uma pessoa idosa... outros compromissos relacionados com o trabalho reprodutivo, o trabalho de cuidado. Eu conheço muita liderança de mulheres que são de partido, mas, antes delas se filiarem, elas pensaram tanto em se filiar, porque, quando você se filia no partido, você tem que dedicar um tempo pra poder atuar politicamente, as reuniões no partido político vão horas a fio, aí você tá lá na reunião com filho pequeno e você pensa: 'e o almoço das crianças?' Porque você vai para reuniões dos partidos, por exemplo, as reuniões... elas duram horas a fio, duas, três, quatro, cinco horas de reunião partidária... Aí você tem filho pequeno, você quer levar, aí nas reuniões do partido não tem espaço para crianças. (Candidata 03 – Região Nordeste - Ceará).

Manter as responsabilidades domésticas, profissionais e políticas torna-se, portanto, uma tarefa árdua, limitando a capacidade das mulheres de se engajarem plenamente na política. Logo, o peso da carga adicional de responsabilidades que muitas mulheres políticas enfrentam, em paralelo às suas funções públicas, perpassa as falas de nossas entrevistas nos mais diferentes contextos, embora com nuances diferentes, a depender do perfil socioeconômico das mesmas. Conforme argumentamos, a maternidade é um elemento que impacta sobremaneira nas decisões pela candidatura e até mesmo para a reeleição. Algumas mulheres afirmaram não pretenderem se reeleger, levando em consideração seus casamentos e filhos. Tal aspecto pode ser observado na narrativa a seguir, em que uma vereadora eleita do Paraná desabafa e explicita os motivos pelos quais não vai se candidatar à reeleição, mesmo acreditando que fez um bom trabalho e que poderia contribuir mais. Ela afirma que, mesmo podendo contar com o auxílio de funcionários, não consegue continuar:

E isso que eu te falei, eu vejo que é o maior obstáculo pra mim hoje [se refere às responsabilidades familiares]. [Perguntam sempre a ela] ‘Por que você não vai para a reeleição?’ Porque é lindo empoderar a mulher. Mas, e todo contexto que vem por trás? [Contexto] familiar mesmo, porque você tem que se organizar sozinha, né? Então, é obstáculo, porque você não tem uma divisão de tarefas iguais. Eu ainda tenho uma estrutura, funcionários que me ajudam com os meus filhos e etc. Eu sou casada, mas meu marido não é uma pessoa que divide comigo. Falou assim: ‘você quer ser política, amor, vai lá, bato palma para você, mas a tua parte em casa você continua cumprindo’. E aí como é que faz? Aí à noite eu tenho eventos, eu me organizo com funcionários. [Mas] nem toda mulher pode ter essa condição de ter funcionários... Ou eu não posso ir nos eventos. E aí é uma disputa desigual, porque o homem, se precisa ir a um evento, ele vira as costas e vai pros eventos. E a gente não, a gente tem horário com filho, a gente tem responsabilidades para com a família, né? A política não é um trabalho comum, a política te exige horários que um trabalho normal não exige. Te exige finais de semana. Então, eu acho que, para a mulher, é um grande desafio, você acaba tendo que sacrificar a sua família, porque é raríssimo as famílias em que o homem assume as funções dentro da casa, né? Eu acho que ainda a gente luta, luta, a mulher luta, luta por uma igualdade entre os sexos, mas a gente só tá lutando para ter os direitos dos homens, mas a gente não tá lutando para ensinar o homem que tem que dividir com a gente a parte doméstica familiar. Então tudo isso pesa muito. (Candidata 09 – Região Sul – Paraná)

Ser mãe e a responsável pelos cuidados domésticos e familiares em geral onera sobremaneira as mulheres que disputam uma eleição ou mesmo que exercem um mandato, a ponto de muitas desistirem. Algumas se afastam da esfera política para regressarem somente mais tarde. É o caso de uma entrevistada de Minas Gerais (Candidata 12), que relata que teve de abandonar a carreira política que tanto a realizava, porque o marido não aceitava e os filhos dependiam dela. Ela voltou somente muitos anos depois, quando se tornou viúva e os filhos já eram adultos. Outra candidata, da Região Sul (Candidata 09), nos conta que, ao vencer as eleições, chorou muito, pois seu bebê estava apenas com três meses, ainda durante a campanha, e que ela não sabia o que fazer e como conciliar o cargo eletivo com a vida privada. Essas narrativas e desabafos, registrados durante todo o processo de construção desse estudo, revelam uma das nuances e desafios de ser mulher na política. Aqui escolhemos dar voz a elas, para que elas mesmas contem essas histórias.

5.3.4 Cobranças da vida privada e referências à aparência

Outro ponto importante que fala sobre a “naturalização” do feminino, e de como ele deve se comportar e ser na sociedade, refere-se ao fato de que as mulheres que estão na política frequentemente são alvo de avaliações excessivas sobre sua vida pessoal e aparência. Desde seu corpo, sua vestimenta e seu estilo, até os seus momentos de lazer, todos os aspectos de sua vida são colocados sob os holofotes da mídia e da opinião pública de maneira opressiva. Afirma a Candidata 13 da Região Centro-Oeste que “o lugar da mulher é ali usando um creme, o lugar da mulher é ali no perfil de padrão de beleza”. (Candidata 13 – Centro-Oeste – Distrito Federal). Os padrões postos sobre as mulheres pela sociedade trazem – como se observa das falas das depoentes – mais uma desproporcionalidade e desigualdade de gênero na política.

É importante destacar que esta variável da violência política de gênero é especialmente percebida na Região Sul, ao contrário das anteriormente citadas, que foram apresentadas de forma igual e com o mesmo peso em todas as regiões. A fala da Candidata 06 da Região Sul demonstra o quanto a mulher tem sua liberdade individual comprometida. Ela conta sobre suas dificuldades e sobre as cobranças sociais em sua região. Ela observa que os homens gozam de uma liberdade individual plena em seu município, dando o exemplo do prefeito da cidade que, em exposições agropecuárias, é muitas vezes visto se excedendo no uso de álcool. Contudo, é exigido socialmente dela, conforme afirma, uma postura reservada e, por ser solteira, é exigido que ela seja casta. Ela narra que suas redes sociais pessoais não podem conter nenhuma imagem que possa sugerir que ela não tenha recato. Ela diz:

Eu não estou namorando nem nada disto, mas eu tenho, eu tenho 8 colegas vereadores, né? Se algum deles hipoteticamente fizesse algum deslize, eles não vão... a sociedade vai colocar panos quentes. Se eu fizesse qualquer deslize: oh é o assunto! Vai virar: "Porque a (...), porque isso, porque aquela vereadora" . Tô tomando uma cerveja com uns amigos, vou postar? Não, não vou postar porque vão julgar. Enquanto os homens estão lá tipo, caindo de bêbado, o prefeito da minha cidade em eventos públicos, aquelas exposições (...), caindo de bêbado assim na frente de todo mundo. Vai lá eu e faço uma coisa dessas, nossa, vira o comentário. Então eu tomo esse cuidado de não me expor muito nas redes. (Candidata 06 – Região Sul – Paraná).

A predominância deste tema nas entrevistas realizadas com candidatas da Região Sul, contudo, não exclui o fato de que essa restrição da liberdade da mulher no tocante à sua individualidade pode aparecer em todo o País, ainda que às vezes seja posta a partir de condutas sutis ou não-ditas. Destaca-se, aqui, o depoimento da Candidata 10 da Região Norte, que relata que é alvo de muitas "fococas" sobre sua vida amorosa e que, apesar de não gostar, tenta brincar e não se abalar:

(...) eu sou mulher, né? E, se me der vontade de ir no barzinho em (...), eu não posso fazer isso. Não reflete bem, então eu evito, a vida bloqueia um pouca a vida social, a gente fica muito no anonimato ali, essa é a parte ruim... Um desafio, ainda mais eu, que sou muito dada com as pessoas, eu ando na rua de pé, de carro, de bicicleta, de carona, de tudo que é jeito. (Candidata 10 – Região Norte – Pará).

No contexto da vida privada, a aparência física das mulheres é o maior alvo de comentários. As depoentes narram que constantemente ouvem falas sobre seu cabelo, maquiagem, roupas, seu peso e aparência física, o que não parece ser algo que acontece com os homens que estão na política. De forma geral, afirmam as depoentes que a ênfase é excessiva na aparência, desconsiderando as qualificações e propostas políticas das mulheres, que ficam em segundo plano. Isso, para elas, reforça na sociedade a ideia de que as mulheres são julgadas por seus atributos físicos, em vez de serem observadas por seus méritos e realizações.

A Candidata 04 da Região Sul relatou que, no primeiro ano de mandato, esforçou-se para se adaptar àquele espaço, passou a usar salto alto, vestido e maquiagem, e que isso fez com que ela deixasse de se reconhecer ao olhar no espelho, que muitas vezes ela se sentia perdida, chegando a desenvolver depressão. Segundo ela, nas noites que antecediam às sessões, ela costumava chorar a noite toda. Frisou, ainda, que a mídia, ao falar de uma mulher, especialmente no interior, sempre fala sobre aspectos ligados à imagem, à beleza, ao peso, ao cabelo e às roupas que essa mulher usa. Citou, inclusive, uma matéria do principal jornal da sua cidade que noticiava quem eram as pessoas que haviam sido eleitas em 2020 e que o comentário mais curtido do post no *Instagram* falava sobre o peso dela. A fala dessa candidata destaca que:

Então, eu tentei me adaptar àquele ambiente, de ser uma menina, uma jovem, solteira, num ambiente muito masculino e majoritariamente com uma idade, aliás, com uma média de idade de mais de 50 anos. (...) eu ia muito arrumada para a sessão e usava salto alto, que eu nunca usei, não usava até ali, passei a usar nos primeiros meses da sessão e depois parei. E aí eu fui me reinventando, me reconectando comigo mesmo, mas eu perdi minha identidade de mulher naquela época, eu sinto. E isso foi pesando mais. Então nos primeiros meses do mandato eu tentei me adaptar àquele ambiente, eu ia muito maquiada, ia muito de salto alto, usava muito vestido e coisa e tal, e depois de um tempo, [depois de] ter sofrido muitas violências no começo do mandato, eu virei uma chave, assim. Não, não, mas eu tô me perdendo, eu tô me perdendo, assim. E aí eu falava pra mim, e para a minha psicóloga, quando eu ia muito arrumada, eu ia muito mal na sessão, me perdendo na oratória, perdendo a capacidade de articulação, a capacidade de arguição das minhas defesas, enfim. E quando eu ia eu mesma, aí eu ia bem. Ou, tipo, desarrumada, porque eu passei um período muito deprimida nos primeiros seis meses. Então eu ia, eu passava a véspera da sessão, que era domingo à noite, chorando copiosamente até dormir, até a segunda-feira que eu tinha que ir pra sessão. Então eu sempre ia muito arrasada. Tinha períodos, assim, nos primeiros seis meses.

Então eu era muito arrumada pra tentar mascarar um pouco do efeito do sofrimento que eu tinha naquela época, mas também muito derrotada, muito acabada, muito deprimida. E eu falava pra ela [psicóloga] que, quando eu ia eu mesma, quando eu tentava me concentrar e olhar porque eu tô aqui e tudo aquilo, eu ia bem. E aí, quando essa imagem, e eu falei muitas vezes isso na tribuna, né, que pros homens é vestir o mesmo terno toda sessão e aparecer. Pra gente, se engordou, se emagreceu, se pintou o cabelo, se cortou o cabelo. Eu descobri nos últimos anos que eu recebi um apelido de Peppa Pig. E isso, nossa! Não precisa nem dizer que... E aí descobri um outro recentemente também.

Então, assim, vários apelidinhos que vão chegando, que você vai escutando ou ouvindo que falaram sobre você. Mas eu lembro muito, muito claramente sobre a primeira matéria que fizeram aqui na cidade sobre os vereadores eleitos. Então foi em 2020, naquela semana de novembro, que foi novembro, 15 de novembro, naquela semana foram publicadas as matérias... E aí eu fui a segunda mais votada na cidade entre mais de 260 candidatos. A matéria falava sobre a (...), defende a inserção de mais mulheres na política ou vai falar mais sobre os direitos das mulheres: era sobre os temas centrais dos candidatos, dos vereadores eleitos. E aí um comentário lá, muito curtido, era assim: 'só mais uma que vai voltar mais gorda no final do mandato'. E aquilo me pegou tanto, porque eu senti um problema com compulsão alimentar, com o peso, e, portanto, com o transtorno alimentar e o efeito disso.

Então, eu tenho dito muito, assim, pra outras candidatas mulheres: nesse ambiente vocês têm que criar um distanciamento seguro sobre esses comentários, sobre esses comportamentos, porque não é somente sobre ser mulher, mas é também sobre aquilo que vocês representam. Então, portanto, pras mulheres da direita e da esquerda, isso serve. É a minha opinião sobre esse tema. (Candidata 04 – Região Sul – Santa Catarina).

Acho que nesse ambiente, inclusive dos movimentos sociais e da política, continua sendo a imagem que chega primeiro, para o bem e para o mal. Se engordou, se emagreceu, se está com o cabelo amarrado, se está com o cabelo solto. E acho que esses desafios foram impostos para a gente, para mim, já desde cedo, do ponto de vista dos movimentos sociais e do movimento estudantil.[...] Assim, eu passei uma época de uma geração que, em 2015, mais ou menos, do último boom do feminismo no Brasil, que tinha uma aproximação muito potente e que acabou formando muitas mulheres líderes.

A gente tem que fazer muito mais. Tem que estar sempre arrumada. Tem que estar com as unhas em dia. Porque, caso contrário, vão dizer que você é relaxada, que você não cuida nem de você, quanto mais da cidade. Então, esses são os grandes desafios. Inclusive, alcançar o respeito das próprias mulheres. E gostam de fazer essas observações sobre o nosso corpo, sobre o nosso cabelo, sobre a nossa pele. (Candidata 05 – Região Norte – Pará).

Essas cobranças externas e internas sobre a aparência e a vida íntima da mulher geram, para elas, problemas de saúde mental e prejuízos nas suas carreiras políticas, pois disso deriva perda de tempo, energia e desgastes para lidar com comentários e opiniões. Todo esse estresse as prejudica, especialmente porque elas deveriam estar apenas concentradas em questões políticas importantes e na luta diária do espaço público, focando em proposições, monitoramentos, fiscalizações e no reconhecimento de suas ações para a coletividade. Cite-se a Candidata 05 da Região Norte, ao contar seu receio durante um debate: “tomara que ele não venha falar do meu brinco” (Candidata 05 – Região Norte – Amazonas). Ela narra a sua preocupação em ser estereotipada e como isso pode atrapalhar a apresentação de suas capacidades políticas.

Importante frisar também que essas cobranças podem desencorajar outras mulheres a entrarem na política, contribuindo com a sub-representação feminina. A Candidata 03 da Região Sul relata que, a cada ano, menos mulheres têm desejado se candidatar em nível municipal e, em sua avaliação, esse afastamento das mulheres parece ser motivado pela introdução das redes sociais na atuação institucional. Ela acredita que em geral os homens não têm esse problema, pois não são cobrados em sua postura. Por outro lado, às mulheres é exigida uma conduta exemplar, desde a roupa que ela usa até a forma como ela se relaciona e fala no plenário. E finaliza afirmando que: “a partir do momento que você entra na política o seu telhado fica de vidro” (Candidata 03 – Região Sul – Santa Catarina).

Repita-se que, para elas, os homens políticos raramente enfrentam o mesmo nível de julgamento de sua vida privada e aparência física. Eles são normalmente observados com base em sua atuação profissional. Diz a Candidata 02 da Região Nordeste:

O homem tem tempo porque ele tá livre do trabalho doméstico, ele tá livre de cobranças sociais que exijam muito dele, e aí acaba sobrando para nós, mulheres. Então eles têm mais tempo pra pensar estratégias políticas, a serem figuras públicas, porque ele falam...eles não pensam se vão falar besteira. Nós, mulheres, pra pegar num microfone...Jesus...a gente pensa cinco vezes o que a gente vai falar e refaz a fala inúmeras vezes. A gente tá falando e tá refazendo o que está pensando com medo de errar, de falar alguma bobagem e ser criticada. (Candidata 02 – Região Nordeste – Sergipe).

Vê-se que há diferenças e um duplo padrão de julgamento, em que as mulheres são julgadas a partir de critérios diferentes daqueles a que são submetidos os seus colegas homens. Para elas, incluem-se sobremaneira debates sobre suas características físicas e seus comportamentos, o que parece ser um desvio de perspectiva, pois não se trata de algo que efetivamente influencia em seus capitais políticos. Além disso, as cobranças referentes aos padrões de feminilidade são construções históricas sociais que causam danos à efetividade dos direitos políticos de todas as mulheres, pois todas estão submetidas a elas, que as compreendem como dificuldades adicionais de suas participações no espaço público.

5.3.5 A pressão das redes sociais

A violência política contra a mulher na sua manifestação referente às cobranças da vida privada e do padrão de aparência é agravada pelos meios de comunicação, especialmente pelas redes sociais, que reproduzem e deixam bastante espaço para *posts* e comentários preconceituosos e discriminatórios em relação às mulheres que estão na política. As depoentes relataram, durante as entrevistas, que as redes sociais trazem vantagens, que serão citadas abaixo, mas elas também se destacam pela negatividade e pela agressividade com que expõem as mulheres candidatas e mandatárias.

A Candidata 01 da Região Centro-Oeste, ao falar sobre as mídias sociais, afirma que elas “podem perpetuar estereótipos de gênero e criar desafios adicionais para as mulheres na política” (Candidata 01 – Região Centro-Oeste – Goiás). E a Candidata 08 da Região Sudeste reforça isso, ao relatar que a mídia e as redes sociais frequentemente influenciam negativamente a imagem dela na política, focando em atributos físicos, e não na sua capacidade. Ela menciona um exemplo preocupante de um *ranking* online das candidatas mais bonitas, que ganhou grande visibilidade sem abordar projetos políticos. Diz ela:

É o que engaja é essa questão de colocar o corpo da mulher, a questão do objeto mesmo da mulher, no sentido da discussão acima da discussão política, dessa desqualificação. E [são] as mídias mais concretas aí, que abrangem uma parcela maior da população... É a mesma lógica da questão do financiamento, se você paga para eles, para você poder ter propagandas, o partido paga, se a pessoa própria paga e etc., você vai ter mais visibilidade. Então o processo eleitoral no Brasil é: se você tem dinheiro, você tem visibilidade, se você não tem dinheiro, você se vira aí para poder se demonstrar, ainda correndo o risco de aparecer nesses *rankings* aí, que desqualificam você politicamente. (Candidata 08 – Região Sudeste – Minas Gerais).

Para a Candidata 15 da Região Norte, falta aos meios de comunicação enfatizarem a qualidade das mulheres em vez de exaltarem os defeitos, focando na educação e na conscientização de todos de que o julgamento dos atores políticos deve ser por seus méritos e propostas. Corroborando com esse pensamento, a Candidata 02 da Região Nordeste diz que a mídia e “a sociedade precisa construir credibilidade em relação à mulher na política” (Candidata 02 – Região Nordeste – Sergipe). Ou seja, cabe, aos gerenciadores das plataformas de redes sociais, que eles atuem em prol do enfrentamento da violência, e não em prol de um lugar de propulsão de mais violência política de gênero.

5.3.6 O ônus de sempre ter que provar que possui capacidade e competência

Das variáveis já expostas, especialmente da preconceção de que o espaço político é o *locus* masculino e do enfoque na aparência das mulheres, decorre o ônus, bastante citado nas entrevistas, de que as candidatas e mandatárias precisam sempre provar a sua competência política. Elas afirmam que há uma constante cobrança externa e interna para que as mulheres demonstrem a sua aptidão e disposição para participarem e estejam na política.

Candidatas destacam nas entrevistas realizadas esse descrédito quanto à capacidade das mulheres e a necessidade de comprová-la a todo momento, afirmando que:

Em todos os momentos, mesmo eu tendo privilégios de estar em uma família política, o que naturalmente, numa disputa, é um peso considerável até pra gente errar menos; [pois] pessoas que já disputaram [...] estão ao nosso lado, podendo nos auxiliar e aconselhar a pegar os melhores caminhos. Mas ainda há preconceito em relação à capacidade da mulher; ele é marcante, é a capacidade, a competência, isso foi questionado muito na minha primeira eleição, porque eu assumi, desde o primeiro momento, eu assumi a presidência da CCJ, que é uma das principais comissões da Casa. Eu lembro que, na época, quando vazou e mandaram na internet, pra mídia, que eu queria, que eu estava postulando esse espaço aqui na Câmara, a minha competência e a minha capacidade foi questionada. E eu não via isso, por exemplo, de outros pares homens, com a mesma idade que eu, assumindo pontos importantes, mas a capacidade e a competência deles nunca foi questionada, nem publicamente e nem em off. No meu caso publicamente foi questionado, tem matérias no jornal, de outros vereadores questionando. (Candidata 16 – Região Centro-Oeste – Goiás).

Parece que não acreditam na gente. Acreditam nos homens, votam nos homens. Vai dar tudo errado, mas no próximo ano vota neles tudo de novo. Entendeu? É preconceito que tem mesmo. Tem muito. Não adianta falar que não tem. (Candidata 12 – Região Sudeste – Minas Gerais).

A gente ainda vive em uma cultura que é basicamente dominada por homens em todos os espaços. Então, acho que um dos grandes desafios é romper com essa ideia, com essa lógica que ainda é muito forte, e perpassa todas as relações, de que as mulheres não teriam a capacidade de articulação desses diversos espaços. (Candidata 19 – Região Sudeste – Rio de Janeiro).

Disso decorrem várias consequências, mas a repercussão mais citada é o fato de que, na busca para se “encaixar” nesses espaços, as mulheres aceitam excessos de atividades dentro do espaço político. Elas assumem muitas tarefas, às vezes, sem que haja devido reconhecimento e remuneração para tanto. É uma luta pesada e constante entrar e permanecer neste lugar. A consequência disso é a sobrecarga, o cansaço, a exaustão e o adoecimento físico e mental. Nas palavras delas:

[...] para as mulheres serem respeitadas no ambiente político partidário são obrigadas a se mostrarem mais capazes, esforçadas e habilidosas que qualquer figura masculina, se rendendo a uma sobrecarga de trabalho para não serem excluídas dos espaços de decisão. (Candidata 09 – Região Norte – Tocantins).

Eu consegui a direção local trabalhando dez vezes mais do que qualquer homem trabalharia, atuaria, para chegar a ser reconhecida pela estadual e pela nacional como alguém que poderia chegar a assumir a Presidência. (Candidata 01 – Região Sul – Paraná).

[...] o machismo, presente em todos os espaços, até mesmo dentro do próprio partido, independente se é de direita ou de esquerda, então eu acho que esse é o principal: é você ter que estar provando a cada momento que você é capaz de estar ali, e que para homens essa cobrança de demonstrar capacidade não é tão presente. (...) Eu acho que depende muito do perfil de cada mulher. Primeiro vem a dificuldade que a maior parte delas tem de estar presente na política e aquela questão de mostrar e ser capaz. Não que ela não seja, mas tem que estar provando a todo momento. E, ao captar recursos, também tem essa questão. O machismo que existe é muito mais fácil. Eu vou financiar a candidatura do fulano, porque a ciclana ‘não sei’. Nossa, fulana é candidata a prefeita. Uma excelente candidata, mas não vai ganhar. Então esse “mas não vai ganhar”... nele está embutido todo esse machismo, por preconceito pelo fato de ela ser mulher. É uma excelente candidata, mas, por ser mulher, ela não vai ganhar. E a mesma coisa acontece nessa captação de recursos. É muito mais difícil. Ao mesmo tempo o que a gente sabe que as pessoas entendem o seguinte: que, quando é uma mulher, a possibilidade dela se envolver em coisas ocultas é muito menor. Então é um paradoxo. Ao mesmo tempo que [para] a gente, as mulheres, é mais difícil se envolver em falcatruas, ao mesmo tempo você tem que estar provando que você é capaz de usar aquele recurso [...] sempre que você conseguir. (Candidata 22 – Região Centro-Oeste – Goiás).

É importante destacar um caso extremo, como o da Candidata 08 da Região Nordeste, que afirma que, após filiada ao partido, assumiu muitas responsabilidades. Ela as descreve e afirma que houve sobrecarga de tarefas e ela nunca teve a devida remuneração. “Não tinha nem reconhecimento e nem remuneração efetiva, mas tinha muita responsabilidade” (Candidata 08 – Região Nordeste – Bahia). Essa candidata diz que percebe que se dedicou muito ao espaço social e político e às outras pessoas, dizendo que “nunca foi protagonista da minha vida, nunca fui prioridade para mim”. O excesso de responsabilidade e a ausência de reciprocidade nos cuidados, para ela, foi causa de doenças físicas e mentais. Ela relata que teve câncer, depressão e recentemente um AVC.

5.3.7. Deboches e boicotes de ideias

À manifestação da violência política de gênero pela forma do descrédito na capacidade das mulheres na política somam-se os relatos de deboches e de boicotes de ideias. Isso é apresentado na fala das depoentes ao narrarem ações, omissões, negligências ou outras condutas, sutis ou não, ditas ou não. Para elas, isso gera desânimo, cansaço, tristeza e até humilhação, pois algumas percebem desprezo do *lócus* político em relação às perspectivas da mulher.

Nesse sentido, afirma a Candidata 06 da Região Norte que é comum que as pessoas naturalizem as violências, os sarcasmos e os desrespeitos, especialmente contra as mulheres e nos espaços políticos. Ela ilustrou sua colocação, contando uma experiência pessoal:

Olha, é... eu nem sei... eu acho que sem mulheres na política nós viveríamos muito mais, muito mais violências. Eu quero que retire eu acho, porque 'eu acho' é um termo de dúvida. Eu tenho certeza que, sem as mulheres na política, nós viveríamos muito mais, muito mais violência. Então eu penso que o fato de nós termos mais mulheres na política é decisivo para diminuir as violências, não só as violências contra os nossos corpos, mas as violências para quem, inclusive, está perto da gente, né? Os nossos filhos, às vezes os nossos pais, os idosos, nossas companheiras... É fundamental a estada das mulheres na política para diminuir a violência que a gente sofre e que parece que é naturalizada. Hoje eu estava de novo refletindo sobre uma entrevista que eu dei, e aí me veio um relatório dessa entrevista, e aí, lá no relatório, eu dizia, assim, que de alguma forma, né, não diretamente comigo, mas dizendo assim que não, que eu não devo me acostumar às micro violências, né? E aí eu fiquei refletindo um monte sobre isso, porque a gente naturaliza, né? [A gente naturaliza] as micro violências, então a gente vai naturalizando as outras violências. Eu refleti sobre isso, porque na sessão passada da Câmara Municipal, que é aqui do meu município, eu falei alguma coisa, né, sobre a importância de a gente estar na política, de nós mulheres... Aí, um outro vereador, tipo, resolveu me afrontar, né? Dizendo: "ah, vereadora, é porque as mulheres não querem participar". E aí eu pedi questão de ordem, disse o presidente que eu queria falar, aí o presidente disse assim: "Ah, mas ele não te ofendeu". Aí era o presidente que estava definindo se era ou não era ofensivo para mim, e se eu podia ou não podia falar, enquanto que outros vereadores, homens, por nada, por bobagem, pedem questão de ordem, e eles simplesmente não são questionados, a questão de ordem deles é aceita. E aí hoje eu estava pensando sobre isso, porque às vezes eu passo a raiva lá, né, na Câmara, e aí eu ainda fico remoendo essa raiva, assim, porque eu fico, na verdade, a gente precisa, sempre tem que estar, não é estar na defensiva, mas é ter argumentos fortes para poder ser respeitada. Na Câmara aqui nós somos duas mulheres, a outra mulher, ela não pratica o feminismo, né? Não é o perfil dela, né? Sei lá, enfim, então eu tenho que lidar com 13 homens, homens, se eles vierem para cima de mim alguma coisa, e sempre isso acontece... E aí, então, digamos que a gente tem que estar num estado de alerta, tem que estar sempre num estado de alerta, eu acho que é um pouco ruim. Madalena. (Candidata 06 – Região Norte – Pará).

O boicote de ideias das mulheres na política é citado pelas depoentes, especialmente no tocante a sabotagens e desvios de propostas que elas fizeram. Isso fica mais claro a partir de exemplos como o descrito pela Candidata 01 da Região Nordeste:

E aí a maluca, eu digo que é maluca. Eu queria fazer um mandato coletivo, que eu achava que eu não consigo transferir voto, mas, se eu agregar, então tinha cinco mulheres. Era eu de preta ativista; tinha uma outra que era uma professora; e tinha uma evangélica; e tinha para todos os gostos... Tava ali. Só que tinha um problema: pra você fazer um mandato coletivo e tirar foto, precisava da autorização do partido. O mandato coletivo ainda é uma coisa complicada, né?! Na hora que assinou, na época era a *fulana* que era a presidente municipal do *partido*. Quando, por exemplo, são problemas de campanha, quando você fala de representatividade, a gente tinha aqui *na cidade*, em 2020, uma presidente municipal. De repente, despencou no partido 5 vereadores com mandato, 5 homens, o partido estava vazio. Tipo: 3 dias antes de assinar, caiu de paraquedas, tipo 5 vereadores com mandato. Falei: ‘mermão, nós não temo perna! Vou nada!’. Aquela: ‘vou nada, entrar nisso daí, num dá nem pra molhar o pé! Vou ficar olhando a piscina, sabe, do raso?! Nem do raso! Você num ia nem colocar o pé nela’. E aí eu fui convidada, eu falei assim: ‘deixa eu lhe apoiar, eu lhe apoio’. Cheguei pra vereadora e falei: ‘eu lhe apoio’. Mas eu não tenho condições de entrar, né?! Num tem a menor condição. E eu tinha sido aluna do RenovaBR, tipo eu tinha me preparado. (...) Eu tinha tido uma preparação política. Não foi aquela: vou me aventurar. Eu fui estudar pra ser candidata, eu fui aprender pra ser candidata. E ela olhou pra minha cara e falou assim: ‘você não fala de empoderamento feminino, você é a favor das mulheres, e agora eu vou ter que tirar homem por causa que você não tem capacidade?!’. Eu chorava, porque eu choro, não é de tristeza não, é de ódio porque eu não posso socar a cara da pessoa, então eu tenho que chorar pra não implodir, a gente explode em lágrimas. Que é um ato em que eu confio e eu fortaleço. ‘É dinheiro que você quer? Eu dou dinheiro pra você!’ Tá bom, né? Tá tudo bem... Mandato coletivo né?’ ‘É claro pode ser mandato coletivo’. Na hora que assinou a nominata, cadê a autorização? O partido não deu a autorização para fazer material como mandato coletivo e eu tinha um nome que também não ajudava, chamava “Bancada divergente”. Mas eu divergia, eu divergia da mesmice, eu divergia do machismo, tinha lógica. [...] Não bastasse não aceitar mandato coletivo, elas pegaram as minhas melhores, eu tinha no meu grupo a ex-mulher do meu ex-marido, provando que mulheres, sim, a gente consegue viver em paz; e era uma astróloga. É uma astróloga, ela dava, ela fazia previsão do ano pra Tribuna, fazia previsão do ano pra TV e a gente tinha o mesmo ex-marido em comum. Então, quebrava um pouco aquele estigma que mulher disputa, que mulher, né? Eu queria quebrar isso. Eu achava muito massa, eu gostava do meu mandato, da minha bancada divergente, fiz curso com a bancada ativista pra entender como é que funciona. Mas aí o partido não deixou e as minhas melhores agregadas... levou pra ela e eu fiquei a ver navios, né?! Não era nem navio! Putz eu tava vendo só o mar, cara! (Candidata 01 – Região Nordeste – Rio Grande do Norte).

O deboche, a ironia, as sabotagens, os boicotes configuram-se como recusa, como forma de protesto ou represália de qualquer colaboração ou relação com a mulher que está ali no espaço político. Além disso, refletem-se em sentimentos, emoções e percepções sobre a capacidade das mulheres, gerando insegurança e dúvidas de que elas são capazes, podem e têm o direito de participar das decisões da coletividade.

Esses reflexos e dúvidas podem ser exemplificados em falas como as da Candidata 14 da Região Sudeste, que afirma que “mulheres não acreditam em si e pensam que a política não é o lugar delas” (Candidata 14 – Região Sudeste – Minas Gerais). E as dores de suas consequências são narradas, como nos diz a Candidata 13 da Região Nordeste:

A violência é contínua em relação a isso. É espaço de fala, em uma mesa ser a única pessoa, a não acharem que você sabe fazer matemática pra conseguir se eleger, a fazer raiva pra gente no ponto da gente chorar e deixar a gente endividadas. Então tem uma série de coisas ali que é no campo proposital mesmo. Parece que sempre tem que ser pela dor mesmo, sabe? (Candidata 13 – Região Nordeste – Pernambuco).

As depoentes falam, nas entrevistas realizadas, que as mulheres não deviam duvidar tanto da sua capacidade de serem candidatas ou mandatárias, pois já são lideranças e maioria. A Candidata 09 da Região Sudeste destaca que, no dia a dia da política, as mulheres já ocupam posições de liderança significativas em diversos âmbitos. No entanto, diz ela: “essa representatividade não se reflete de forma equivalente na política institucional, onde a presença feminina ainda é sub-representada”. (Candidata 09 – Região Sudeste – Rio de Janeiro). Para entrar efetivamente, permanecer e enfrentar todos estes desafios, as depoentes citam que as mulheres precisam ter coragem, determinação e “se impor”, como diz a Candidata 06 da Região Sul. “Eu vejo que a gente precisa se impor, sim, a gente precisa querer estar, a gente precisa querer fazer” (Candidata 06 – Região Sul – Paraná).

5.3.8. Solidão e a Teoria do Old Boys’ Club

As depoentes citam nas entrevistas realizadas nesta pesquisa o sentimento de solidão constante, uma percepção de que estão sozinhas nos espaços públicos e que, após adentrarem na política, sentem-se sós em vários âmbitos da vida. Elas dizem que muitas pessoas se afastam, surgem inimizades e, no cotidiano das campanhas e dos mandatos políticos, elas experimentam a falta de tempo e impossibilidade de estarem em grupos. Há, afirmam elas, “*desunião entre as mulheres*” (Candidata 02– Região Norte - Pará). E afirmam desconforto por isso:

Em todos os espaços, na verdade, que a gente se encontra, qualquer tipo de reunião: dentro da Câmara, reunião partidária, reunião de bairros, reunião de prefeitura, basicamente eu sou a única mulher em todos os espaços, então, é um ambiente um pouco desconfortável em relação a isso, ao gênero, então a gente se sente esquisita naquele local (risos desconfortáveis). (Candidata 03 - Região Sul – Santa Catarina).

Olha... Eu acho que há uma desvalorização. Uma desvalorização muito grande. Por quê? É notável o interesse maior de se trazer mais mulheres, chamar, fazer convite para as mulheres adentrarem somente porque eles precisam cumprir uma cota. E, pouquíssimas mulheres, né?! Não é o meu caso, porque obtive do município, posso dizer que eu obtive do município mesmo, talvez pela minha atuação, pela minha forma de atuar... não sei. Mas teve momentos que eu me senti muito sozinha, inclusive. Mesmo tendo o candidato a prefeito que ficou presidente da sigla e, que veio com uma certa força. Houve momentos em que eu me senti só, até mesmo porque outras mulheres que também adentraram a sigla nesse mesmo momento, elas se dividiram. Então ficou assim aquela coisa, muito afastada, e aí a luta é bem mais difícil. Então, eu vejo que ainda existe, sim, uma desvalorização. Não há assim um comprometimento por inteiro. Não há um acolhimento maior para essas mulheres

que colocam seus nomes na política. A mulher que decide colocar o nome, ela passa a ter uma luta assim muito solitária. É muito ela querer, insistir e persistir. Senão ela desiste mesmo. (Candidata 21 – Centro-Oeste – Goiás).

Essa é a pior parte da eleição. Tem o grupo político e o grupo político não inclui a gente. (Candidata 18 – Centro-Oeste – Goiás).

Então, isso aconteceu com uma certa seriedade, experimento até hoje, como se me sentisse assim, sozinha mesmo, estando rodeada de muita gente. Sempre esse sentimento de solidão, sempre. (Candidata 04 – Região Sul – Santa Catarina).

Somado ao ambiente solitário, elas percebem que os homens estão unidos em grupos, nos quais muitas decisões são tomadas, em geral, sem elas e sem ouvi-las. Essa maior interação social entre os homens é denominada teoria do *old boys'club*, a qual sustenta que há diferenças importantes nos ambientes de trabalho em decorrência, em regra, da maior possibilidade de os homens estabelecerem vínculos com outros homens. Veja como as mulheres na política percebem isso:

Num tem uma decisão, né?! E num debatem comigo. O quê que tu achas? Num tem isso. Já trazem algo pronto. E aí eu só reclamo só, eu só reclamo. Assim não vai dar certo. Assim não tá bom. Como que vocês decidem isso? Têm uma questão de geração muito grande nos partidos políticos progressistas, sabe?! Que prejudica muitas mulheres que estão dentro dos partidos. Prejudica as mulheres e a juventude, sabe?! (Candidata 13 - Região Nordeste - Pernambuco).

Tem outro fator, os homens jogam seu futebol, fazem festinha de homem, puteiro – uma mulher não vai sair pra beber com um cara, isso influencia na amizade, intimidade, quando tem relacionamentos essa mulher sai mais prejudicada no término – a mulher ter que voltar pra casa, relações com a família. É menos por ser mulher mas é por ser mulher. (Candidata 18 – Região Sudeste – São Paulo).

E tem uma pessoa que uma vez me falou o seguinte, 'a política é feita naqueles bate-papos, depois de expedientes', aqueles que a mulher, por exemplo, não pode estar, tem que sair correndo, tem que cuidar do filho. Ou nem precisa ser do filho, poder da mãe, dos mais idosos, tem sempre alguém para uma mulher cuidar. (Candidata 09 – Região Sudeste – Rio de Janeiro).

Há uma dinâmica informal da política, que, diz a Candidata 09 da Região Sudeste, muitas vezes ocorre após o expediente, como encontros ou conversas após o trabalho. Ela aponta que as mulheres podem ser excluídas desses espaços devido às expectativas sociais de que elas assumam responsabilidades domésticas e de cuidado, como cuidar dos filhos, dos pais idosos ou de outras pessoas da família. (Candidata 09 – Região Sudeste – Rio de Janeiro).

Por isso, é tão importante a união entre mulheres em grupos e, diz a Candidata 04 da Região Centro-Oeste, há partidos que incentivam e colaboram com a criação de coletivos de mulheres (Candidata 04 – Região Centro-Oeste – Goiás). Tais coletivos são espaços de maior acolhimento, de formação e de encontro entre elas, o que as fortalece para enfrentar as desigualdades e os desafios dos espaços políticos. Sobre os coletivos de mulheres, citam-se algumas falas emblemáticas abaixo:

Eu, mesmo, falo que eu sou fruto do projeto, o projeto de formação para mulheres. (Candidata 22 – Centro-Oeste – Goiás).

Um dos principais desafios é mudar a mentalidade feminina, no sentido de entender que nós podemos e que juntas somos mais fortes”. (Candidata 10 – Região Norte – Pará).

Nós tínhamos uma situação no município que não tinha nenhuma vereadora, na Casa Legislativa não tinha nenhuma vereadora. Então, eu montei, eu idealizei um projeto chamado (...) e nós articulamos naquele momento 18 partidos com 100 candidatas, quase 100 candidatas, pré-candidatas e depois candidatas. Então fizemos esse puta movimento, né?! Suprapartidário, maravilhoso, até hoje ele tá aí, manteve, é bem legal. Preparando as mulheres para a gente eleger uma bancada de mulheres aqui no legislativo e irmos um pouco mais protegidas no processo. Aí é, no dia, eu saí na sexta à noite, da convenção, não candidata. Eu levei um baque, né?! Fui embora, tentei brigar lá, mas não teve jeito, a ata fechou e eu não era candidata. Aí eu articulei, a partir daquela noite fizemos uns planos de como reverter isso, a partir das 7h da manhã eu comecei a contatar o conjunto destas colegas pré-candidatas até então, algumas já candidatas, já em convenção. E elas, por sua vez, articularam com seus presidentes de partido local, que articularam com os presidentes estaduais. Falei com deputadas federais, deputadas estaduais paranaenses. Enfim, nós inferizamos tanto a vida do presidente estadual, né?! Que ele, na noite de sábado, ele já me ligou, mandou me ligar dizendo que ele queria falar comigo no domingo. E no domingo ele me ligou, daí ele disse que, se o presidente da direção provisória municipal não me incluísse de volta na lista, na relação como candidata, ele iria intervir, destituir o presidente e ele me incluiria. Então houve uma intervenção estadual, porque o cara enlouqueceu mesmo, era muita gente, muita gente ligando pra ele, cobrando e xingando. E aí foi ótimo porque eu reverti aquela história. (Candidata 01 – Região Sul – Paraná).

Para além dos coletivos de mulheres e grupos de formação política para elas, criados pelos partidos, verificam-se falas das depoentes, nas entrevistas realizadas por este projeto, sobre pontos que serão tratados no item 6.4, ao abordarmos a relação delas com os partidos políticos. Elas demandam que os partidos as escutem, as vejam efetivamente e dizem sobre a possibilidade de maior interação e fortalecimento entre elas a partir da candidatura de mandatos coletivos.

5.3.9. Assédio Sexual

O assédio sexual é uma manifestação explícita da violência política de gênero. Ele se expressa nas referências à objetificação do corpo da mulher; nas insinuações de que esse corpo é produto de trocas de favores; nos contatos físicos não consentidos; nos abusos sexuais e nas perturbações, comentários ou elogios sexualizados direcionados às mulheres que estão na política. As mulheres vivenciam essas experiências em vários âmbitos, mas, no espaço político, elas têm uma consequência a mais que é, de alguma forma, reduzir, excluir e inibir a participação delas.

Algumas depoentes citam nas suas entrevistas que escutam na comunidade a suposição de que elas teriam relações sexuais com pessoas importantes e influentes para fins de alavancarem a sua carreira na política. A Candidata 09 da Região Norte, por exemplo, afirma que “a comunidade local supunha que sua indicação para vice-prefeita estaria conectada a uma ideia de que a mesma manteria relações sexuais com o candidato a prefeito”. E outras manifestam que o assédio sexual se intensifica durante as campanhas eleitorais, pois várias depoentes enfocam este ponto:

O maior problema para a gente é a exposição na rua. Eu estar exposto, porque a gente está toda hora, como eu tinha falado antes, para não ficar repetindo, a gente está toda hora sendo avaliada, mas não é avaliada como o homem é avaliado. E aí, a forma como as pessoas chegam, a exposição, a gente está ali... Pronto, eu já sofri assédio na rua. Vários, eu ando... Eu ando, mesmo estando me divorciando, de aliança, entendeu? Não que resolva, mas já ajuda. Já diminui a quantidade de pessoas que tocam seu corpo, porque tem gente que acha que, porque você está querendo ocupar um espaço público, seu corpo também é público, uma série de fatores. (Candidata 13 – da Região Nordeste – Pernambuco).

Durante a campanha e gente sempre acaba sendo hipersexualizada pelos homens no ato de pedir voto. (Candidata 09 – Região Norte – Tocantins).

Outro ponto grave é que algumas mulheres manifestaram que não se sentem seguras frente aos assédios dentro dos partidos. Elas compreendem que os partidos políticos, muitas vezes, tentam oferecer um ambiente seguro e inclusivo, todavia não o oferecem efetivamente. Dizem:

[...] e para quem você vai falar isso? E quando você fala e isso não tem uma repercussão? Não tem um acolhimento. E eu já vi não ter acolhimento, eu já vi muitas meninas saírem do partido e os caras, que foram os abusadores mesmo, não foram tratados como abusadores e continuaram lá. (Candidata 19 – Centro-Oeste – Goiás).

Dentro da política, nos partidos, nós, mulheres, somos muito assediadas e esse assédio e essa imp... eu caracterizo até como importunação sexual; a mulher na política, como é um ambiente muito masculino, masculinizado, eles meio que normalizaram essa questão do toque, do assédio, sabe? De chegar na mulher e falar que é bonita, que é gostosa. Isso tudo impacta a mulher, isso é uma forma de fazer com que outras mulheres desistam. Até o próprio companheiro muitas vezes, tem muitas mulheres que até gostariam de estar na política, mas o companheiro não aprova, justamente porque é um ambiente masculino e ela não tem o pulso firme de falar ‘não, eu quero e você tem que ser obrigado a me apoiar nesse processo’. (Candidata 13 – Região Centro-Oeste – Distrito Federal).

Destaca-se que o assédio sexual é qualquer comportamento ou atitude sob forma verbal, não verbal ou física, de teor íntimo e sexual, considerado desagradável, indesejado, ofensivo e impertinente pela vítima. É uma conduta tipificada como crime pelo ato de constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. (Código Penal, art. 216-A). Por isso, falas como *“quando você é mais nova você acha um máximo um cara mais velho te dar atenção, mas, ao passo que a idade chegava, percebia o quanto aquilo estava errado”*, da Candidata 19 da Região Centro-Oeste, são, na verdade, denúncias de atos criminosos.

Ainda que pareça natural ou inofensivo para o outro e para a sociedade, o assédio sexual pode se manifestar por meio de mensagens, gestos, cantadas, piadas, ironias, insinuações ou chantagens, desde que ocorra a perseguição indesejada. As mulheres, em decorrência de uma cultura machista, são levadas a aceitar – para que permaneçam nos espaços políticos masculinizados – a convivência com cantadas, gracejos, toques ou outros comportamentos que, de alguma forma, causam-lhes incômodo.

5.3.10. Falta de tempo

A falta de tempo para estar no espaço político é um tema importante e perpassa, na sua causa, as variáveis já citadas, como a sobrecarga de tarefas, a dedicação à maternidade e à família, a não divisão do trabalho reprodutivo com os homens, a assunção de tarefas excessivas para provar competência, etc. Ela é um dispositivo negativo que impede e reduz a participação da mulher na política e, por isso, configura-se como uma violência estrutural. As jornadas duplas e triplas são citadas pelas depoentes como motivo para não se candidatarem mais, para desistirem, para não se sentirem bem e acolhidas, para algumas doenças físicas e mentais decorrentes da exaustão e do estresse.

Pra mulher é mais difícil por causa do tempo [...]. Eu vejo que os homens têm mais tempo que as mulheres. Os outros candidatos que vão concorrer a prefeito [...] eles têm tempo. A gente, mulher, num tem tempo, porque a gente geralmente tem a sua profissão, tem o seu trabalho, aí tem também a responsabilidade da casa, por mais que você tem uma pessoa que te ajude em casa, mas você tem a responsabilidade da sua casa. Os detalhes da sua casa você que tem que cuidar. Então sua cabeça fica a mil, porque você está ali às vezes fazendo um trabalho de política, mas ao mesmo tempo você tem que pensar: ‘ah, na hora que chegar em casa tenho que fazer a janta, tem que esquentar isso, tem que guardar aquilo na geladeira’, sabe?! Muito atarefada... as mulheres. Eu falo por mim, porque a minha pior dificuldade é tempo. Então acho que, por ser mulher, porque eu vejo a diferença no meu marido, né?! Num tem toda essa preocupação, a preocupação dele é só o trabalho. E nós mulheres não, é tudo”. (Candidata 11 – Região Sul – Paraná).

(...) Então essa questão do preparar-se antes, o tempo pra ser o que quiser antes, quem tem é o homem. O homem tem tempo porque ele tá livre do trabalho doméstico, ele tá livre de cobranças sociais que exijam muito dele, e aí acaba sobrando para nós, mulheres. Então eles têm mais tempo pra pensar estratégias políticas, a serem figuras públicas, porque ele falam...eles não pensam se vão falar besteira. Nós, mu-

lheres, pra pegar num microfone...Jesus...a gente pensa cinco vezes o que a gente vai falar e refaz a fala inúmeras vezes. A gente tá falando e tá refazendo o que está pensando com medo de errar, de falar alguma bobagem e ser criticada. (Candidata 03 – Região Nordeste – Ceará).

E outro sentido também é a questão da própria família e dos cuidados que a gente tem das tarefas que o 'ser mulher' nos impõe. A nossa vida é muito mais atribulada do que a vida do homem, então a quantidade de tarefas domésticas, de cuidados com os filhos, com os pais, com a casa, também nos tira muito tempo e estar na política é um grande desafio. Por quê? Porque nem sempre esse espaço político é um espaço que lhe dá um retorno financeiro, por exemplo, e é como se fosse um trabalho a mais, que você se dedica a estar e você precisa estar, mas isso não impede que você também tenha outras atribuições. (Candidata 13 – Região Nordeste – Pernambuco).

Porque eu não tenho filhos, mas o cuidado que as mulheres têm com os filhos. A minha mãe era divorciada, cuidava da gente sozinha, então ela tinha uma grande dificuldade de participar de algumas ações políticas, por exemplo, em razão de não ter com quem a gente ficar à noite ou no outro horário. Então, essa questão do tempo da mulher dedicada à família, aos filhos, é um impeditivo de alguma maneira e é o próprio preconceito mesmo." (Candidata 16 – Região Centro-Oeste – Goiás).

O tempo é uma categoria para vários processos de construção de políticas públicas, devendo, portanto, ser posto como categoria política que representa desafios para a inserção, no espaço público e na democracia representativa, de minorias como as mulheres. A ausência de tempo para o espaço político reflete um processo histórico de exclusão da mulher deste lugar, bem como a insistência em mantê-la no espaço privado.

5.3.11. Medo e Insegurança nos espaços políticos

Outra categoria política fundamental nas estruturas de violência política de gênero é o medo, bem como suas formas decorrentes como a insegurança, o desânimo, o pavor, a resistência, o amedrontamento, etc. As mulheres citam que têm medo de se candidatarem e permanecerem no espaço político. Parece que isso decorre da masculinização desse espaço e da luta constante das mulheres para permanecerem, o que pode ser reflexo do conjunto das variáveis citadas neste item 6.3 do relatório.

As pessoas falam, as mulheres não se interessam por política. Como se interessar mais? Se, enquanto nós estamos traçando estratégias de sobrevivência, os homens estão traçando planos de dominação mundial. (Candidata 01 – Centro-Oeste – Goiás).

Nós somos mais medrosas, a gente é mais perseguida e esses fatores levam muitas a não mergulharem, não acreditarem. (...) tenho diversas mulheres dentro do partido que me ajudam, que são companheiras, que vão pra luta, que estão sempre

do meu lado, mas, quando fala ‘vem candidata aí’, elas esmorecem”. Um dos principais desafios é mudar a mentalidade feminina, no sentido de entender que nós podemos e que juntas somos mais fortes. (...) A principal barreira somos nós mesmas, pela questão do medo, do desafio, de saber que é uma área que às vezes se joga muito sujo. Muitas vezes a pessoa fica preocupada de ser exposta, até na sua vida pessoal existe esse tipo de ataque e tem a questão dos partidos... E aí eu digo no geral, ainda de não fazer da forma como eu acharia mais justo, trabalhar realmente essa especificidade, esse valor destinado à mulher de forma correta, eu acho que ainda não acontece, e a dificuldade que nós, mulheres, temos de argumentar, de convencimento, porque nós pertencemos a uma sociedade machista. (Candidata 10 – Região Norte – Pará).

[...] esse negócio de ser candidata ao executivo me dava pavor. (Candidata 07 – Região Norte – Pará).

[...] há uma dificuldade em atrair mulheres para a política, pois elas teriam medo desse ambiente. (Candidata 11 – Região Sul – Paraná).

A política é totalmente engessada, ela é totalmente engessada. Então dizer que existem espaços seguros... Cara, a gente teve um homem que ficou 29 anos no poder que falou que uma mulher não é estuprada porque ela era feia demais. Então, como é que eu posso dizer que eu vivo num espaço seguro? Onde uma mulher fala [...] “tá você não tem capacidade, né?! Eu vou ter que tirar 3 homens porque você não tem capacidade de manter uma candidatura”? Que espaço seguro é esse? A gente teve agora o caso do ‘Vote Nelas Paraná’, o caso da Credenil, que é uma vereadora que tava com a camiseta de um movimento político chamado ‘Vote Nelas’, agora, agora, essa semana, acho que foi ontem, o presidente lá da Câmara chamou a mulher de louca e quer cassar a candidatura dela, o mandato. Como assim é um espaço seguro? Onde está o espaço seguro? Entendeu?! Onde uma mulher está segura? Em que momento a mulher está segura? E nos espaços, principalmente, onde há uma questão de poder, como é o espaço político, ela está menos segura ainda. Porque ali teremos leis que podem alterar a realidade e eles querem essa perpetuação dessa estrutura que tá no poder. Nós somos a sociedade patriarcal e eugenista [...]. Eu não acredito que a mulher está segura no espaço político porque a mulher não está segura no mundo [...]. Existem lugares em que os homens são mais condescendentes ou um pouco mais progressistas, mas dizer que estamos seguras? Não. Porque se 8 deles estiverem, aquele homem não vai se interpor aos seus aliados para defender uma mulher. (Candidata 01 – Região Nordeste – Rio Grande do Norte).

Uma cidade igual à nossa, que tem uma zona rural extensa, a mulher sair sozinha para a zona rural fazer sua campanha é muito complicado, é perigoso, é um carro que pode dar um defeito, é um acidente ou o próprio medo mesmo de uma sociedade que abusa demais de mulheres. (Candidata 14 - Região Sudeste – Minas Gerais).

Além de se sentirem inseguras para estarem no espaço político em si, algumas depoentes relatam fatos em que sua atuação político-parlamentar teve, como consequências, ameaças e mais inseguranças para ela e para a sua família:

Você sabe que você não pode com 11 homens. O processo da intimidação. Então, eu já vivi isso. (Candidata 07 – Região Centro-Oeste – Mato Grosso).

E quando acontece a chacina do Cabula, o governador do (...), na época, ele faz uma fala na imprensa, e a fala dele é dizendo que “artilheiro na frente do gol precisa escolher. Se ele faz o gol, ele é aplaudido. E se ele recua, ele é vaiado.” Ele fala isso de doze jovens que são assassinados. Foram doze jovens que foram assassinados e oito que estão desaparecidos até hoje. Ninguém encontrou esses outros oito. Foram vinte no total. Então, a justificativa era existir uma suspeita de que eles estivessem planejando assaltar alguns caixas e explodir caixas. Foi na época que começou a surgir aquela facção Novo Cangaço. Aquela facção que explode caixas, eletrônicos e bancos. E, velho, os meninos, muitos deles nem se conheciam. Não existia nenhuma conexão. Um estava entregando pizza, o outro estava indo ver a namorada, o outro estava passando pelo fundo, o outro estava fumando um beck na rua. Sabe? Eram coisas extremamente desconectadas. E ele tentou justificar isso porque, na época tinha acontecido a morte de um policial na comunidade. Então, foi a forma de represália àquela comunidade em razão daquela morte. Então, ali eu decidi sair. Eu digo que não me cabe mais. Não me cabem mais esses espaços. Eu atuava em movimentos com familiares de pessoas que foram assassinadas pela polícia, pela violência do Estado. Então, não cabia mais. Não dava mais. Eu comecei a me sentir extremamente ameaçada, perseguida pela polícia. Enfim. Começa a ter um movimento muito estranho. E ali eu entendi que eu precisava sair do *partido*. Eu tinha uma filha de dois anos nessa época. Então, pra mim foi muito delicado também seguir com algumas lutas porque eu tinha muito medo. Então, eu comecei a pensar em política de segurança como estratégia. Então, sei lá! Eu saía da escola com a minha filha. Eu tirava a farda dela pra ninguém saber qual era a escola que ela estudava. Eu não postava foto com localização. Comecei a ficar num processo de política de segurança que é barril porque saía tanto polícia, entendeu? Então, era algo extremamente perigoso. Mas, um tempo, em 2016, eu decido, a partir de um movimento que acontece nas redes chamado Mais Amor Entre Nós, eu decido encontrar uma companheira. E eu encontrei uma companheira massa, que é jornalista e digo a ela que eu vou me disponibilizar para atender uma mulher vítima de violência por mês. E aí me disponibilizo e isso é um boom. Eu conheço outras duas advogadas a partir de uma liminar na rua e depois a gente cria uma organização chamada (...), que é esse espaço de onde eu venho, majoritariamente de onde eu venho, porque eu acho que a (...) foi um encontro do movimento social com a advocacia e com o feminismo, sabe? Foi essa encruzilhada que eu me encontrei e eu disse: “velho, não tem impedimento de eu ser feminista, de eu ser advogada e de continuar a militar e fazer incidência política pela garantia de direitos. (Candidata 08 – Região Nordeste – Bahia).

Eu entrei na justiça, porque, se eu saísse do partido, eu perdia meu mandato, porque com a lei eleitoral o meu mandato era do partido, por conta da fidelidade partidária. (...). Em (...), ninguém me deu assistência, não quis pegar a demanda, eu fui para o Recife, consegui o apoio de um deputado federal de esquerda, deputado estadual, que hoje ele é federal. Vou dizer o nome dele, (...), contei a minha situação a ele, o meu drama, eu precisava de apoio aqui em (...), porque eu estava sem grupo político, sendo perseguida, serenamente, inclusive nas redes sociais, porque a pessoa tinha uma artilharia digital, tudo que a gente publica, vem lá... *Haters*. Criticam. Aí eu comecei a botar as pessoas na justiça, processei duas pessoas por ameaça, processei um blog por crime contra a honra, porque, como ela é muito querida, no momento que a gente rompeu e que eu botei o partido na justiça, ela era presidente do partido estadual. Juntei as provas, eu, criminalista, porque sou, provas materiais, provas testemunhal, TRE, consegui um advogado no Recife, indicado pelo deputado, e foi um ano e meio de luta na justiça, e no mês de abril, agora, do ano 2023, eu ganhei por unanimidade. Nessa eleição, eu já estou andando praticamente com segurança, mas na campanha eu vou ter que andar com segurança armada, porque eu sou mulher, na minha cidade sou ameaçada, tenho dois processos ainda de ameaça em aberto, um já teve acordo, o outro ainda não, criaram perfis falsos pra me detratar, pra expor minha imagem, e isso é muito cruel, mas aí o que foi que freou os *haters* foi o fato de eu processar. (Candidata 11 – Região Nordeste – Pernambuco).

O medo decorrente das ameaças e intimidações produz violências psicológicas nas mulheres. Ou seja, produz violências reais no tocante ao estado de saúde mental da mulher, o que é uma propulsão para as desistências, licenças e afastamentos do espaço político. A Candidata 01 da Região Centro-Oeste relata essa experiência negativa:

Cara, a lei da violência política de gênero, ela é fundamental, tipificar que isso existe e jogar, botar isso na mesa. Quando eu fui eleita, assim que eu fui eleita, meu filho foi ameaçado de morte. Como presidente da Comissão de Direitos humanos, eu tive que ir atuar numa rebelião no presídio, curiosamente quem estava ali fora, querendo notícia dos seus presídios, são sempre mulheres mães, esposas, filhas e tudo, até nisso, né, volta aquele raciocínio. E aí saiu (*num jornal*) e eu recebi mensagens assim: “quando seu filho for assassinado, você vai parar de defender bandido”. O (...) tinha um ano e pouco e eu estava amamentando, meu leite secou, cara, isso é muito sério, é uma violência política, que vira uma violência psicológica, que vira uma violência física pra mim, pra ele... Olha o ciclo de perversidade desse negócio. Foi a única vez que eu pensei em desistir de política, eu tinha só 3 meses de eleita, cara. Eu não tenho que passar por isso, se eu for dar aula eu vou ganhar bem, se eu for palestrar, eu recuso palestra que eu recebo convite, me remunerando duas palestras é mais do que meu salário de vereadora. Então o que eu estou fazendo aqui? Enfim, recuperei a sobriedade, fui pra terapia, e ansiolítico e tudo mais, mas eu sou do (*partido*), a filha da Adriana Accorsi, também foi ameaçada de morte, a filha da Manuela D’ávila, do PCdoB, também foi ameaçada de morte, o que nós 3 temos em comum? Somos mães na política, e essa violência política de gênero que se estende a nossas crias, você não vê homens passando por isso. (Candidata 01 – Centro-Oeste – Goiás).

Ameaçar uma mulher e seus filhos não é só amedrontar e coagir, é silenciá-las. “Essas ameaças não apenas minam a segurança e a estabilidade emocional dos envolvidos, mas também constituem uma séria violação dos direitos humanos e democráticos fundamentais” (Candidata 01 – Região Centro-Oeste – Goiás). Diz a Candidata 06 da Região Sul que “os homens precisam se conscientizar dialogando com seus pares sobre respeito” (Candidata 06 - Região Sul - Paraná).

Ressalte-se que as agressões no espaço político também são de outras ordens, como aquelas que denominamos agressões verbais. E elas são citadas:

Eu falei com os meninos, eu disse, “ah, eu vou sentar”. Porque a mulher falou do meu cabelo, que estava... na época estava loiro, ela falou pra mim, assim, que era... como é que ela falou? Que era lã de ovelha. “Esse cabelo seu é de ovelha. Quando você ganhar, você vai conseguir colocar outro?” Aí eu falei: “vou, vou no cemitério, pego um cabelo humano e uso”. Aí ela pegou e falou assim: “ah, não sei o quê.” Aí eu saí. Saí com muito, tanto ódio, meu corpo tipo... Sabe? (Candidata 15 – Região Centro Oeste – Goiás)

As pessoas te agredem, elas jogam o seu currículo fora. (...) Verbalmente sim, me agredir no meu trabalho, falar do meu trabalho sem conhecer o meu trabalho. A pessoa chega e fala um monte de coisas a respeito de você sem te conhecer. É assim, é agressão mesmo, verbal. (Candidata 18 – Região Centro-Oeste – Goiás).

A gente é diminuída, principalmente na política”. (Candidata 18 – Região Centro-Oeste – Goiás).

É válido lembrar, aqui, que a primeira decisão do Superior Tribunal de Justiça refere-se a uma agressão verbal. A decisão do Superior Tribunal de Justiça no processo 0600036-86.2023.6.06.0009 é a primeira tipificada no art. 326-B do Código Eleitoral como violência política de gênero. Ela trata de agressões verbais realizadas por um vereador do Estado do Ceará durante seu discurso em sessão plenária, contra deputadas estaduais, com a intenção de constrangê-las e humilhá-las devido à atuação delas no combate à violência de gênero. O Tribunal afirmou que a conduta do vereador demonstrou total desrespeito pelas parlamentares, evidenciado pelo tom de menosprezo de sua fala, com descrédito ao trabalho realizado por elas, e com a intenção de levar ao público essa humilhação, principalmente ao eleitorado das próprias parlamentares. Dessa forma, a Justiça demonstra que uma atitude como a do vereador merece punição e não está amparada pela liberdade de expressão e nem mesmo pela imunidade parlamentar. A decisão deixa nítido que, em uma sociedade na qual a exclusão é histórica, não devem existir liberdades absolutas que permitam agressões.

5.3.12. Sub-representação

A sub-representação é uma manifestação da violência política de gênero na medida em que ela descreve a ausência e a exclusão das mulheres nos espaços de poder e nas decisões sobre a coletividade. Ela denuncia o “machismo” deste espaço, que não é seguro, acolhedor e nem promove a participação das mulheres. A partir dela, novas violências são produzidas, como a ausência de políticas públicas direcionadas para as mulheres. Ter poucas mulheres na política reflete em políticas públicas para este grupo ainda muitas tímidas e sem aporte efetivo de recursos, o que apresenta violações de garantias de igualdade.

É possível discorrer sobre várias teorias, hipóteses e reflexões políticas que envolvem o tema da sub-representação. Entretanto, cabe aqui apenas citar que ela aparece de forma consciente na fala das entrevistadas ao denunciarem problemas, desafios e obstáculos das mulheres na política.

Bom, na minha opinião, isso deveria ser algo natural. Se nós estamos representando, se os parlamentares representam a população, deveria ser natural, deveria ser uma consequência lógica que mulheres estivessem representadas, que pessoas negras estivessem devidamente representadas nesses espaços. Pois, no que a gente entende por democracia, eu não vejo como um parlamento que não é presente na sociedade. Mas a gente sabe que a correlação de forças, toda a lógica da política, que é um espaço de muita disputa, todas as opressões, essas minorias, embora nós mulheres sejamos maioria, essas minorias sociais sofrem das disputas partidárias, nesse sentido, a gente vê exatamente o contrário. As mulheres e as minorias sociais, no geral, estão sub-representadas na política. E a importância específica de ter mulheres é que, na hora de legislar, esses parlamentares estão legislando sobre nós, mulheres. Em especial, por exemplo, a pauta do aborto, sempre não me sentia representada por ver o parlamento, da forma como ele atuava. E, ainda que nós tivéssemos valorosos parlamentares de esquerda, mesmo nos representando, aquilo não era suficiente para mim. E a gente via, mesmo os partidos de esquerda, que muitos homens, ao ver o feminismo crescer, procuravam buscar e contratar assessoras para defender as nossas pautas, mas eu achava aquilo extremamente

artificial. A gente precisa ter esse lugar na política. Uma política sem mulheres não é uma política democrática, não é uma política que eu entendo que possa nos fazer avançar. E, em especial, também vendo outros países, vendo a diferença de outros países em relação ao percentual de mulheres na política, que a gente vê como o Brasil... (Candidata 09 – Região Sudeste – Rio de Janeiro).

É um país atrasado. Inclusive, tem países nem tão desenvolvidos como o Brasil que têm um número muito grande de mulheres. Então, eu entendo que as mulheres realmente impactam a política. Eu acho que precisa recortar, porque, por exemplo, nacionalmente, não sei. Municipal, a gente tinha mulheres na direção. Mas quando eu participava, tinha uma presidente estadual. Só que eu via que ela também não era respeitada. Ela começava a falar, os homens começavam a falar por cima, os homens desrespeitavam muito ela. Então eu ficava muito irritada com isso. Nas reuniões que eu ia. Ela quase não era ouvida, porque as pessoas falavam em cima dela. E eu falava assim, “nossa, a mulher tem muita paciência”, eu ficava pensando. (Candidata 15 – Centro-Oeste – Goiás).

Um dos principais obstáculos é a sub-representação, onde as mulheres ocupam significativamente menos cargos políticos do que os homens. Isso é agravado por uma cultura machista que perpetua a discriminação e o sexismo, muitas vezes resultando em violência política de gênero. Muito ligado aos desafios enfrentados assim que ingressamos. A partir do momento que passamos a concorrer a cargos eletivos, estamos sujeitas a enfrentar dificuldades na captação de financiamento para campanhas políticas, tendo menos acesso a redes de apoio financeiro e empresarial. (Candidata 17 – Centro-Oeste – Goiás).

Se eu estiver viajando muito você pode me cortar, mas eu estou dizendo assim: se uma mulher é abusada, ela tem que provar que está falando a verdade; se uma mulher é promovida, ela tem que provar que mereceu; se a gente recebe bênção, a gente tem que provar; a gente está diante de um tribunal o tempo inteiro e isso pesa. Então é por isso que a gente não se mobiliza, as pessoas falam “as mulheres não se interessam por política”. Como se interessar mais, enquanto nós estamos traçando estratégias de sobrevivência, os homens estão traçando planos de dominação mundial? Como a gente vai se envolver mais enquanto a gente está acordando mais cedo para fazer o café da manhã dos nossos filhos, para lavar o uniforme deles? Eles são ensinados de que nós somos obrigadas a fazer isso. Como a gente se interessar mais, se uma mulher, depois de adulta, se ela parou de estudar e ela decide voltar a estudar, ela ouve que ela é louca de querer fazer faculdade depois de velha? Então, o processo de exaustão de mulheres que nos consome em todos esses caminhos. Isso é para que a gente não dispute o poder, então você perguntava: “, qual é a maior dificuldade de fazer política?”. A maior dificuldade de mulheres na política é vencer todo esse cansaço ou engolir, porque vencer é difícil, ou engolir esse cansaço e, ainda assim, conseguir extrapolar a sua própria experiência de cansaço e pensar coletivamente. E as mulheres que não fazem isso não podem de maneira nenhuma ser apontadas como desleixadas ou como desinteressadas, porque o simples fato de que essas mulheres tenham conseguido ter inteligência e fibra, para ter chegado até aqui, já faz delas atentas o suficiente. Então a loucura das mulheres... essas duas coisas são políticas: a exaustão e loucura. Toda mulher é chamada de louca e não é à toa, você é louca se você termina com um namorado que é massa porque ele te xingou, você é louca se você cobra pensão, você é louca se você denuncia, você é louca se você decidir entrar numa profissão masculina, então se você denuncia violência, você é louca, se você sonha com o mundo que não é pra você, você é louca. Porque a loucura é historicamente uma ferramenta de repressão, uma ferramenta de silenciamento, a loucura é tanto do ponto de vista metafórico, quanto prático, é por isso que vem a dolorosa e necessária luta antimanicomial, que a loucura sempre foi usada pra isolar quem não é pra estar no processo. Então todas as mulheres que decidem sair do roteiro que foi estabelecido pra elas são, em algum momento,

taxadas de loucas, lidas como loucas, porque o natural, aquilo que é naturalizado, é que a gente se comporte como empregadas dos nossos filhos, dos nossos maridos, como escravas sexuais. (Candidata 01 – Região Centro-Oeste – Goiás).

Hoje, em Mato Grosso, nós somos apenas 22 vereadores, com 141 municípios, nós somos apenas 22 mulheres ocupando cadeiras dos legislativos. No Mato Grosso, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, tem uma única mulher deputada estadual, então nós precisamos modificar essa condição de nós, mulheres, para que nós possamos cada vez mais ocupar esses espaços. (Candidata 07 – Centro-Oeste – Mato Grosso).

Eu acho que, para aquelas mulheres que sempre quiseram participar e tal, essa lei de cotas serve como uma segurança, mínima, mas uma segurança. Uma segurança de que, primeiro, elas estarão na nominata de candidaturas, e segundo que, a depender da escolha partidária que ela faça, algum recurso precisa chegar para ela. Nós sabemos como funciona a realidade, às vezes chega uma miséria, mas você colocar mulheres, muitas que não vêm de uma família rica, etc., etc., para bancar sua própria candidatura, bancar material, como se via fazendo antes disso, era algo que, assim, você vai afastar a mulher desse espaço, com certeza. Então, eu acho que traz uma segurança, uma previsibilidade que o trabalho estará numa chapa agora. Se isso está redundando numa efetividade de aumento numérico, acho que é hora de a gente repensar, porque os números não dizem isso, é imprescindível [...] a gente entender quais são os gargalos dessa legislação. E entender isso não é um exercício hercúleo, estão dados os dilemas dessa lei, estão dados os problemas que ainda permanecem. Em qualquer forma que você vá discutir esse tema, você vai ouvir as mesmas coisas. (Candidata 12 – Centro-Oeste – Goiás).

A sub-representação é pior nos municípios quando se tem apenas uma mulher nas casas legislativas. Diz a Candidata 14 da Região Centro-Oeste que, nessa hipótese, elas enfrentam ataques e desafios adicionais por sua condição de gênero (Candidata 14 – Região Centro-Oeste – Mato Grosso). Em Minas Gerais, tem-se 39% de municípios com apenas uma representante feminina no parlamento municipal e esta condição as coloca em um espaço de muita violência. Para essa candidata do Centro-Oeste, a superação da igualdade de gênero e o enfrentamento da violência política exigem até mais do que a cota das nominatas de 30%, para ela: *“...então eu não concordo muito, porque eu acho muito pouco, conforme a gente já ia discutindo, eu penso que 30% é pouco, nós teríamos que ter... a metade das vagas deveriam ser destinadas especificamente para as mulheres...”* (Candidata 14 – Região Centro-Oeste – Mato Grosso).

Há um debate sobre o sistema de cotas como ação afirmativa para o enfrentamento da desigualdade de gênero na política. Esse debate é apresentado pelas depoentes nas entrevistas realizadas neste projeto e será retomado no item 6.4, em que serão discutidas questões intrapartidárias.

5.3.13. Exclusão dos Espaços Estratégicos

Toda forma de exclusão da mulher do espaço político e da possibilidade de deliberação sobre os bens coletivos é, para este relatório, violência política de gênero. Por conseguinte, também seria a exclusão constatada de que as representações femininas não estão comumente nos espaços estratégicos de poder. As mulheres são minorias nos cargos articulados para as Mesas, para os cargos de Líderes, para as Comissões Permanentes de alto custo político, para as presidências das Casas Legislativas e dos partidos, o que será retomado no item 6.4. Além disso, elas são preteridas no tocante às suas proposições legislativas e postas em “caixinhas” que lhes cabem, conforme os papéis e estereótipos de gênero.

As pessoas acham que as candidaturas femininas... Elas não estão ali simplesmente para que dois homens possam concorrer, dois homens a mais possam concorrer numa chapa. E que, quando a gente for pegar um microfone, fazendo discurso ou defender um projeto de lei, a gente vai falar exclusivamente sobre questões das mulheres, né? E colocam a gente em um lugar muito segmentado, numa caixinha, como se a gente não tivesse competência para falar sobre todos os outros assuntos. (Candidata 13 – Região Sudeste – Rio de Janeiro).

A exclusão de nós, vereadoras, dentro do espaço, do legislativo, ela é muito grande, inclusive de ocupar cargos como a presidência das câmaras. Eu passei por isso, eu fui excluída de um processo onde eu ia concorrer à presidência da Casa, eu fui excluída, eu fui excluída por quê? (Candidata 07 – Centro-Oeste – Mato Grosso).

Essa exclusão será mais detalhada no ponto sobre violência intrapartidária, pois é nos partidos que as mulheres mais viram a manifestação deste tipo de violência. Entretanto, cabe refletir sobre quais são as condições das mulheres nesses espaços de representatividade. Como sugere a Candidata 07 da Região Centro-Oeste, *essas “condições muitas vezes (...) levam à decepção (...) o que aconteceu com a presidente Dilma, o que está acontecendo com determinadas mulheres que estão aí à frente dos ministérios, o que está acontecendo com mulheres vereadoras (...)”* (Candidata 07 – Região Centro-Oeste – Mato Grosso). Vale ressaltar que o processo de inclusão e igualdade não pode ser meramente formal, ele precisa ser geral e efetivo.

5.3.14. Preconceito com a juventude

A violência política contra a mulher se manifesta de diversas formas, como vimos ao longo deste relatório, no entanto, é importante reconhecer que essas formas de violência nem sempre ocorrem de maneira isolada. Em muitos casos, elas se entrelaçam com outras formas de discriminação, criando um impacto ainda mais profundo e complexo na vida das mulheres que buscam participar da política.

Um exemplo claro dessa interseccionalidade das violências pode ser observado entre as mulheres jovens. Além de enfrentarem o machismo e as estruturas patriarcais que permeiam a sociedade e as instituições políticas, elas frequentemente sofrem com o etarismo, uma forma de discriminação, baseada na idade, que desvaloriza e marginaliza as pessoas mais jovens ou mais velhas, a depender da situação.

O etarismo contra mulheres jovens na política pode se manifestar de várias maneiras, como a desqualificação de suas opiniões e propostas devido à idade; a subestimação de suas capacidades e competências; e a exclusão de espaços de decisão e poder. Essa discriminação adicional não só limita suas oportunidades de participação política, mas também reforça as barreiras impostas pelo machismo e pelo patriarcado, criando um ambiente ainda mais hostil e desafiador.

Durante as entrevistas realizadas, várias depoentes relataram já terem sido constrangidas em razão da idade, não apenas por homens, mas também por mulheres e pela mídia. Essas experiências de constrangimento etário revelam uma dimensão importante e muitas vezes negligenciada da violência política contra as mulheres jovens. Essas depoentes descreveram situações em que suas opiniões e habilidades foram desqualificadas simplesmente por serem jovens.

A Candidata 07 da Região Norte contou que certa vez foi questionada por uma outra mulher, que ela respeitava muito e que fazia parte do movimento feminista no Estado do Amazonas, da seguinte forma: *“Chegou um dia desses e já quer sentar na janela?”*. Apesar da surpresa pelo questionamento, a depoente contou ter respondido apenas: *“eu quero”*. A mesma entrevistada revelou que em seu Estado o movimento feminista é construído em grande medida por mulheres mais velhas e, como ela é muito jovem, existe uma grande resistência para que ela seja ouvida pelas demais mulheres.

Muitas relataram que, em reuniões e debates, foram ignoradas ou interrompidas, com comentários depreciativos sobre sua *“falta de experiência”* ou *“imaturidade”*. Esse tipo de tratamento não apenas mina a confiança e a autoestima dessas mulheres, mas também perpetua a ideia de que a competência política está diretamente ligada à idade, desconsiderando a capacidade e o potencial das jovens líderes.

A Candidata 04 da Região Sul, por sua vez, ao responder à pergunta sobre os desafios de participação das mulheres na política, lembrou um pouco a sua experiência no movimento estudantil e como neste movimento existem dois desafios que se sobrepõem – ser mulher e ser jovem –, duas categorias que em regra são menos valorizadas no espaço político. Vejamos na íntegra:

[...] quando a gente está no movimento estudantil, a gente é muito jovem, né? E, de alguma forma, nesse ambiente dos movimentos sociais e nos partidos também, isso é um fato, existe uma, acho que uma diferença de idade que se impõe desde já, por ser mulher e jovem, que vem junto nessa época. Acho que caminham juntos, né? Nossas posições não serem respeitadas, não serem bem aceitas, não serem bem difundidas, ainda que existam pensamentos iguais entre os mais velhos, entre os homens brancos. (Candidata 04 – Região Sul – Santa Catarina).

Nesse mesmo sentido, encontramos outros relatos impactantes, como o da Candidata 02 da Região Sul, que confidenciou que, durante sua campanha, além dos desafios já inerentes à política, teve que lidar com a ausência de credibilidade, uma vez que, além de ser mulher, no ano eleitoral de 2020 tinha apenas 26 anos, motivo pelo qual *“muitas pessoas usavam recursos de tratamento que pareciam (...)reduzir minha autoconfiança, bem como atacando minha capacidade técnica e formal”*. (Candidata 02 – Região Sul – Paraná).

A Candidata 03 da Região Sul, atualmente com 30 anos de idade, mas que foi candidata em 2020 aos 26 anos, narra como é ser uma mulher jovem na política:

Eles acham que eu sou, tanto a população quanto os meus colegas, que eu sou imatura, que eu não vivenciei o que eles já vivenciaram, que eu não sei, de fato, como funciona a política, que eu ainda tenho muitos anos pela frente para entender ou compreender o que, de fato, são as coisas. Então, eles não dão credibilidade pela minha idade, eles acham que o que eu faço hoje é porque eu tenho essa idade e que, se eu fosse vinte anos mais velha, eu não faria da mesma forma. Então, por eu ser jovem, eles acham que eu não estou preparada o suficiente para encarar alguns desafios ou para falar determinadas pautas, ou ‘pra’ votar um assunto. (Candidata 03 – Região Sul – Santa Catarina).

A mídia também desempenha um papel significativo na perpetuação do etarismo. As entrevistadas mencionaram que frequentemente eram retratadas de maneira estereotipada, com foco em sua aparência ou vida pessoal, em vez de uma abordagem centrada em suas propostas e realizações políticas. Essa cobertura midiática tendenciosa reforça a percepção pública de que as mulheres jovens não são sérias ou competentes o suficiente para ocupar cargos de liderança, criando barreiras adicionais para sua aceitação e legitimidade no cenário político. Nesse sentido, o relato da Candidata 13 da Região Sudeste se destaca:

Eu sou a vereadora mais jovem eleita da história. Então, quando eu ganho eleição, começo uma interrogativa de quem é essa menina? Quem é essa garota? Como é que ela conseguiu fazer a campanha mais votada sem dinheiro? Quem é ela? Quem é o padrinho político dela? Os programas de televisão, inclusive, vendiam essa imagem. E essas pessoas, por conta da minha formação ou não formação no ensino superior, esperavam que eu fosse subir na tribuna e não conseguisse formular uma fala, defender as coisas, sabe? (Candidata 13 – Região Sudeste – Rio de Janeiro).

O trecho anterior reflete os desafios enfrentados pela depoente enquanto vereadora mais jovem eleita em seu município. Ela destaca as expectativas e dúvidas que surgem em torno de sua eleição, incluindo questionamentos sobre sua capacidade e legitimidade para ocupar o cargo. A percepção de que sua campanha bem-sucedida foi alcançada sem grandes recursos financeiros levanta questionamentos sobre suas conexões políticas e um provável apoio externo. Além disso,

a depoente observa que os programas de TV também subestimaram sua capacidade devido à sua idade e à ausência de uma formação em curso de nível superior.

Outro aspecto importante que emergiu das entrevistas é que as mulheres jovens enfrentam mais dificuldades para encontrar apoio financeiro para suas candidaturas dentro dos partidos políticos. As depoentes relataram que, frequentemente, as lideranças partidárias demonstram um menor interesse em investir em candidaturas de mulheres jovens, pois há uma percepção difundida de que essas candidaturas são menos viáveis.

Esse preconceito se traduz em menos recursos destinados a suas campanhas, dificultando a obtenção de visibilidade e competitividade durante as eleições. Vejamos o relato da Candidata 21 da Região Sudeste:

Quanto custaria essa dignidade? No sonho, a gente coloca um número muito alto. Mas, na realidade, quando a gente vai entender quem são as pessoas que investem em pessoas como eu na política, a gente percebe que ainda é um grupo muito pequeno, né? Então, eu tive que fazer uma rede, fazer esse *networking* mesmo, para apresentar a minha história, a minha trajetória, por que que eu tinha, né? E aí é que vem essa questão mais desigual, né? Se você pega aí um cara, um homem branco e tudo mais, jovem, basta falar bem, todo mundo pensa e diz que ele tem que estar na política, nossa, sua família, isso, aquilo. Aí, quando você pega uma mulher negra, jovem, que tem uma trajetória cheia já de conquistas, ela fica à revelia, né, de pautas, de ausências, porque esses caras não investem. (Candidata 21 – Região Sudeste – Rio de Janeiro).

A fala da Candidata 21 da Região Sudeste aborda de maneira incisiva as barreiras econômicas e sociais enfrentadas por mulheres negras jovens na política, destacando a desigualdade no apoio financeiro e a necessidade de *networking* para viabilizar suas candidaturas. No entanto, ela aponta que, na realidade, o grupo de pessoas dispostas a investir em candidatas como ela é extremamente pequeno. Por outro lado, segundo ela, um homem branco e jovem teria mais oportunidades.

Essa é uma percepção amplamente compartilhada entre as depoentes: os homens jovens que estão na política enfrentam menos resistência do que as mulheres. Essa diferença de tratamento e percepção não apenas sublinha a persistência do machismo e do patriarcado nas esferas políticas, mas também revela a profundidade das desigualdades de gênero e de idade que permeiam o ambiente político. A fala da Candidata 03 da Região Sul se destaca neste sentido:

Tem um vereador na Câmara mais jovem que eu, ele tem vinte e três anos, ele sofre algumas dificuldades por ser jovem, mas bem poucas em comparação a mim. Ele é muito menos questionado. Então, tem uma relação com a idade, mas com o gênero ela aumenta, a discrepância é ainda maior. O jovem homem é mais esperto que a jovem mulher (risos). (Candidata 03 – Região Sul – Santa Catarina).

A fala da depoente revela que os homens jovens são frequentemente vistos como figuras promissoras e carismáticas, naturalmente adequadas para assumir posições de liderança e poder. Eles são rapidamente aceitos e apoiados pelas estruturas partidárias, pelos eleitores e pela mídia.

Essa aceitação se manifesta na forma de apoio financeiro, acesso a redes influentes e uma cobertura midiática positiva, que destaca suas qualidades e seu potencial.

Em contraste, as mulheres jovens enfrentam uma série de obstáculos adicionais. Elas são submetidas a um escrutínio mais severo e muitas vezes desqualificadas devido à sua idade e gênero, sendo essa uma percepção comum entre as depoentes. Nesse sentido, a Candidata 19 da Região Centro-Oeste, quando questionada sobre os desafios que enfrentou como mulher ligada a um partido, revelou que, de forma ampla, poderia se resumir na palavra “machismo”, mas que, por ter começado a vida política muito jovem, sempre foi percebida internamente como uma pessoa imatura, mesmo quando já tinha alcançado a idade adulta.

Essa depoente afirma ainda, quanto ao tratamento entre os homens e as mulheres, que percebeu muito rápido que havia a reprodução das práticas machistas internamente, pois os meninos de sua idade tinham maior liberdade de errar sem serem julgados, sem perderem prestígio político ou serem retirados de suas funções por tanto. Já dela e de suas iguais era sempre cobrada a postura exemplar. Por isso, elas se sentiam em constante vigilância para não perderem os espaços de atuação que já haviam conquistado. Nesse sentido, a depoente avalia: *“acabei não experienciando minha juventude como poderia, caso estivesse desvinculada da legenda”* (Candidata 19 – Região Centro-Oeste – Goiás).

A candidata 19 da Região Centro-Oeste completa contando que, apesar de ter uma extensa trajetória de militância nos movimentos de juventude e de mulheres (mais de 10 anos), quando o partido foi propor a ela a possibilidade de ser candidata, convidaram-na para uma reunião com o seu namorado da época (que também era militante do partido). O convite foi feito sem exposição de qual seria a pauta. Iniciada a reunião, o dirigente do partido informou que o tema daquele encontro era a importância de ela sair candidata para cumprir a cota exigida legalmente. Na sequência, ele direcionou a fala ao ex-namorado dela, para que ele desse sua opinião, antes mesmo que ela pudesse dizer o que pensava sobre o assunto.

A depoente relatou que se sentiu violentada, coagida e invisibilizada como dona de si, como se não fosse responsável por suas escolhas. A depoente reflete sobre o caso: *“Eu não era só um objeto, eu era um objeto com vagina. (...). Não era porque eu fazia mil coisas, não era porque já tinha mais de 10 anos de militância político-partidária. Era porque eu tinha vagina”* (Candidata 19 – Região Centro-Oeste – Goiás).

Ou seja, há preconceitos, boicotes e negligências, em relação a mulheres jovens na política, que decorrem apenas da sua condição de gênero.

5.3.15. Racismos

O racismo é compreendido como “uma articulação ideológica e um conjunto de práticas” (González, pág. 86, 2019) que se estabelecem, complexificam e se difundem historicamente na sociedade e que visam a uma deslegitimação e negatização de determinados grupos ou coletividade. Ao afunilarmos a definição para a dimensão da cor e raça, focalizamos essa deslegitimação e negatização em elementos relacionados à cor da pele de grupos e coletivos com especificidades que, no Brasil, apontam para uma “divisão racial” pautada em elementos da própria formação social e histórica do país, que funda suas relações econômicas, de trabalho e, conseqüentemente, sociais, a partir da noção de trabalho escravo.

Jurema Werneck (2010) afirma que o processo de colonização empreendido no Brasil, que fundamenta toda a estruturação econômica, política e cultural do país, é “amparado em um racismo” que se baseia na cor da pele, fazendo desta uma característica chave para a deslegitimação e negatização de mulheres e homens negros. Essa população é inserida em uma sociedade escravista, que amplia suas dimensões de exclusão à medida que setoriza os indivíduos que dela fazem parte.

É neste sentido que tanto Gonzalez (2019) quanto Werneck (2010) afirmam que, no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, pautado em um sistema econômico social e racialmente excludente, as dimensões de raça e cor serão determinantes para a retirada das pessoas negras do protagonismo público das relações de poder, especialmente no campo político. Além disso, Jurema Werneck (2010) chama a atenção para o que ela denomina de “regimes racistas patriarcais”, que inserem mulheres pretas em dimensões mais complexas e violentas de exclusão nas relações sociais brasileiras.

As variáveis relativas às questões de raça e cor, interseccionadas à construção da imagem e dos significados da mulher negra na sociedade brasileira, são múltiplas. Contudo, aqui se pretende construir uma análise a partir dos discursos proferidos por mulheres negras, candidatas e eleitas, bem como a partir dos discursos de mulheres não negras em relação às negras dentro da dinâmica político-partidária e eleitoral nas cinco regiões brasileiras. Werneck (2010) aponta que, nas relações de poder e desigualdade produzidas pelo processo colonizador e racista que funda a sociedade brasileira, fizeram-se, como imperativos de sobrevivência, estratégias de resistência empreendidas por mulheres negras em todo o território nacional. As lutas protagonizadas por essas mulheres se alicerçam, principalmente, nas lutas contra a violência, em suas múltiplas expressões, que reverberam o caráter “racista, heterossexista e eurocêntrico” de formação das relações de nossa sociedade.

A partir disso, podemos refletir sobre os espaços que são construídos como “reservados” a essa mulher negra, que, dentro do movimento histórico de exclusão social e econômica amparado no racismo, revela elementos que dão significados às questões hoje enfrentadas e combatidas pelas mulheres negras organizadas. De acordo com Gonzalez (2019), o trabalho doméstico se apresenta como lugar primordial de mulheres negras nas relações empreendidas pela sociedade escravista e patriarcal brasileira. Os espaços de trabalho no âmbito privado, do lar, primeiro como escravas, mais tarde como subproletariadas, revela não só a exploração da mão de obra feminina negra, mas

a sujeição dessas mulheres a violências (desde a violência sexual até a patrimonial, exercida por seus senhores – no período escravista – e mais recentemente por seus patrões).

Contudo, tanto Gonzales (2019) quanto Werneck (2010) nos mobilizam a interpretar essa história a partir da insurreição dessas mulheres. Isso porque as autoras constroem suas pesquisas a partir da ideia de que essas mulheres costuram na história uma extensa representatividade de resistências às violências estruturadas pela sociedade patriarcal e colonialista brasileira. Contudo, tais resistências não fogem da dinâmica de deslegitimação e negação estruturada pela sociedade patriarcal e colonialista brasileira, que é racista e sexista. Assim, muitas vezes, quando existem esses discursos acerca da organização e resistência de mulheres negras na história, eles são remetidos à ideia de que elas são “passivas” ou “incapazes”.

Tais discursos reforçam a ideia de que as relações de poder, estabelecidas pela base estrutural racista da sociedade brasileira, se fazem ainda mais violentas quando se trata da figura da mulher como sujeito agenciador de mobilizações e disputas no campo dos poderes estabelecidos. Uma das questões postas por esses discursos é a homogeneização da “resistência passiva” dessas mulheres, ao que Werneck irá se contrapor e argumentar:

(...) é possível visibilizar, no interior destas articulações, as diferentes possibilidades a que as mulheres negras recorreram, os diferentes repertórios ou pressupostos de (auto)identificação ou de identidade e de organização política. Tais possibilidades partem deste reconhecimento: estamos diante de diferentes agentes históricas e políticas – as mulheres negras – intensas como toda diversidade. (pág. 11, 2010)

Compreende-se que, assim como as formas utilizadas pela estrutura racista para excluir essas mulheres da própria dinâmica da sociedade, as resistências empreendidas por elas (em suas formas, constituições e significados) se apresentam de forma múltipla e diversa, inclusive reverberando as diferenças de formação social impressas na diversidade territorial que constitui o Brasil.

Essas formas de resistência são apresentadas nas falas das candidatas entrevistadas nas cinco regiões brasileiras e apresentam dimensões que se estruturam desde uma materialidade, como as organizações de mulheres pretas, até a própria afirmação da identidade, a partir da autodeclaração e autorreferenciação enquanto mulher negra ou preta (duas formas de denominação encontradas nas falas das entrevistadas). Dessa forma, algumas categorias foram aqui trabalhadas e serão apresentadas em análise a partir das entrevistas realizadas com as mulheres negras candidatas.

A primeira é a autorrepresentação, que se refere ao fato de se compreender como mulher negra na sociedade. Além de um exercício de autoaceitação, requer um processo de entendimento do que seja o próprio significado de “negra”, para além da questão visível da cor. No Brasil, esse exercício se dá, entre outras coisas, por meio da própria desconstrução das negações e das deslegitimações sobre o que seja a mulher negra tanto nas relações públicas como no âmbito das relações privadas em nossa sociedade. Os estereótipos perpassam tanto as questões físicas (como aponta Lélia Gonzalez, com a construção da hipersexualização da mulher negra) como a própria função social, especialmente no campo do trabalho, dessas mulheres.

Tal questão foi observada em várias falas de mulheres candidatas, que apontam o fato de se organizar politicamente – ou mesmo de acessar espaços de formação educacional – como

disparador da tomada de consciência sobre sua própria identidade de “mulher negra”, como afirma uma candidata:

O meu reconhecimento, o meu próprio reconhecimento como mulher negra afro-amazônica, é muito recente, é de seis, cinco anos, também. Essa coisa de se realmente assumir, de se autodeclarar. Então, foi tudo muito ligado com a luta partidária. (Candidata 07 – Região Norte – Amazonas)

Além disso, a tomada de consciência sobre seu espaço em uma sociedade racista também se atrela ao processo de organização política de muitas delas. A autorrepresentação não se foca somente no “reconhecer-se negra”, mas em se reconhecer em figuras políticas, em outras mulheres negras na política, que abriram caminho para as demais trilharem esse espaço.

A gente já avançou bastante. No passado a gente teve Benedita, que é essa ícone para nós enquanto mulheres negras na política. E ela lutou muito e conseguiu implementar a situação do fundo eleitoral para nós, mulheres negras. Então isso para nós já muda total, já configura bem a situação nossa dentro disso. Porque dentro dessa coisa, no fundo eleitoral, ele vem. Para mulheres brancas de uma parte, para mulheres negras, era terrível. (Candidata 17 – Região Sudeste – Rio de Janeiro)

Outra mulher negra muito citada em várias entrevistas foi a vereadora Marielle Franco, apresentada como impulsionadora de desejos de mulheres negras de enfrentarem o mundo da política. Uma das candidatas da Região Sudeste afirmou: *“Com a influência e inspiração da vereadora Marielle Franco, [ela] decidiu entrar na política e candidatou-se pelo partido em 2020”* (Candidata 17 – Região Sudeste – Rio de Janeiro). Colocado como “efeito Marielle”, a repercussão do caso de violência política e de gênero contra a vereadora, além da sua eleição com votação representativa no Rio de Janeiro, reverberou em várias falas, coadunando com a ideia de representatividade, em que mulheres negras se veem em outras mulheres negras, sentindo-se incentivadas, por meio desses exemplos, a participar da vida político-partidária de forma ativa e concreta.

Outro ponto é a relação entre a violência política de gênero e o racismo. A violência política de gênero se apresenta de inúmeras formas e com vários atravessamentos, um deles conjugado à questão do racismo. Nas falas são relatadas desde a dificuldade de se fazer ouvir nos partidos até questões relativas a assédios e à sexualização de mulheres negras.

Mas não é que eu tenha vergonha do meu corpo. É porque esse é um lugar para o qual eu sempre fui empurrada para a cama, para a cozinha e para o único momento do samba dentro do carnaval. E eu criei uma aversão a esses únicos lugares possíveis para ser uma pessoa preta. E aí, nesse momento de convite para eu estar no partido, colocar o meu nome, depois de já ter vivido a violência racial, eu fui atravessada pela violência de gênero, pelo assédio, quando eu estava passando e eu não virei o rosto para atender a uma abordagem violenta desses homens. E eles começaram a gritar assim: ‘Ah, e ainda quer se candidatar? Acha que nós vamos aceitar uma candidata que é esnobe?’ Eles não estavam falando comigo, eles estavam me assediando. E, além deste assédio, eu sofri uma violência racial num evento do [Partido]. Poucos dias depois, eu sofri assédio nas ruas, voltando para minha casa meia-

-noite, saindo do comitê de um ato político. Eu sofri assédio moral, importunação, que hoje tem o nome também. E, depois disso, eu vivi uma situação assim, que eram várias situações de estar junto com pessoas, lideranças do partido, e aí abraçava, pegava a cintura e não soltava mais. (Candidata 06 – Região Centro-Oeste – Goiás)

A fala da candidata corrobora com o que Lélia Gonzalez vem nos fazer refletir sobre o que ela chama do “duplo fenômeno do racismo e sexismo”, pelo qual o racismo se estabelece como uma “sistemática da neurose cultural brasileira”, articulando-se com o sexismo e promovendo, na mulher negra, efeitos nocivos dessa dupla manifestação de violências.

A minha história de violência política... O que acontece? Quando se consolidou o serviço, as meninas ficaram ali na candidatura da bancada coletiva, a gente se encontrou em muitos momentos... Mas a candidatura realmente de Executivo é uma coisa muito diferente de uma candidatura Legislativa. E eu aprendi isso muito na experiência, na vivência... A maioria das lideranças do meu partido eram homens, não tinha lideranças femininas, elas eram as únicas lideranças femininas dentro do partido naquele momento. Mas, assim, os homens ocupavam, quando tinha reunião no partido era um monte de homens e a gente, de mulheres. Era assim a reunião. Então as falas... A gente perdeu dinheiro por conta deles porque, na hora da votação, a gente não tinha ocupação de partido suficiente pra, na hora de uma votação, ganhar uma votação, por exemplo. Então a gente ouviu coisas do tipo: “ah, porque não é negócio de pessoas negras não... todo mundo é ser humano, todo mundo é igual, não precisa fazer essa distinção”, fala tipicamente racista de alguém que não entende o debate [sobre] negritude. Então, assim, e aí, quando a gente apontava, eles não reconheciam... Então as meninas perderam mais de 10 mil reais numa reunião dessa por conta desse tipo de posicionamento, porque, na hora que foi decidir onde o recurso ia ser aplicado, e a gente batendo o pé, porque não tinham cotas raciais mas tinha cota de mulheres. A cota de mulheres a gente conseguiu assegurar porque a gente tinha que assegurar a lei, mas, pra fazer um debate interno do [...], porque o [...] tinha um debate interno de que, se fossem mulheres, se fossem mulheres negras, a porcentagem tinha que ser um pouco maior por conta desse tipo de posicionamento. Mas era um debate do partido, não era uma coisa de lei e tudo mais... E eles não respeitaram o debate interno, né? Então a gente perdeu ali uns 10 mil reais nessa discussão... Saí, todo mundo saiu de lá muito cansado, porque foi muito machismo, foi muito racismo que a gente teve que escutar dessa turma. Aí eles me parabenizaram por ter, [por] se consolidar como vice, né, de [...]. Eles não estavam na linha de negociação pra pactuar vice, porque não quiseram mesmo. (Candidata 07 – região Norte – Amazonas)

Além da dimensão sexista e racista, a fala da candidata expressa o que Werneck aponta como consequência das estruturas racistas da sociedade brasileira, que estabelece uma “deslegitimação e negatização” da pessoa negra, com elementos mais incisivos em relação às mulheres negras,

tendo em vista a intersecção de violências que se estabelecem nas relações políticas vivenciadas por essas mulheres.

5.3.16. Quadro Síntese

Para fechar, ainda que sejam necessários maior tempo e fôlego para análises regionais aprofundadas, cabe adiantar uma **breve reflexão-síntese** sobre o tema da violência política de gênero, considerando as divisões regionais. Ela se encontra na tabela abaixo, que não exaure o que foi coletado nos depoimentos, mas apresenta os destaques:

Quadro 2: Reflexão-síntese

Região	Temas mais citados pelas depoentes no tocante à violência política de gênero
Região Norte	<ul style="list-style-type: none"> - racismos - deboches - fim de relacionamentos - impunidades - falta de acesso a espaços físicos - problemas na campanha e no recebimento de recursos - formação e capacitação políticas - medo - machismo - manipulação das mulheres - desqualificação - sexualização da mulher - mulheres sem escuta e sem falas - necessidade de provar competência - sobrecargas - críticas aos critérios e à lógica dos partidos - dor - humilhação - monopólio de poder - exclusão das decisões - partidos desiguais - cotas e candidaturas fictícias - mudanças de partidos - lutas pelas pautas femininas - fofocas

<p>Região Nordeste</p>	<ul style="list-style-type: none"> - ações individuais e falta de apoio dos partidos - sem mulheres em cargos de direção - abandono dos partidos - distribuição desigual de recursos - falta de tempo - cansaço - o espaço é dos homens - boicotes - difícil ter unidade - disputas internas - crítica à “lógica dos partidos” - impacto na carreira - racismos - credibilidade que se dá pelo voto - cobranças internas - mudanças de partido - desmotivação nas campanhas - ambiente inseguro da política - dificuldade de se achar advogados para defendê-las - cotas e objetificação - redução delas ao espaço privado - assédios - leis não cumpridas - medos - sobrecarga
<p>Região Sul</p>	<ul style="list-style-type: none"> - preconceitos com a juventude - cobranças de aparência - a aparência se sobrepondo às capacidades - candidaturas fictícias - problemas com as redes sociais - mulheres machistas - omissões e inseguranças - denúncias - falta de apoio familiar - descrédito - partido só em ano eleitoral - ausência de poder de decisão - perseguições - favorecimento dos homens nas campanhas - apoio da procuradoria feminina - medo - pressão das redes sociais - exigência de padrões de comportamento

<p>Região Sudeste</p>	<ul style="list-style-type: none"> - boicotes - descaso - “coisa de homem” - reuniões fechadas e sem as mulheres - inseguranças - mulher trabalha sem receber dinheiro - campanhas físicas - problemas de financiamentos - desassistência e falta de apoio dos partidos - racismos - ódio - mulheres barradas - precisa se provar - não acreditam em si - mulheres em espaços “encaixados” - os partidos não vão mudar - as decisões são dos homens - utilização exclusiva de santinhos - partidos desiguais - compra de votos - campanha dos homens é que é priorizada - objetificação - falta de transparência na distribuição de recursos - falta de boas formações - assédios - inferiorização da mulher - violências sutis - formação de coletivos
-----------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Região Centro-Oeste</p>	<ul style="list-style-type: none"> - machismo - precisam provar competências - enfrentam o partido - candidaturas fictícias - problemas para receber recursos - descredibilização - a liderança é dos homens - ataques às famílias - agressões - intimidações - falta de representatividade - perseguições - exclusões gerais - decepções - racismos - disputa entre mulheres - solidão - o partido não acolhedor - violências simbólicas - clima mais pesado - homens egoístas - silenciamentos - opressão - mulheres sem voz
----------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: De Olho nas Urnas (2024)

Esse quadro visibiliza pontos importantes para reflexões e, neste momento, é importante ponderar que em todas regiões as mulheres vivenciam as experiências de violência de gênero a partir das variáveis deste relatório. Mas se pode afirmar que há alguns pontos de cada região que chamam a atenção. Na Região Norte: atenta-se para as descrições de que as mulheres sofrem com “fococas”; elas citam mais os sentimentos como “dor” e “humilhação” e manifestam certa invisibilidade da política que fazem. Pouco se fala das mulheres na política que estão no Norte e da própria política desta região.

Na Região Nordeste: as entrevistadas focam muito nas suas relações com o partido e cobram dele responsabilidades, além de citarem mais problemas de saúde física e mental. No Sudeste: as candidatas se sentem frustradas com a política “dos homens”. Elas sentem, muito fortemente, que o sistema eleitoral funciona para eles e que elas são instrumentos para apoio deles. Mas, no Sudeste, há um grande movimento de construção de mandatos e candidaturas coletivas, bem como defesas da pluralidade de representação, a qual inclui a comunidade LGBTQIA+ e as candidaturas das mulheres pretas.

Na Região Sul: percebe-se diferença no tocante à percepção das mulheres sobre a pressão da aparência e sobre o comportamento de feminilidade, além de certo conservadorismo. Mas as

mulheres que estão na política nesta região parecem buscar estratégias de preparação, formação e planejamento de forma individual e coletiva, esperando menos a assistência dos partidos políticos. Outro ponto é que no Sul se concentrou a maior parte das depoentes que narraram o preconceito contra a juventude e que mais cedo se iniciaram nos cargos políticos.

Por fim, cite-se a Região Centro-Oeste: parece haver uma maior agressividade nas manifestações da violência política de gênero. Mais ataques, intimidações e agressões verbais, inclusive explícitas. E, apesar de haver denúncias, há um desalento quanto à impunidade dos homens que hoje são a liderança no sistema político e econômico. As mulheres no Centro-Oeste também citam mais a opressão e o silenciamento pelo polo masculino.

Essas observações regionais consideram os dados coletados nesta pesquisa e reflexões que foram possíveis extrair dos relatórios individuais acerca das entrevistas. São ponderações muito iniciais e que precisam ser aprofundadas, mas elas são válidas diante do quantitativo de mulheres entrevistadas em cada região. Repita-se que o que foi citado como diferença entre as regiões pode acontecer em todos os locais, mas, no momento das entrevistas realizadas neste projeto, as depoentes falaram de forma espontânea e enfática sobre cada um desses temas. Foram falas individuais que se repetiram no conjunto das análises por região.

5.4. Partidos: boas práticas e violências intrapartidárias

O acesso das mulheres à representação política é realizado efetivamente com a sua entrada no sistema partidário brasileiro. São os partidos políticos que fazem a mediação do ingresso das mulheres no espaço político, devendo a relação dos partidos com as mulheres ser destacada neste relatório.

Neste item 6.4, propõe-se observar essa relação, considerando o momento das campanhas eleitorais e o desenho organizacional dessas instituições. Repita-se que esta pesquisa entrou em contato com 145 candidatas de variadas filiações partidárias e o retorno recebido foi de mulheres de 17 partidos brasileiros. Ou seja, há uma boa amostragem e diversidade nas relações entre gênero e partido propostas neste texto.

O sistema partidário é um dos componentes do sistema político atual e, por isso, reproduz a experiência da política em sua totalidade. Há nos partidos, como na política, boas práticas, mas também há espaços de violência política, o que foi destaque em todas as narrativas coletadas neste projeto. Fatos de violência parecem se intensificar no âmbito institucional e são citados explicitamente, como a exclusão política das mulheres dos cargos de direção, a falta de representatividade, a desmotivação e a desassistência durante as campanhas, a falta de transparência nas decisões, a alocação desigual de recursos financeiros para homens e mulheres, perseguições, boicotes, silenciamentos, objetificações, dentre outras sub variáveis que se tentará apresentar na sua totalidade, considerando as escutas realizadas por este projeto.

A candidata 11 da Região Norte diz sobre este papel dúbio do partido, declarando que *“Nenhum partido vai ser perfeito. Todo partido vai ter problemas, todo partido vai ter reprodução,*

inclusive, de opressões que a gente vive socialmente. Eu acho importante que a gente precisa entender, até pra gente não criar expectativas de que a gente vai estar num espaço livre de qualquer tipo de opressão” (Candidata 11 – Região Norte – Pará). Para ela, as mulheres devem ser informadas e se prepararem para os desafios do ingresso no sistema político-partidário.

Entretanto, apesar de a mulher ter que considerar, nessa preparação, os paradoxos das organizações institucionais, tem-se uma frase emblemática que parece resumir o teor deste item do relatório: *“Sempre mulheres foram bem-vindas, mas nunca efetivamente mulheres com condições de disputar. Eu fui uma surpresa para o partido”* (Candidata 07 – Região Sul – Paraná). Ou seja, o real envolvimento da mulher na política ainda é uma surpresa cheia de novidades, desafios, retrocessos, avanços e questões a serem melhoradas, enfrentadas e combatidas.

Essas mulheres com perspectiva efetiva de contribuição para a política desafiam todos os partidos e escancaram que a estrutura partidária é *“reprodutora das relações misóginas da sociedade, onde ainda se vê o preconceito e o machismo dominantes”*. (Candidata 02 – Centro Oeste – Goiás). E *“a estrutura partidária machista é uma barreira na própria participação e continuidade das mulheres na política”*. (Candidata 02 – Centro Oeste – Goiás). Afinal,

as mulheres do partido estão cansadas, pois sempre o tratamento foi desigual, nunca havia verba para as mulheres, se evitava colocar mulheres nos espaços de poder dentro do partido, nunca houve nenhuma presidenta, nunca houve nenhum cargo importante, sempre foi muito difícil. Eu te digo de verdade que eu sou uma sobrevivente [...]. Por exemplo, eu nunca fui convidada para debater, discutir, qualquer questão dentro do partido[...] O partido nunca deu oportunidades pra mulheres, nunca, nunca. Te digo e digo isso pra eles. (Candidata 09 – Região Nordeste – Ceará)

Mas é preciso seguir, desafiar e combater esse machismo em todas as esferas da sociedade, incluindo a dos próprios partidos políticos, pois é ele uma das causas da exaustão. E esse combate já foi iniciado em muitas instâncias partidárias, como citam as depoentes nas entrevistas citadas nesta pesquisa. Para elas, há algumas **boas práticas** e tentativas que devem ser citadas, tais como partidos que trabalham com a cota na proporção de 50%, outros que acolhem as mulheres e as auxiliam no ingresso na política. Como nos diz:

Em 2020, o partido fez um avanço enorme. Inclusive, ele avançou mais do que os tribunais superiores, que designaram né?! aquele percentual de 30% para candidatura de mulheres lá em 2016, pra reserva de vaga na chapa. Aí depois ampliaram pra reserva do fundo partidário. Fundo partidário não, fundo eleitoral. E tempo de televisão. O partido em 2020, quando eu fui eleita, (...) teve uma resolução partidária eleitoral, assim, bem revolucionária. O partido estabeleceu que em todas as faixas de prioridades, né?!... teria que ter, prioritariamente, mulheres e pessoas negras e pessoas LGBTQs em todas as faixas. E aí que uma mulher, ela receberia um percentual de 50% a mais do que um homem na mesma faixa de prioridade; que uma pessoa negra receberia um percentual de 30% a mais do que uma pessoa branca; uma pessoa com deficiência receberia percentual x; uma pessoa LGBTQ, x [...]. Em 2022, o partido retrocedeu um pouco, ele fez uma resolução que não foi calculada dessa mesma forma, entendeu?! Então eu acho que isso deve ter dado problema em vários municípios de 2020 e acabou voltando um pouco atrás. Enfim, mas também não volta muitos passos atrás. Então eu acho que o partido tem feito um esforço pra

entender que, pra uma candidatura ser viável, ela precisa de investimento do partido em recurso pra fazer campanha eleitoral. Dinheiro não é tudo, mas é importante. E também prioridade no tempo de televisão nosso, que já é bem curto. (Candidata 04 – Região Nordeste – Pernambuco).

Aí eu pensei né?! Se mulher é 50%, o nosso voto é voto de verdade (...) A escolha partidária se deu considerando as diretrizes estatutárias e de organização da legenda, tendo em vista a representatividade das mulheres e da população negra nas instâncias deliberativas do partido. Então, as executivas nacionais, estaduais e municipais. Todos os órgãos de decisão e deliberação, a executiva e diretórios são formados de maneira paritária. Então, aí eu pensei, né?! Se mulher é 50%, o nosso voto é voto de verdade. Então não é uma reserva de um percentual de uma vaga menor. É 50 – 50, né?![...] Já não parte de uma disputa desigual no interior do próprio partido político, né?! Então isso foi uma coisa que me aproximou do partido. (Candidata 04 – Região Nordeste – Pernambuco).

A última eleição se deu pelo partido (...), o qual tem orgulho em dizer que acolhe as mulheres que querem ser candidatas, porém não proporciona campanhas na promoção dessa finalidade. (Candidata 02 - Região Nordeste – Sergipe).

Sim, nesses anos pra cá, o pessoal avançou bastante internamente, então a gente tem resoluções hoje nacionais que falam sobre a paridade de gênero, a equidade racial... A questão é a atuação na prática, né? Eu acho que o exemplo do texto a gente consegue dar direitinho, só que quando na prática isso acaba favorecendo determinados grupos internos, acaba não refletindo a realidade que a gente espera, né? Então você tem que conseguir se posicionar muito bem na briga interna também para você conseguir ter sucesso. Mas, com certeza, o partido aprendeu, não só com o meu caso, com o caso de outras mulheres parlamentares, e até candidaturas também de mulheres negras, e isso fez bastante diferença nas brigas.

Um pouco, mas existem alguns partidos que se esforçam para que isso aconteça, para que as candidaturas das mulheres sejam realmente efetivas. Mas acredito que o problema tem de ser de uma cidade mais interior do Estado, uma cidade que é considerada um pouco menor, apesar de, como você fala, nós temos quase 200 mil habitantes, é uma cidade grande, mas, ainda aos nossos olhos, é uma cidade pequena. Os próprios partidos aqui, a gente percebe a atuação deles aqui no (...), eles são partidos que faz pouco tempo que começaram a buscar candidaturas femininas efetivas, não só para cumprir cota, para poder lançar as candidaturas masculinas. Então é algo que a gente vê muito recente na política municipal de (...). (Candidata 02 – Região Sul –Paraná).

Me filiei, me candidatei pela primeira vez para vereadora e tive poucos votos. Eu acredito que mil votos, por aí, sem aparecer na televisão, sem participação de programa na televisão. Sem incentivo do partido, sem apoio financeiro, só fazendo campanha na rua com os amigos e ex-alunos da UFPA. Logo depois, eu vim candidata novamente, eu acho que para deputada federal. Aí me candidatei novamente em 2016. Em 2012 e depois em 2016, como vereadora. E aí eu já tive uma quantia de votos considerável, dobrei a minha votação. Aí eu fiquei como suplente. Como suplente decidi vir candidata à federal para fortalecer a candidata à estadual, para ela ganhar e eu assumir a suplência. Aí, eu assumi em 2019, né? A eleição foi em 2018. Fiquei 19 e 20.

Teve a eleição e eu fiquei mais uma vez suplente, só que, como o prefeito ganhou

a eleição, ele era deputado federal, quem ganhou em primeiro lugar do [...] assumiu o mandato de deputado federal e, logo no primeiro dia da legislatura, eu já assumi também como suplente com uma votação de 4 mil e pouco de votos. Eu não tenho agora exatos. Acho que 4 mil e 30 votos. E aí, eu assumi. Então, eu fiquei dois anos, no mandato anterior. E agora, quatro. Então, vai completar seis anos. Na de 2020, já tive fundo eleitoral e o fundo partidário, e nas outras eleições não havia. Começou de 2018 para cá. Então, foram eleições mais competitivas. Tivemos oportunidades por pouco tempo, mas já participei do programa de televisão, já tive recursos financeiros para movimentar a campanha. (Candidata 05 – Região Norte – Pará).

Essas boas práticas são hoje normativas a serem cumpridas, mas alguns partidos parecem levá-las “mais a sério” do que outros. Há, ainda, os que possuem, na sua estrutura, mulheres em cargo de direção, ainda que isso nos seja apresentado como uma raridade no sistema partidário. A Candidata 10 da Região Norte disse que “está como presidente do partido desde 2009”. (Candidata 10 – Região Norte – Pará) e se sente segura e apoiada nele.

Uma proposição positiva dentro do sistema partidário, citada por algumas mulheres entrevistadas, refere-se à instituição de mandatos ou candidaturas coletivas. Elas a veem com bons olhos, apesar de pontuarem alguns pontos não satisfatórios dessa experiência. Segundo elas, o coletivo fortalece as mulheres e as pautas, sendo um marco significativo para a política. Dizem algumas candidatas:

Era importante que as mulheres negras ocupassem a câmara municipal e eu sabia das minhas limitações, inclusive as internas. A maior limitação que eu enfrentei politicamente foi dentro do partido. De cerceamento de recurso, de cerceamento de espaços, de, mesmo depois de eleita, as pessoas que são referência hoje no partido, e que são brancas, só chamarem a nossa companheira de vereadora e nós outras duas de “co”, sendo que isso não era o combinado entre nós. Ou éramos as três “co” ou éramos as três vereadoras. Eu acredito que as candidaturas coletivas são um caminho. (...) elas foram uma estratégia importante, interessantíssima para apresentar que nós estávamos prontas, que nós tínhamos habilidades para ocupar esse lugar, que nós temos capacidade de executar essas tarefas. Mas, infelizmente, elas também atenderam a uma estratégia, de nos comprimir em um espaço único, quando na verdade o lugar dos outros, dos mesmos perfis (dominantes), ele permaneceu intacto, ele permaneceu confortável, da mesma forma. (...) e aí, ao passo que nós estávamos comprimidas em um espaço, deu ao outro, que estava confortável, a possibilidade de nos dividir. (Candidata 09 – Região Nordeste – Pará).

Então eu proponho, (...) topa, que a gente vá construindo, a parte das mulheres já estava construída, dos homens que a gente teve que disputar um pouco, essa ideia de co-prefeita, que não havia hierarquia (...), portanto, eu também era uma mulher na política, me candidatando aí, e a gente ia compartilhar o poder. (Candidata 09 – Região Sudeste – Rio de Janeiro).

Foi onde tudo começou. E aí a gente se organizou nessa campanha da pandemia, nesse projeto de bancada coletiva. Porque também, na época, era uma novidade. Porque não se falava em candidatura coletiva. Tinha esse discurso se era legal, se não era legal, o partido mesmo não encarou assim como... ‘Nossa, que projeto super revolucionário!’. Na verdade, achava muito estranho, não é? Não vai dar confusão (...) isso, onde, gente, não é só um que assume, não sei o quê... E a gente arriscou em um projeto de representatividade. (...). O que eu pensei: como é que a gente faz uma candidatura coletiva de mulheres, mas mulheres que tenham entrada e atuação em diversos segmentos? Para mim, de fato, quando a gente for apresentar

esse projeto para a sociedade, as pessoas que digam assim: ‘nossa, eu quero atuar no esporte, esse projeto que me representa’; ‘eu quero defender a educação, ali há meu espaço’; ‘eu sou LGBT, eu tenho uma sensibilidade, um apoio de acolhimento, uma escuta’; ‘eu sou trabalhador, o segmento tem essa pauta avançada, né?’; nossa, então assim, a ideia era esse combo mesmo de representatividade e de visibilidade. (Candidata 03 – Região Norte – Pará).

Não é uma escolha pessoal, não é “ai, eu quero muito ser candidata”, não é assim que funciona internamente dentro do nosso partido. A gente estuda o papel das eleições, como é importante (...) a gente poder fazer o diálogo e também para a gente avançar na nossa perspectiva do que a gente acredita enquanto ideal. E aí vão se destacando nomes de pessoas que já estão inseridas em alguns movimentos, que já têm uma trajetória, que já têm local de atuação e etc. Aí meu nome – como de outras pessoas também – foram colocados e aí eu tenho que deixar de ter um posicionamento mais pessoal assim ‘eu não quero isso’, mas [tenho de] pensar enquanto militante do partido, que é importante a gente fazer essa disputa na nossa seleção. Então eu aceitei a tarefa; foi me dada a tarefa de ser candidata em 2020 e eu aceitei essa tarefa de ser candidata em 2020... Então foi uma construção coletiva do partido. (Candidata 05 – Região Sudeste – Minas Gerais.)

E esses projetos são justamente direcionados às mulheres negras, à comunidade LGBT, às pessoas com deficiência, então a gente pode, a gente pode fazer coisas que talvez, se nós estivéssemos com o movimento social, apoiando algum candidato, que às vezes não sente aquilo que a gente precisa, que sinta, que seja legítimo, e que acredite naquilo, a gente não teria conseguido. E aí também, quando eu digo que a gente traz esses elementos daquilo que a gente coloca ali, enfim, os nossos sentimento, sei lá, acho que não sei se eu posso dizer sentimentos, mas eu vou te dar um exemplo do que quero dizer. Todas as vezes que eu quase desanimo, que eu quase tombo, acho que muitas vezes eu lembro disso, e isso me faz entender que valeu muito a pena. (Candidata 06 – Região Norte – Belém do Pará).

Apesar dessas tentativas e boas práticas, contudo, fato é que os partidos políticos, em geral, ainda não atingiram uma representatividade real das mulheres, havendo legendas mais ou menos avançadas. As entrevistadas ainda destacam diferenças regionais, e entre capitais e interiores, quando se trata das ações de um mesmo partido. São apontadas também, a despeito de certos avanços, questões importantes e que se configuram como **violência intrapartidária**, que é uma manifestação da violência dentro das políticas institucionais dos partidos.

A primeira conduta tida como violenta refere-se ao fato de que os partidos **se fazem presentes praticamente no ano eleitoral**, o que prejudicaria a preparação e a formação das mulheres para o ingresso na política. As legendas buscam mulheres com o objetivo de “fechar” a chapa do período eleitoral, momento em que eles oferecem cursos de formação e encontros.

[...] acho que estão muito aquém do que se pretende, do que se deseja, porque é como eu disse, acho que essa ausência de organização que precede as eleições acaba culminando também em candidaturas frustradas, em candidaturas que não conseguiram se sustentar até o fim da eleição, com mulheres que passam por esse processo eleitoral e saem com um trauma gigante, muitas vezes, que foi não ter orientação nenhuma, e [isso] acaba afastando ainda mais essas mulheres, que já se colocaram à disposição (...). Então, acho que os partidos têm falhado muito nesse

aspecto, muito. Entretanto, alguns partidos, e posso falar pelo meu, quando a gente fala de movimentos de base, nesses movimentos de base que são anexos muitas vezes aos partidos, ou que são próximos aos partidos, essas formações aí, sim, são constantes, mas que não necessariamente têm um compromisso com as eleições, um compromisso com candidaturas. Então, (...) são formações, capacitações num aspecto, muitas vezes, um espectro somente do debate ou direcionados a candidaturas. (Candidata 04 - Região Sul – Santa Catarina).

Tais cursos são, por algumas depoentes, criticados, pois seriam ações protocolares e sem preocupação efetiva com a **formação e educação política da mulher**. Veja o que diz a Candidata 10 da Região Nordeste:

Que eu saiba (...) alguns partidos que têm formação (...) da questão da participação das mulheres, que faça esse trabalho de formação. Inclusive, no nosso partido mesmo, a gente tem dificuldades, justamente porque são poucas mulheres, a maioria é homens, dentro do próprio partido, mesmo a gente tentando fazer, dando ideia, eu tenho essa dificuldade no ponto da questão da informação e a sensibilização que as mulheres ainda ficam com aquele receio de estar nesse espaço. (Candidata 10 – Região Nordeste – Pernambuco).

A primeira pessoa que tem que acreditar na gente é a gente mesma e talvez eu mesma não acreditasse em mim. E nos processos políticos, com tudo que eu passei, um massacre tão grande e que a gente sabe que a gente não vai ganhar, porque assim não dá pra servir ilusão, sabe?! A gente sabe que não vai ganhar, a gente sabe porque a gente tá ali. Então isso: o processo de uma campanha... ele te desacredita diariamente. Te desacredita. Porque é uma luta com gente com muita grana. Cheguei pra vereadora e falei “eu lhe apoio”. Mas eu não tenho condições de entrar, né?! Num tem a menor condição! E eu tinha sido aluna do RenovaBR, tipo eu tinha me preparado. Eu tinha sido A Tenda, eu tinha tido uma preparação política. Não foi aquela: vou me aventurar. Eu fui estudar pra ser candidata, eu fui aprender pra ser candidata. E ela olhou pra minha cara e falou assim: “você não fala de empoderamento feminino, você é a favor das mulheres e agora eu vou ter que tirar homem por causa que você não tem capacidade?!” Eu chorava, porque eu choro, não é de tristeza não, é de ódio porque eu não posso socar a cara da pessoa, então eu tenho que chorar pra não implodir, a gente explode em lágrimas. Que é um ato em que eu confio e eu fortaleço. Quando saiu meu material, a gente tinha uma aliança [...] e atualmente é [...] que é o prefeito, e eu não queria vincular a minha imagem. E aí, quando chegou material de santinho, só tinha as fotos com ele. Aí eu olhei e falei: Cara! Eu devolvi três caixas, que era o que eu tinha de santinho. Eu não tinha santinho e eu tinha mil reais pra fazer a campanha de 2020. Quem que faz campanha com mil reais? (Candidata 01 – Região Nordeste – Rio Grande do Norte).

Além de não terem esse suporte prévio, algumas candidatas dizem que, após a formação das chapas, elas ficam **desassistidas, sentem-se abandonadas pelos partidos** e se dizem prejudicadas pela **desinformação** geral.

Eu acredito que eu não vou mais aqui na minha realidade para ser candidata, não. Eu fui, eu estudei bastante. Eu tinha que andar de casa em casa, de fazer por conta própria, dos meus vídeos, uma música, tudo por conta própria. Porque, se esperar o partido, ele não tá aí para nós. (Candidata 10 – Região Sudeste – Minas Gerais).

Falta conhecimento das mulheres sobre seus direitos eleitorais e que os partidos não dão as informações (...) mas eu não quero ser os 30%", quero entrar e fazer a diferença. (Candidata 04 – Região Norte – Tocantins).

Vim com aquilo que o partido vinha me oferecer e que deixou a desejar, no sentido de que... tanto a qualificação veio muito tarde... e o recurso veio na última hora. E foi como eu coloquei: não tenho um sobrenome político, eu não tenho experiência política partidária, eu não tenho prática de uma campanha, eu não tenho experiência de uma campanha eleitoral e não tenho recurso para investir. Então, eu fiquei totalmente na dependência daquilo que o partido me ofertou. Entendeu? E, como eu disse, chegou tarde a qualificação, deveria ter acontecido muito antes, mesmo porque eu entrei bem no final, mas as que me antecederam também não houve nada antes desse período, que nesse período é o que está acontecendo agora, é o período de você trazer as pessoas, identificar as pessoas e trazer e compor as suas bases nos municípios. Então, estão preocupados mais com o número, com o quantitativo, do que com o qualitativo, ao meu ver. E, quanto mais próximo de você fechar o seu rol, a sua equipe que vem para a concorrência, pior é a seleção. (...) Por quê? Porque, como eu disse, não foi feito um trabalho durante o pleito, durante todo o ano. E agora, na última hora, está todo mundo desesperado, todos os partidos buscando trazer para junto de si aquelas mais qualificadas. E aquele que oferecer melhores oportunidades, inclusive e principalmente, eu até diria, na questão do financiamento das campanhas, é que vai ganhar o apoio. Por exemplo, eu tenho amigas que saíram do partido porque não receberam o apoio, o apoio moral e também já a declaração de que não terá o apoio financeiro para concorrer ao cargo que elas gostariam de concorrer no município. Então, acaba mudando de partido porque o outro partido dá mais oportunidade. E aí, quando você vai para o financiamento coletivo, talvez até por essa... É uma dinâmica nova, as pessoas não estão acostumadas, as pessoas não têm essa participação política ao ponto de financiar, a não ser algumas figuras emblemáticas aí da política, não têm o hábito de financiar, até vêm, dá um apoio... Mas, qual que seria o máximo do apoio? O voto. Mas, quando é para mexer no bolso e tirar lá um centavo de incentivo, aí a coisa já muda de figura." (Candidata 10 - Região Sul - Paraná)

Existem algumas pautas nossas que elas são comuns, por exemplo, a luta por creche, sabe? A questão da segurança, da não violência contra as mulheres, são lutas comuns nossas, independente do campo político que você está. Então existem algumas pautas que a gente consegue com as mulheres de direita dialogar. Então isso pra mim foi um aprendizado dessa última eleição e aí eu acho que é preciso ter mais mulheres ocupando espaços nos partidos. Mas os partidos vão nos permitir colocar? Sei lá, pelo menos é assim que eu imagino, um projeto pelo menos de um olhar, pelo menos eu penso assim, que poderia ser esse o direcionamento, que a direção mudasse, mudar as direções partidárias é uma delas, que elas sejam paritárias entre mulheres e homens. (Candidata 07 – Região Norte – Amazonas).

A Candidata 21 da Região Centro-Oeste afirma que essa falta de apoio institucional resulta de uma cultura machista e excludente. Algumas candidatas, sobre isso, dizem que essa exclusão deriva, especialmente, das **desigualdades** entre homens e mulheres:

Eu acho que é uma discrepância, uma disparidade, eu diria até que é notável que homens têm assumido até as posições mais de liderança. É... A gente observa que nos momentos, se a mulher não for uma mulher muito... eu acho que eu não saberia me colocar aqui agora, mas, se ela não for uma mulher que chega e se joga e se

lança... você não tem vez. Você não consegue a fala, você não consegue espaço, então você tem que se impor muito para você ser vista, para você ser notada. Então, da minha experiência, que eu tenho hoje, eu noto isso. Porque eu não deixo passar, né?! Então, eu notei e pude notar isso, uma discrepância, o tratamento... ele é muito desigual. Eu acho que a palavra que se encaixa melhor aqui na nossa conversa é essa: É um tratamento desigual entre homens e mulheres! (Candidata 21 – Região Centro-Oeste – Goiás).

Eu acho que é a visão dos partidos, essa falta de qualificação, ou de uma seleção mais qualificada do partido, a questão da gente ter que conciliar com os nossos diversos papéis e vir para esse papel político, que é um ambiente muito masculinizado, não são raras as vezes que nós nos sentimos só, dentro de um ambiente masculino, e nos sentimos pressionadas, nos sentimos cerceadas, inclusive da nossa fala, da nossa forma de expressão, e qualquer coisa que a gente vai trazer parece dar a impressão que é mimimi de mulherzinha que não tem o que fazer. E a própria vinda de mulheres que não têm a qualificação, a visão política, e que se sujeita a algumas propostas, eu acho que está em demérito também a nossa participação quando nós queremos fazer isso de forma efetiva (Candidata 10 - Região Sul - Paraná).

O trato igualitário dentro dos partidos políticos perpassaria, dizem algumas depoentes, pela inclusão de reflexões e ações sobre o tema do cuidado, por exemplo. Na visão delas, **desviar-se de pensar soluções para os trabalhos reprodutivos**, que comumente sobrecarregam as mulheres, é retirar a oportunidade de muitas estarem na política. Elas afirmam que:

Fico um tempo sem partido político, mas sentindo o tempo todo a necessidade de tá organizada, porque foi como eu me formei, né, coletivamente, me organizando e tal. E aí vem uma greve de professores em 2008, eu temporária, volto a me organizar no partido em 2008, no [...]. Passo pouquíssimo tempo, porque é muito complicado, já sou mãe já do segundo filho. Conjugiar militância partidária e maternidade era praticamente impossível, e trabalhar fora de casa. Inviável mesmo. Não havia um espaço para ser mãe dentro de uma organização... não há até hoje, um espaço dentro das organizações de esquerda para se ser mãe. E aí passei um tempo, novamente, sem partido, sem tá organizada. E veio a jornada de junho de 2013, e essa jornada 'junho' foi tão grandiosa e inesperada ao mesmo tempo, que mais uma vez me mostrou a necessidade de estar organizada. Mas eu tava ainda muito desconfiada porque a experiência não tinha sido lá muito boa como mulher, mulher militante. (Candidata 03 – Região Nordeste – Ceará).

[...] há necessidade de o partido pensar espaços e atividades no cotidiano partidário levando em conta a existência de crianças e, portanto, organizando espaços que recebam as crianças para garantir a participação das mulheres. (Candidata 09 – Região Norte – Tocantins).

[...] divulga-se, né, a ideia de apoio à mulher, mas, na realidade, a conjuntura atual de cada partido, de cada município, é de acordo com as pessoas ali... que compõem ali... e muitas vezes se comporta de uma forma como que exclui as mulheres. Então, é uma trajetória difícil, foi, é e nunca vai ser fácil. (Candidata 13 – Região Centro-Oeste – Distrito Federal).

O tratamento entre homens e mulheres no partido é o mesmo? Não, eu me queixo. Eu acho que deveria ser melhor. Inclusive, eu vou conversar com o meu presidente,

que é o Cássio, argumentar algumas coisas, alinhar, porque eu quero que seja diferente esse ano, não quero que seja só direcionado ao meu presidente municipal aqui e sim também à vereadora mais votada aqui. Eu sou a primeira mulher mais bem votada da história do meu município, nunca houve. Sou a segunda mais votada no geral. Um recorde. E sou a primeira profissional da saúde no legislativo. E hoje a gente tá trabalhando pra chegar no primeiro lugar e pra mostrar que uma mulher tem esse poder de, abaixo de Deus, conseguir chegar lá com trabalho em prol de quem precisa. Quais são as ações do partido para promover a participação das mulheres na política? Não vejo. E é essa a minha maior reclamação. (Candidata 02 da Região Norte)

Há, ao contrário da equidade, “disparidades de gênero e a predominância de candidatos homens dentro das estruturas partidárias”, como diz a Candidata 10 da Região Sudeste. Assim como dito sobre a preconceção de que o espaço político é atribuído ao masculino, depoentes afirmam que os partidos políticos são também dos homens: eles predominam nos cargos de direção, centralizam as decisões em suas percepções e são efetivamente o foco de atenção partidária durante as campanhas eleitorais.

Sobre a **predominância dos cargos de direção partidária ocupados por homens**, dizem as candidatas entrevistadas:

Tem mais mulheres eleitoras e, dentro do partido, tem mais filiadas mulheres e na parte de comando isso não está representado; [...] se as mulheres ingressam na parte que comanda o partido, é mais fácil para as mulheres. Porque se elas estão, por exemplo, dentro da presidência, dentro do diretório, dentro da executiva, são essas mulheres que vão trazer outras mulheres, que vão escolher quem vão ser as candidatas, qual que vai ser a forma de distribuição do dinheiro, como que vai ser o fundo partidário... E, se a gente não tá lá, obviamente, eles vão destinar tudo pro mesmo grupo, que é masculino, e a gente acaba ficando sem. (Candidata 03 – Região Sul – Santa Catarina).

A gente tem uma presidente que é uma mulher hoje. E a tesouraria do partido, se não me engano, é uma mulher também. Mas acredito que sejam só essas duas posições [...] Em nível estadual, é pouquíssimo. Eu até nem tenho tanto contato com a atividade estadual, porque a gente realmente não... (Candidata 02 – Região Sul – Paraná).

Violência de gênero, a gente sofreu muita violência de gênero [...] e a gente não encontrava espaço para ocupação da política institucional. Algumas pessoas querem ocupar a política institucional e outras querem ocupar o parlamento... E você não encontra espaço pra isso. Parece que os partidos políticos têm dono, sabe?! E não tem alternância de poder. (Candidata 13 - Região Nordeste – Rio Grande do Norte).

Essa exclusão das mulheres dos espaços de direção dos partidos reflete na negligência quanto às pautas defendidas por elas. E, diz a Candidata 13 da Região Centro-Oeste, se há a insistência em defender essas pautas, a palavra das mulheres é **descredibilizada**: “a partir do momento que você briga, eles chamam você de louca, esse tipo de coisa” (Candidata 13 – Região Centro-Oeste – Distrito Federal). As mulheres sentem não ter escuta real no sistema partidário:

Estão começando a pensar, porque esses espaços não são pensados para isso. Estão entendendo que todo candidato precisa ter uma escuta, ter escuta de mulheres, candidaturas, apoio emocional, criar espaços seguros para conversar, falar sobre isso, sem crítica. É um primeiro passo para entender as demandas da mulherada e desse cenário político. (Candidata 06 – Região Sudeste – São Paulo).

Ações importantes... seria fazer a escuta ativa. O partido, ele é do terceiro setor, ele é uma instituição. Não tem como não se envolver no B.O. dos outros. Não dá para não entender, se você quer que uma mulher faça mudança, e se essa mulher for de periferia, você tem que comprar um pouco do B.O. dela. Entendeu?! Ou você vai ter que dar o transporte, ou você vai ter que comprar um pouco do B.O. Isso não é visto assim. Então, ou você dá o transporte, ou você cria um espaço pra criança, ou você cria pessoas que possam acolher ali a criança dela. Você empodera essa mulher, para ela sentir que tá avançando dentro do partido. Você trabalha bem a comunicação, ela se sente valorizada [...]. Se não comprar o B.O. do dia a dia das mulheres para elas estarem mais na política institucional, você não vai conseguir envolver, você sempre vai ter aquela mulher ali com sobrecarga e não conseguindo fazer a política no seu todo. (Candidata 13 - Região Nordeste – Rio Grande do Norte).

Durante as campanhas eleitorais, isso é especialmente grave, pois os partidos políticos preferem dirigir os seus **esforços para as campanhas masculinas**, o que ocorre até mesmo com o apoio das mulheres. A Candidata 13 da Região Centro-Oeste diz: *“Eu acho que um dos grandes desafios também é dar oportunidade pras mulheres que têm condições de chegar e muitas vezes não chegam, porque o próprio partido mina esse processo, né? Preferem dar oportunidades e escolher um cabeça de chapa que seja homem, por mais que ele não tenha lá grandes chances, do que uma mulher”*. (Candidata 13 – Região Centro-Oeste – Distrito Federal). E outra depoente diz:

[...]depois que eu entendi que perfil político não é o falar alto. É a cor que você carrega, é o gênero que você carrega. Tem nada a ver com falar alto. Homens falam alto, então por que as mulheres não podem falar? (Candidata 15 – Região Centro-Oeste – Goiás).

E eu sempre falava: eu nunca quis estar nesse ambiente, mas, talvez, refletindo, talvez nunca, apesar de ter construído uma liderança muito sólida nesse aspecto, depois tive que tornar-me vereadora, então não seria como dizer que não teria capilaridade nesse aspecto. É que não seria possível. Mas sempre fui condicionada a não coordenar a campanha – vai ser diretora de saúde –, então o que me cabia eram esses papéis e que agora, refletindo um pouco, me parece que, apesar de eu sentir que eram conscientes, de alguma forma também eu era levada a isso: a não desejar esses lugares, a não sonhar com esses lugares. (Candidata 12 – Região Centro-Oeste – Goiás).

Hoje estou com dificuldade de vir a candidata, apesar de ter construído e acumulado até aqui muito politicamente, e vejo assim que, daquela época, da última campanha para essa, tem mais condições objetivas, porque as pessoas me conhecem mais, a gente consolidou mais essa trajetória. Mas, por exemplo, o partido, por conta da legislação, escolheram priorizar um candidato, mesmo eu sendo a primeira suplente achavam que eu poderia ter muita dificuldade na eleição; ainda encararam, acabam encarando esse projeto como se fosse uma aventura, que não é o que eu sinto,

nem no *feedback* que a gente teve na rua e nem nesse trabalho que a gente tem desenvolvido até então, até o momento. Mas a gente também depende das legendas, não pode sair candidata no avulso, então o partido decidiu que vai priorizar a candidatura de um homem, inclusive um homem branco, de meia idade, boa família. Então, mesmo sendo um partido de esquerda, é isso. (...). (Candidata 03 – Região Norte – Pará).

Agora, do ponto de vista simbólico, eu acho que estar nesse espaço sem se fazer ouvida, estar nesse espaço sem, de fato, permear as decisões, porque é disso que a gente está falando. Eu costumo dizer que a participação da mulher na política, e ainda tradicionalmente nos partidos – e eu faço algumas ressalvas, mas são poucas –, se dá em preparar o 8 de março, em fazer aqueles cafezinhos que vão recepcionando futuras candidatas. Esse é o olhar que a maior parte dos partidos tem com mulheres. É meio que um... sabe? Um rol. Acho que um particularismo, né? Aí isso em si, para mulheres que querem entrar, que querem ser efetivas, que têm voz, isso traz um desencorajamento... Porque você olha, bate sem ir e volta, vai, não consegue ingressar nessa engrenagem mesmo. Então, os partidos são muito refratários à participação das mulheres. Eles ainda precisam muito se democratizar internamente. As lideranças mandatárias também precisam ser melhor formadas nessa agenda de equidade de gênero, porque, quando elas chegam no Parlamento, elas não compreendem essa demanda, não compreendem mesmo... E é um nível até rasteiro do raciocínio que se faz quando a gente está pautando o aumento da mulher na política, enfim. Então, a militância, ela é excludente; os partidos são excludentes; a montagem da chapa quase nunca prioriza mulheres e, quando prioriza, vamos dizer aqui, que é um recorte muito importante a gente ser visto, são mulheres ou que são esposas de agente público, são filhas, enfim, tem uma pegada, e muito mais, de manter o poder familiar do que, propriamente, para abrir para uma equidade de gênero... do que compreender essa demanda. Então, assim, e a nossa participação é efetiva na montagem de um governo, sempre muito tímida, as mulheres não são quase nunca alçadas a esse espaço de entrega de política pública mesmo, que podem catapultar outras mulheres, fazer crescer o nome delas e tal. (Candidata 12 - Centro-Oeste - Goiás).

Essa preferência desigual pelo apoio das candidaturas dos homens em detrimento das candidaturas das mulheres se agrava quando as depoentes narram as questões relacionadas ao **financiamento de campanha**. Como denuncia a Candidata 22 da Região Sudeste, que compartilha a sua experiência pessoal, afirmando: “[...] porque eu acho que é muito pouco financiamento externo, sabe? Eu, por exemplo, quando eu fui candidata, eu tive uma ajuda só de panfleto, de santinho, sabe? Só disso, para a minha candidatura, o resto, se tinha dinheiro, os homens ficaram com tudo.” (Candidata 22 – Região Sudeste – Minas Gerais).

A não-distribuição equitativa do dinheiro para os financiamentos das campanhas eleitorais individuais é citada como uma das principais dificuldades das mulheres candidatas. Pois, dizem as depoentes, não se ganha uma eleição sem dinheiro e as mulheres não o recebem de forma satisfatória, bem como não há transparência na distribuição dos recursos partidários e dos recursos especiais de financiamento de campanha.

Então, assim, tem aquela conversa de baixo dos tapetes, o acordo de cavalheiros. E nós, mulheres, a gente fica sempre de escanteio. Porque aí você tenta marcar reunião, aí você conversa com o presidente do partido. E aí eu falo sempre com as minhas mentoradas: Bate na porta do partido com o planejamento estratégico de

campanha. Quanto vai custar sua campanha, uma pequenininha, uma mediana e uma maior. Porque aí, quando você vai com o planejamento de campanha, sabendo quais são suas pautas, [sabendo] que você tá pronta, que você sabe onde tá teu eleitor, há uma grande chance de ele falar: essa mulher é boa. (Candidata 05 – Região Sul – Paraná).

Quem manda no dinheiro mesmo são os homens[...]. Eu conheço mais de trezentas mulheres, elas têm muita dificuldade, não sou só eu não. Elas não têm incentivo. (Candidata 05 – Região Sul – Paraná).

A maioria das mulheres não tem dinheiro, é difícil para elas. Tem os financiamentos, vaquinhas, alguma pessoa com grana para ajudar, elas direcionam, doações, mas não são grandes doações. (Candidata 06 – Região Sudeste – São Paulo).

Então, muitas vezes os diretórios estaduais e municipais decidem que esse fundo vai ser exclusivamente para as majoritárias. E aí, os candidatos a vereador ficam a ver navios. Mas, por mais que exista a lei da garantia dos 30%, isso não quer dizer que ela seja executada (...). Até porque não existe, como eu falei, uma comissão para que essa lei realmente seja eficaz. Então, muitas vezes a gente sofre por falta de financiamento, mesmo que o partido tenha esse dinheiro. Porque, por uma decisão dos diretórios estaduais ou municipais, das desinências do partido, esse dinheiro vai ser usado só nas majoritárias. E aí, não é justo. Eu acho que fica muito aberto de maneira de como pode ser usado. Eu acho que deveria ser mais carimbadinha a forma como a gente distribui o valor, pelo menos. (Candidata 02 – Região Sul – Paraná).

O baixo apoio financeiro das campanhas das mulheres refere-se, ainda, à denúncia que elas fazem de que recebem, de contribuição do partido, apenas alguns “santinhos” e uns poucos materiais de campanhas. Para complementar, elas se **utilizam de recursos próprios**. Dizem:

Nada, eu paguei do meu bolso. Não tinha nada. Eu tive só...É que eu falo santinho, que é isso, não é pra todo mundo? Que tem que dar mesmo, né? E fazem isso. (Candidata 10 – Região Sudeste – Minas Gerais).

Fiz 2 campanhas sem financiamento nenhum do partido porque o partido não queria que ela se candidatasse, foi por vaquinha. (Candidata 21 - Região Sudeste – Rio de Janeiro).

[...] acho que é importante a gente resgatar esse processo, né? A própria lei eleitoral, quando garante a questão do fundo eleitoral para mulheres, para negros e negras, porque a gente sabe que a questão do financiamento é uma questão determinante na candidatura de mulheres. A gente vê concretamente que são essas candidaturas de mulheres, mulheres indígenas, LGBTs, negros e negras, que menos têm incentivo para estar nesse espaço. Então, a gente sabe que é fundamental o financiamento também dessas campanhas, porque isso faz diferença. (Candidata 19 – Região Sudeste – Rio de Janeiro).

Vai no portal da transparência do TRE, é só colocar meu nome. Você vai ver que eu

gastei numa campanha inteira apenas 26 mil reais. Com doação. Tem lá o nome dos meus doadores, se você for procurar, quem são? Professores, alunos, juízes, procurador, procurador estadual, procurador federal, costureira, garçom. Pessoas do meu meio, que me conheciam. Foi muito difícil. (...) [Foi] por doação. A maior doadora fui eu. Vendi meu carro, era o que eu tinha. Fui procurar orientação jurídica e disseram: 'Você pode doar até x%'. Aí, eu vendi meu carro e peguei o dinheiro do carro, arrumei parte do dinheiro desse carro e botei na minha campanha. Porque, se eu fosse depender do apoio do partido, é uma grande balela essa história do fundo partidário. 'Ah, mas é porque 30% tem que ser para as mulheres'. Eu quero saber o que é que você faz numa campanha com 5 mil reais e duas tiradas de Santinho? Não havia, em Caruaru, o interesse que eu fosse eleita. Eu sou uma pessoa de esquerda, uma pessoa que tem conhecimento. Aí, quem prova do fruto do conhecimento será expulso do paraíso. E a Câmara de Vereadores não era o lugar pra mim. Mas, aí, eu consegui ser eleita pela vontade do povo. Mas a minha campanha já ditava o que seria o meu mandato de vereança. Foi muito difícil. Com um ano e meio de mandato, eu tive que acionar a Justiça por perseguição política." (Candidata 11 da Região Nordeste)

Olha, sinceramente, eu acho que eu não tenho, eu não tenho como falar disso. E a questão, para mim, ela é muito difícil de responder. Tipo, é uma coisa que os candidatos aqui do meu município recebeu 60 mil e a gente recebeu 2 mil e pouco, quase 3. É porque eu num descuido, digamos assim, eu fui levar um documento e eu consegui ver aquilo, então eu só posso te dizer que naquele momento foi bem desigual. Não foi uma coisa que teve uma prestação de contas ou alguma coisa assim, sei lá, sabe. (Candidata 06 da Região Norte)

Sobre os recursos utilizados nas campanhas eleitorais, as depoentes denunciam, ainda, as **compras de votos**, como afirma a Candidata 22 da Região Centro-Oeste *"Então, muitas mulheres não têm condições de fazer, de tocar a sua candidatura, porque pela forma como a política é feita... A gente sabe que, infelizmente, a compra de votos é muito presente, não é algo que nós, do partido, façamos, mas a gente sabe que outros partidos fazem e que atrapalha a eleição de muitas mulheres, principalmente mulheres."* (Candidata 22 – Região Centro-Oeste – Goiás). Outra depoente também cita a compra de votos no período eleitoral:

Valor que você fala é dinheiro? Então aí tem muita compra de votos? Ah, eu não conto porque a gente não pode provar. Você sabe o que acontece? Na última hora, de repente, você fala, você mostra em todo lugar e você tem um fulano que nunca trabalhou, que nunca mostrou, de repente, ganha... Ganha por quê? (Candidata 10 – Região Sudeste – Minas Gerais).

Sobre o financiamento, as depoentes também citam as entregas de recursos em prazo intempestivo e a ausência de apoio e informação acerca das responsabilidades em face dos recursos recebidos, *"o que resulta em ex-candidatas endividadas e, às vezes, inelegíveis, enquanto os partidos não se responsabilizam adequadamente por sua prestação de contas"* (Candidata 14 – Região Centro-Oeste – Mato Grosso). Além de todos esses desafios do período eleitoral, as depoentes relatam nas entrevistas **perseguições, disputas e boicotes dentro de seus próprios partidos**:

Sempre tem alguém pra te derrubar, dificuldades com colegas do próprio partido, inclusive, uma afilhada minha ganhou uma geladeira nas vésperas da votação, do adversário, como estratégia de campanha. (Candidata 02 – Região Nordeste – Sergipe).

Não que eu tinha alguma ilusão de que ia ser tudo bom e tudo lindo. Mas é um espaço de muita disputa e essas disputas, às vezes dentro dos próprios partidos de esquerda, são permeadas de violências também, né?! De violências políticas, de machismo, de racismo, porque isso estrutura o todo e acaba acontecendo no interior dos partidos políticos também. Então, assim, quando eu fui candidata a primeira vez, fui candidata majoritária, governadora. A primeira vez que eu já saí candidata, foi logo a governadora. E aí, assim, você vê que nessas disputas o partido como um todo não teve disposição de abraçar a campanha. Ah, porque é do grupo de A, porque é do grupo B, porque é do grupo C. Então, assim, há muita dificuldade de construir unidade mesmo, unidade nas pautas, nas lutas no interior dos partidos políticos. (Candidata 04 – Região Nordeste – Pernambuco).

[...] mas a estadual não deu muita força. A (...) o partido deu as costas pra ela, ela recebeu dinheiro, mas o partido não fez uma construção de base para ela. (Candidata 01 – Região Sudeste – São Paulo).

Eu fui excluída na convenção, da nominata de candidatos, na convenção do partido em 2020. Pra gente ir pra eleição, nós tínhamos 23 vagas na chapa, nós tínhamos vinte e uma (21) candidatas e candidatos pleiteando essas vagas. Portanto, a gente nem ia ter uma chapa completa. Pois, na convenção, eu fiz pré-campanha desde fevereiro daquele ano. Pré-campanha, organizei as mulheres do partido, fizemos *lives* temáticas, fizemos entrevistas, arrumei amigos jornalistas para fazer, o que hoje está aí conhecido como *podcasts*. Tudo ao vivo na rede do partido, na rede social do partido, uma graça assim. Bem legal mesmo. Então estava habilitadíssima acerca de pleitear e como não tinha a chapa completa [inaudível]. Pois o sujeito, o presidente, articulou com a direção e votaram contra o meu nome para compor a chapa. (Candidata 01 – Região Sul – Paraná).

A política ainda não é o espaço que nos acolhe. E, quando eu falo isso, eu estou falando tanto da Câmara Federal, por exemplo, quanto dos próprios espaços partidários. Eu acho que isso é uma coisa que a gente vem batalhando, batendo ali a cabeça, enfrentando e tentando transformar. Mas, enquanto uma mulher que teve um mandato, a violência política de gênero... ela é algo que nos atinge muito mais, porque não se trata apenas de um conflito de ideias, se trata de um ataque à vida. (Candidata 11 – Região Norte – Pará).

Então, eu sempre gostei de política, meu mestrado é em Ciência Política, ministrei várias disciplinas de Teoria da Democracia, de Política Moderna, sempre gostei de estudar e de analisar. Mas eu nunca tinha pensado em ser candidata, até porque eu... Eu não sei, eu não tinha... Aí, um irmão meu sentou comigo e disse (...) 'você deveria se candidatar'. Quando ele falou me deu aquela vontade. Aí a minha alegria durou pouco e porque eu caí em desgraça ao mesmo tempo. Porque, quando eu comuniquei à gestão, não foi fácil. Eu estava sem partido, disseram que eu teria que concorrer pelo partido da prefeita, apesar de ser um partido que eu sofri muito para me filiar (...). E, aí, tive que convencer o meu eleitorado que eu não era de direita e que era uma questão de conjuntura, que eu não ia deixar de ser a militante feminista que eu sempre fui, por conta de partido. E aí eu tive a prova, realmente, que o voto é na pessoa, porque eu fui a vereadora mais votada da história aqui de (...). A mulher mais bem votada (...). Mas ela não gostou. Quando eu disse a ela que eu queria ser

candidata, não estava nos planos dela, porque ela ia perder a secretaria de governo, que era dedicada, que dava resultados, que era advogada, que não precisava da procuradoria, porque, como sou professora há muitos anos, eu tenho uma inserção muito grande no fórum, vivia nas varas da fazenda, resolvendo os pepinos administrativos.

E, aí, ela me deu um banho de arroz frio. Disse, “Olha, em (...) não tem tradição de secretário ser vereador, você vai perder seu tempo.” E eu disse: ‘Não, mas eu quero’. Ela rebateu: ‘Você vai ter que se descompatibilizar da sua função seis meses antes. Vai ficar sem dinheiro, com duas filhas, divorciada’. Eu disse: ‘Não, mas não tem nada, não. Quem vem da periferia, da escola pública, é só sofrimento mesmo, eu já estou acostumada’ (...). E aí, eu enfrentei, já comecei a ver o fogo amigo. Infelizmente, sofri muito na minha campanha, não com os outros partidos, com o meu partido, na época, com o (*partido*). Eu me tornei pessoa não grata. Aqui em (...), é um Estado dividido, assim como muitas cidades e territórios. O meu voto é opinião. E foi muito difícil, a ausência de apoio do partido (...). Quando eu digo ‘apoio’, eu não tive assistência jurídica do meu partido. Se eu não fosse advogada, professora de Direito, que tinha um monte de amigos, juiz, promotor, procurador, desembargador. Eu tive que ter meus amigos para me darem assistência, porque eu sou advogada na área criminal e de criminologia. Direito penal, processo penal e criminologia. Eu não entendia bulhufas sobre regras da lei eleitoral, propaganda eleitoral. Então, eu fiquei abandonada, completamente. Imagina eu, que era uma professora de Direito, ex-secretária de governo. As outras mulheres que entraram se lascaram, todas elas. (Candidata 11 – Região Nordeste)

Quem é a corrente que tem mais força? Quem tem mais filiados. Aí, dependendo do interesse da corrente, tem corrente que vai dizer que: ‘não, essa questão das pautas identitárias (como são chamadas) é pra depois da revolução’. Já outras vão dizer: ‘não, é pra agora, para esse momento, mulheres negras já esperaram demais, mulheres feministas também, LGBT’s tem que estar...’. Então, assim, a gente pressiona, e aí a gente vai construindo em cima dessas pressões internas. (Candidata 03 – Região Nordeste – Ceará).

Os partidos políticos visam investir, na maioria das vezes – e conforme se aventou nas entrevistas –, em quem já tem mais chances de ganhar. *“Não é uma preterição entre mulheres, pessoas pretas, LGBT; o poder tende a ficar na mão de quem está mais perto, ou de quem já está lá. Essa oxigenação é mais lenta, entrada de gente nova é mais... problemas da sobrevivência do sistema; entra pelas cotas, ingênuas; não entendia como funciona o jogo”* (Candidata 18 – Região Sudeste – São Paulo). Ou seja: parece que as exclusões, boicotes e disputas citadas são, muitas vezes, vistas como algo natural, algo que faz parte da *“lógica dos partidos”*.

Entretanto, isso não desqualifica o fato de que se trata de manifestações de violências estruturais. A consequência desta realidade violenta, bem como de sua naturalização, é a constante mudança de partidos pelas mulheres. Elas narram: *“trocou de partido três vezes e diz [que] trocará novamente, por buscar um partido onde tenha maior acolhimento”* (Candidata 04 – Região Norte – Tocantins). A troca partidária traduz, nesse aspecto, a não acomodação, a tentativa de não se acostumar com padrões desiguais de tratamento dentro da instituição a que se pretende filiar. Como diz a Candidata 04 da Região Nordeste: *“a credibilidade do voto, o peso do voto acaba colocando a gente em um bom lugar”*.

Por fim, cabe apenas citar que algumas mulheres dizem que, em âmbito municipal, as diferenças com relação ao tratamento dado pelos partidos se acentuam. A Candidata 02 da Região Sul destaca: *“de maneira municipal nenhuma... Nenhuma ação efetiva de chamar mulheres, de trazer mulheres para a pauta junto, quase nada. O que a gente faz é um pouco independente, com o mandato mesmo, com a soberania da mulher aqui da Câmara, porque a gente tem algumas movimentações, mas com relação aos partidos é muito difícil”* (Candidata 02 – Região Sul – Paraná). Ou seja, para este projeto, além das variáveis já citadas neste relatório, percebe-se que há desafios particulares quanto à equidade de gênero no sistema político partidário em nível específico – municipal.

5.5. Cotas de gênero

A legislação e a jurisprudência que compõem o sistema eleitoral brasileiro determinam que haja, nas eleições, uma reserva de, no mínimo, 30 (trinta) por cento das candidaturas dos partidos ou coligações para cada sexo. Trata-se da denominada cota das nominatas ou, simplesmente, cotas eleitorais, e elas visam acelerar o processo de igualdade de gênero na política.

Pelos depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas neste projeto, verificou-se que as cotas são importante instrumento, que tem movimentado o ingresso das mulheres na política, trazendo consciência de que a participação feminina é fundamental para mudanças e avanços das decisões coletivas. O sistema de cotas de candidaturas femininas obrigou os partidos a considerarem de maneira mais efetiva o espaço da mulher na política.

Para muitas entrevistadas – e nesse sentido elas aprovam o sistema de cotas –, a partir do momento em que elas começaram a disputar espaço na cota das nominatas, ou receberam convites para comporem as chapas, elas perceberam que queriam e poderiam contribuir com a política brasileira. Sobre isso, temos que:

Tem mais um elemento interessante sobre a direção nacional do partido, a gente tem uma política de cotas... que, além da cota de gênero, que precisa ser cumprida: nós também temos cota racial. Então, nós, *partido*, hoje nós temos muitas pessoas negras e muitas mulheres na direção nacional e que não são só fruto da cota, mas que a cota foi importante pra que esse processo acontecesse. Porque eu entrei na direção nacional do *partido* em 2019, se não me engano, em 2018, faz um tempo já que eu entrei, mas quando eu entrei foi uma política de cotas, porque a gente precisava também garantir a presença de mulheres negras dentro da direção nacional do partido, no diretório, né?! Não na Executiva, hoje eu tô na Executiva. E aquele momento né?! De acessar esse espaço nacional, via cota, no diretório, me deu condição de uma melhor formação política, de um contato com a política nacional do partido, de construção de vínculo e de um processo mesmo de amadurecimento. [...] Vou ser sincera com você: só aumentou o número de mulheres por conta dos 30% que os partidos precisam ter de mulheres candidatas, porque, se não fosse isso, nós ainda teríamos o número mínimo, inexpressivo, de mulheres na política. (Candidata 22 – Região Sudeste – Minas Gerais.)

Nós avançamos muito na questão de leis que são... O que eu ia falar agora? São políticas afirmativas, né? Da garantia dos direitos das mulheres, da garantia dos financiamentos, da garantia das cotas. Mas ainda há uma questão muito social do

olhar preconceituoso que as pessoas têm da participação da mulher na política, né? Então, claro, a partir do momento que a gente tem as leis afirmativas, a gente garante que, pelo menos, essas mulheres consigam concorrer de uma maneira mais justa, de igual pra igual com os homens. Mas eu acredito que a gente ainda precisa caminhar um pouquinho mais na questão de garantia desses direitos, de garantia que as leis sejam realmente e efetivamente cumpridas, sabe? (Candidata 02 - Região Sul – Paraná.)

A fala da candidata acima – de que ainda é preciso “caminhar um pouquinho mais” com relação à garantia da participação feminina nas eleições – refere-se a uma constatação: para cumprir as cotas eleitorais para as mulheres, vê-se que os partidos, não raras vezes, ainda se utilizam de candidaturas fictícias para fecharem as chapas. Nesse sentido, observa-se que as mulheres entrevistadas – mesmo que aprovelem este sistema de ingresso – muitas vezes criticam a forma como as cotas das nominatas são aplicadas nos partidos.

Elas se referem ao comportamento de objetificação da mulher que tal aplicação, segundo elas, produziu. Algumas sentem que são apenas um número para o partido compor a chapa e que depois são abandonadas e excluídas. Essas candidatas reforçam que lhes parece mais um mecanismo de ajudar na campanha e na eleição dos homens do partido, o que já acontecia antes. Afirmam:

[...] a eleição era de papezinhos e fui eleita, mas me colocaram na educação municipal, como secretária, aí fiquei durante quatro anos na função (...). Eu acho que impactou, porque mostrou a vergonha que os partidos fazem. Enchem de mulher laranja lá[...] Não funcionou, honestamente, não funcionou. Não trouxe mulheres porretas pra disputar [...]. Isso não é um atrativo, sabe, para as mulheres; isso acaba só sendo uma dor de cabeça para os homens. (Candidata 07 – Região Sul – Paraná.)

[...] eu pouco conversei com o partido, porque o partido pouco conversou comigo, em relação a isso. Eles achavam que eu ia ser laranja, o que eles queriam era isso. Eu falei: eu não sou laranja! Eu sou candidata aqui como qualquer um homem aqui dentro. (Candidata 15 – Região Centro-Oeste – Goiás.)

[...] Credibilidade, financiamento, espaço nos programas de televisão, apoio e orientação política. Você vê uma assessoria, por exemplo, todo o processo eleitoral você não pode fazer sozinha. Geralmente as mulheres se colocam para serem candidatas: elas não vão ter a mesma equipe que os homens têm, a equipe de comunicação, a equipe... ah, enfim! Isso exige uma certa estrutura para que se chegue a um determinado lugar... E [exige] tempo, né? Eu acho que essa mudança, essa reforma política que teve, do processo eleitoral para se tornar 45 dias, esse apertinho de data, faz com que nós, mulheres, não consigamos pensar nisso antes, somada à sobrecarga de trabalho que a gente tem. [...] Então, essa questão do ‘preparar-se antes’, ‘o tempo pra ser o que quiser antes’ quem tem é o homem. O homem tem tempo porque ele tá livre do trabalho doméstico, ele tá livre de cobranças sociais que exijam muito dele, e aí acaba sobrando para nós, mulheres. Então eles têm mais tempo pra pensar estratégias políticas, [para] serem figuras públicas, porque ‘eles falam’... Eles não pensam se vão falar besteira. Nós, mulheres, pra pegar num microfone, Jesus... a gente pensa cinco vezes o que a gente vai falar e refaz a fala inúmeras vezes. A gente tá falando e tá refazendo o que está pensando com medo de errar, de falar alguma bobagem e ser criticada. (Candidata 01 – Região Nordeste – Ceará.)

[...] É notável o interesse maior de se trazer mais mulheres, chamar, fazer convite para as mulheres adentrarem somente por um relento ali que eles precisam cumprir uma cota. (Candidata 21 – Região Centro-Oeste – Goiás.)

Nessas questões de políticas de cotas de gênero, a gente só é um objeto lá, [um objeto] feminino. A gente não é uma mulher que tá lá para poder exercer o poder feminino, cê ‘tá entendendo’?! A gente só é um objeto feminino. É como se eles precisassem de 20 bonecos [...] aí: 17 Ken e 3 Barbie. Aí ‘se pega’ 3 Barbies aleatórias lá e põe. Você não pega uma Barbie que é representante, que tem poder de fala, que tem voz na sociedade, você tem que usar esses atributos das mulheres pra ela poder exercer o poder dela. (Candidata 11 – Região Centro-Oeste – Goiás.)

[...] nós conhecemos várias situações das famosas laranjas, e que simplesmente os partidos se organizam para que tenha candidatas, mas que essas candidatas não estão realmente disputando. (Candidata 22 – Região Centro-Oeste – Goiás.)

Em 2016, eu já sabia que eu tinha que me candidatar para ajudar o partido, esse ‘ajudar o partido’ é o sistema da reserva de cotas porque... para candidaturas né? O *partido* sempre trabalhava com essa ideia [...] ele querendo a mulher na política, representantes de minorias: as pessoas negras, LGBT, trabalhador rural [...] (Candidata 14 - Região Sudeste – Minas Gerais.)

Ainda é preciso avançar em relação às cotas e o principal ponto é que os partidos iniciem a cumpri-la de forma efetiva, bem como se responsabilizem pela campanha eleitoral das mulheres que comporão a chapa. A Candidata 22 da Região Sudeste afirma que, apesar da entrada na chapa por cotas, as mulheres do partido e as candidatas podem se unir e se fortalecerem para que sejam eleitas e que haja mais mandatos femininos. Ela diz “...o que a gente mais vê são mulheres que entram na disputa para poder ocupar e completar os 30%. Poucas mulheres preparadas para concorrer ao cargo. Então, eu diria para elas que se nós não seguirmos, se nós não fizermos uma campanha em favor do voto feminino, né, então a gente não vai caminhar muito” (Candidata 22 – Região Sudeste – Minas Gerais). E outra, no mesmo sentido, afirma:

Eu acho que fica um pouco a desejar ainda. Eu acho que tinha que ter mais diálogo, tinha que ter mais respaldo sabe?! Jurídico, respaldo jurídico. Tinha que ter mais rodas de conversa para falar sobre política. Para essas mulheres virem participar[...]. Então eu acho assim que o partido tem que dar mais estrutura pras mulheres. Olhar com um olhar assim diferenciado”(...) “50%, eu acho que tinha que ser 50% de “muierada” [...] A sugestão um minha, uma cota. Não tem cota pra tudo? Coloca uma cota lá. Porque tem a cota de porcentagem pra mulher ter que participar. Mas dela ser eleita? Ah, uma cota de 1% que vai ser para mulher, não interessa se ela teve 20 votos, é essa mulher que vai entrar lá. Sabe?! Daí eu acho que ia incentivar mais mulheres participar. E elas não vai ter 20 votos, elas vão ter muito voto[...] Pra começar porque não pode assustar os “homi” também. A gente vai comendo sempre pelas beirada. (Candidata 12 – Região Sul – Paraná.)

Ou seja, o conselho e o convite são para que todas as mulheres se movimentem a partir do sistema de cotas eleitorais, não apenas as que estão como candidatas. A promoção da igualdade

de gênero é responsabilidade de todas as pessoas. Uma candidata afirma que *“Olha, o grande desafio, na verdade, se faz na primeira eleição. A primeira é mais difícil, né? O desafio é maior, porque até então, os homens, eles não têm aquela credibilidade na gente. E a partir do momento em que a gente entra, e se postula ali, colocando a sua ideologia, colocando, reivindicando os direitos, aí a gente acaba passando a ser respeitada”* (Candidata 20 – Região Centro-Oeste - Goiás). Ou seja, após a diplomação e os votos recebidos, contribui-se com a credibilidade das mulheres na política.

É interessante citar que uma das mulheres entrevistadas traz a sua admiração pelo sistema da Argentina, afirmando que

talvez a experiência [com] que mais me identifique seja na Argentina. Na Argentina, a participação das mulheres não é só numérica, como em termos de potência e representação, é muito grande. E a Argentina, com todas as crises que ela está enfrentando, eu acho que a Argentina é um país onde a política perpassa as vidas cotidianas das pessoas. Tive lá algumas vezes, dialogo muito com as feministas argentinas, eu vejo na Argentina no ano de exemplo. (Candidata 09 – Região Sudeste – Rio de Janeiro.)

Não restam dúvidas de que não se busca apenas uma maior quantidade de mulheres na política e nem basta que elas entrem e ali permaneçam sem grandes preocupações com o sistema político e com as políticas públicas. Mas os depoimentos colhidos indicam que as cotas fazem parte de uma etapa do processo que visa chegar nesse lugar de participação política efetiva. Como dizem algumas das depoentes,

Mais recentemente é que essas candidaturas laranjas passaram a ser punidas. Não as candidaturas em si, mas os partidos que estabelecem as candidaturas laranjas, que são essas mulheres que vão para fechar a cota de 30%. Mas a discussão sobre a não incorporação das mulheres na política dentro dos partidos e, portanto, candidatas depois, é que nos levou a dessas condições. (Candidata 04 – Região Sul – Santa Catarina.)

Os principais desafios, (...), primeiro é chegar a candidatura, até mesmo com a cota, a gente viu aí ao longo dos anos que se trabalha muito, os próprios partidos são dirigidos na maioria por homens, se trabalha muito a inserção da mulher, como candidata e filiar, mas só na época da política, para cumprir cotas, do que, de fato, o homem incentivar as mulheres. (...) Mas, é uma coisa que eu sei que é gradativa, e assim, um dos inibidores é a negação masculina, a maioria dos que conheço, quando a gente convida para entrar na política, o próprio homem dá para atrás com as mulheres, ‘não, vai mexer com isso não’ “. (...) quando teve as cotas dos partidos, começaram lá atrás, com mulheres figurativas, eu acho, foi melhorando até por exigência. (Candidata 15 – Região Sudeste – Minas Gerais.)

Veja, a gente consegue mapear aquela legislação eleitoral que definiu 30% de candidatura de mulheres. Eu vejo que foi um bom caminho pois, de certa forma, obrigou os homens a trazerem as mulheres mais pra perto. Mas, mesmo assim, nós sabemos que tem a questão das candidatas laranjas e toda essa que são fruto dessas disputas. (Candidata 09 – Região Sudeste – Rio de Janeiro.)

As cotas são o início de um caminho que está avançando cada vez mais, fundando-se no princípio da equidade de gênero na política.

5.6. Judicialização da Violência Política de Gênero

A judicialização da violência política de gênero é algo novo. Ainda que essa seja uma forma de violência que ocorre há anos, a lei que tipifica este crime só veio à tona em 2021 (Lei 14.192/21). Nas eleições de 2020 já existiam denúncias ao judiciário, às delegacias e ao Ministério Público, vindas de mulheres que buscavam se proteger juridicamente contra a violência política de gênero, mas que não contavam com uma legislação específica referente à questão. O fato é que as denúncias – tanto naquela época como atualmente, após a Lei 14.192/ 21, que criminaliza a violência política de gênero – vêm acontecendo aos poucos.

Isso decorre, muitas vezes, do medo e dos receios das mulheres ao denunciarem e da avaliação, por parte de muitas delas, de que há impunidade dos agentes políticos que cometem violência política contra a mulher. Todavia, algumas (poucas) mulheres dizem que se utilizam desse instrumento contando com seu efeito pedagógico, ou como forma de se impor e se “blindar”:

Quando eu entrei como vereadora, era mais difícil ainda. Aí eu passei por uma situação de VPG [violência política de gênero] a qual eu tive coragem, denunciei e graças a Deus a gente conseguiu ganhar a favor do meu caso. Aí eu percebi, assim, que eles me respeitaram mais; principalmente, a oposição. (...) Eu percebi, assim, que os outros ficaram com medo. Eles ficam meio com o pé atrás comigo. Tipo assim, ‘ah, vamos respeitar porque senão ela pode denunciar a gente’. (Candidata 11 – Região Sul – Paraná.)

Aí eu comecei a botar as pessoas na justiça, processei duas pessoas por ameaça, processei um blog por crime contra a honra, porque, como ela é muito querida (a presidente estadual do partido), no momento em que a gente rompeu, e que eu botei o partido na justiça, ela era presidente do partido estadual. Juntei as provas, eu, criminalista, porque sou, provas materiais, prova testemunhal, TRE, consegui um advogado no Recife, indicado pelo deputado, e foi um ano e meio de luta na justiça, e no mês de abril, agora, do ano 2023, eu ganhei por unanimidade, foi um feito. Foi uma mulher a relatora do meu processo, então, o primeiro processo com perseguição política, e ainda no final, ela encaminhou um ofício para o Ministério Público, pra apurar a violência política de gênero, que é uma lei nova, que já existe. (...) Tenho dois processos ainda de ameaça em aberto. Um já teve acordo, o outro ainda não. Criaram perfis falsos pra me detratar, pra expor minha imagem, e isso é muito cruel! Mas aí o que foi que freou os *haters* foi o fato de eu processar. (...) Então, hoje eu freio muita coisa por conta de processo na justiça, boto mesmo, não quero nem saber, processo por difamação, por injúria... Se me caluniar, vou processar por calúnia. E sou candidata contra a vontade da minha família, minha mãe adoeceu, então a família passou por um processo de adoecimento muito grande; minha irmã, professora da Universidade Federal, é uma cientista política, doutora, é uma pessoa extremamente culta e está adoecida por conta da política, porque ela tem medo que eu seja assassinada e minha mãe também, minha mãe tem 89 anos. (Candidata 11 – Região Nordeste – Pernambuco.)

[Eu] era uma candidata que, basicamente, nem dinheiro tinha para nada, a gente simplesmente decidiu, e aí a gente começou a trabalhar, e aí receber na época certa... Começou a ter as uniões compartilhadas, e aí começam, realmente, começam a ver a potência do nosso nome, a força, aí começaram os ataques. Inicialmente, os

ataques eram horrorosos, eles aconteciam nas redes sociais, então, havia post que eu colocava, post com a matriz africana, que eu visitei alguns terreiros e chegava lá para conversar com os filhos de santo, com a zeladora da casa, quando era umbanda, ou a mãe de santo, quando era o candomblé. Então, fazíamos registro, fazíamos foto, gravávamos uns vídeos... Aí começavam os ataques. Até hoje, eu me lembro, que uma foto muito linda, nossa, eu, o candidato a prefeito, a mãe de santo e os filhos de santo, fizemos uma foto e nós postamos, na época do *Facebook* ainda, que o *Instagram* não era tão grande quanto é hoje, mas a gente postou no *Facebook*. Eu recebi com esse *post*, na época, [...] numa foto apenas, eu recebi quase 300 ataques, xingamento, de *post*, de falar mal da matriz africana, mas, basicamente, os ataques eram para a minha pessoa, certo? (Candidata 14 – Região Centro-Oeste – Mato Grosso.)

Sim, nós denunciávamos os grupos que vinham, que se identificavam... A delegacia estava cheia de denúncias, [...] eu tremia. Ela [outra candidata] falou, 'mas eu já tive também', porque eu fiz live com outras candidatas e lá também aconteceu a mesma coisa. Então, eu estou mandando esses casos todos para o delegado de crimes virtuais de (...). E eu já estou acionando a Comissão de Direitos Humanos aqui de Brasília. Nós todas fomos e abriu algumas denúncias. Então, a orientação, em nível nacional, foi: registra em BO, registrem e manifestem o desejo de processar essas pessoas. E a gente acabou fazendo. (Candidata 14 – Região Centro-Oeste – Mato Grosso.)

Sobre o processo de judicialização que se inicia com o recebimento da denúncia, duas depoentes disseram que não houve avanço:

Nessa ocasião, foi uma das situações que nós tivemos ameaça de morte e muitos, muitos ataques, os vários ataques nas redes sociais, até na Câmara Municipal de forma presencial. Enfim, nessa situação nós tivemos várias, a questão de processo por ameaça, ofensa, alguns foram só boletins de ocorrência, alguns nós estamos movendo o processo... Processos efetivamente foram poucos, mas foram arquivados sem ganho de causa, mas boletim de ocorrência já fizemos mais de uma dezena. (Candidata 08 – Centro-Oeste – Mato Grosso.)

Depois da lei de violência política de gênero, a gente teve esse agora que foi considerado que não era violência política de gênero, que não foi aberto por nós, foi pela Câmara Federal, então, foi a própria Comissão de Mulheres da Câmara Federal, e aí foi considerado que não era violência política de gênero, foi para a Câmara revisora, a Câmara revisora fez volta e disse para investigar melhor porque tinham claros sinais de violência política de gênero, mas esse ainda não tem decisão. (Candidata 08 – Centro-Oeste – Mato Grosso.)

Conforme explicitam, acima, as depoentes, as denúncias são feitas e arquivadas – ou, ainda, não há decisões.

5.7 Participação Feminina na Política: Estratégias para Equidade, Representatividade e Sustentabilidade.

Uma compreensão perpassa os depoimentos das entrevistadas: a de que o aumento de mulheres nos espaços de decisão e de poder impacta, diretamente, a elaboração de políticas que visem reestruturar as dinâmicas da sociedade. As candidatas ponderam que tal compreensão constitui a motivação que elas têm para persistirem diante dos desafios encontrados ao ingressar na política.

Neste sentido, observamos que a percepção da importância das mulheres na política atravessa todas as regiões brasileiras. Ao sintetizar o que pensam as candidatas, identificamos nove elementos centrais que constituem a percepção das entrevistadas sobre a relevância das mulheres na arena política: segundo as depoentes, a presença feminina na política atua na (1) *promoção da diversidade e da democracia*; na promoção de (2) *mudanças estruturais na sociedade*; em prol da (3) *representatividade* e da ampliação das (4) *vozes femininas na política*; em defesa do (5) *empoderamento, da liderança e da inovação em políticas públicas*; no (6) *combate a estereótipos e na desconstrução de estruturas patriarcais*, bem como no *reconhecimento da capacidade das mulheres*; na (7) *educação e promoção da igualdade racial*; no (8) *combate à violência de gênero*; e, por fim, na promoção da *saúde e do bem-estar das mulheres*, com vistas também à *sustentabilidade e aos direitos ambientais*.

Vamos a cada um desses achados, a partir das falas das entrevistadas.

O conceito *Diversidade e Democracia* aparece em um número significativo nos depoimentos. Elas consideram que a inclusão de mulheres – e de pessoas de diferentes origens étnicas, raciais, socioeconômicas e orientações sexuais – na política fortalece a representatividade do governo, promove a equidade e garante que todas as vozes sejam ouvidas no processo decisório.

A gente precisa ter esse lugar na política. Uma política sem mulheres não é uma política democrática, não é uma política que eu entendo que possa nos fazer avançar. E, em especial, também vendo outros países, vendo a diferença de outros países em relação ao percentual de mulheres na política, que a gente vê como [é] o Brasil. (Candidata 09 – Região Sudeste – Rio de Janeiro.)

Um exemplo desta percepção é encontrado nas lembranças narradas pela depoente 04 (Região Nordeste, Pernambuco):

Olha, tem uma frase que é... Eu lembro que eu ouvi uma vez de [...], né, que era da [...], maravilhosa, depois saiu, acabou virando secretária de cultura, lá no Pará. Mas [...], ela me falou uma frase, lá atrás, há muitos anos, que eu lembro que me impactou bem, que [...] ela disse assim: 'olha, com mais mulheres na política, há mais políticas públicas para as mulheres. Pra nós, pra nossas mães, irmãs, filhas, enfim, comprovadamente, com mais mulheres na política, há mais políticas públicas'. Então, acho que não é só essa questão de que, "ah, todo mundo fala de algum lugar", esse conceito que às vezes é meio distorcido da Djamilia, né? Não é que: "ah, eu sou mulher e só eu posso falar desse lugar"! Não! Você fala de um lugar diferente. Mas, o que é que eu sinto, né, que essa fala em primeira pessoa, ela muda [...]. A gente também

implementa um projeto de que, em vaga de emprego, tem uma reserva de vagas ... tanto pra população LGBT, como pra mulheres em situação de vulnerabilidade e violência, né? Porque a gente sabe que a violência econômica perpassa [a vida delas] e ela faz com que essa mulher fique numa relação que seja violenta e abusiva. Então, de alguma maneira, a minha atuação, enquanto advogada e militante do movimento feminista, traz isso para os meus projetos de lei. Então, assim, com mais mulheres na política, há mais políticas para as mulheres... E eu não tenho a menor dúvida disso. (Candidata 04 – Região Nordeste – Pernambuco.)

É notável entre as entrevistadas que a importância da mulher na política se faz no processo de garantir uma democracia real, diversa, polifônica e plural. É evidente, para elas, que uma sociedade que se apresenta como democrática, e não consegue garantir tais características, não constitui uma democracia plena.

Não é importância... É que não existe democracia sem mulheres! Hoje... Esses dias... o presidente Lula foi questionado por uma fala... Esses dias não, tem um tempo já... Que foi assim que ele foi eleito, [ele disse] que democracia é relativo... E ele foi muito questionado por essa fala. Mas, de fato, democracia é relativa na medida que não existe democracia plena, em um país em que mais da metade da população é composta por mulheres e a gente é menos de 15% do parlamento... Não existe democracia plena [em um país] em que mais da metade da população é composta por pessoas pretas e pardas, e as pessoas pretas e pardas são a maioria esmagadora dos presídios, a maioria esmagadora das mortes violentas, e a minoria nos espaços de poder, como é que pode? (Candidata 01 – Região Centro-Oeste – Goiás.)

Sem contar que nós vivemos em uma sociedade plural e diversa, e se a gente não tiver representando todas as pluralidades e diversidades, a gente vai estar legislando em causas próprias, basicamente. Então, a presença da mulher na política é essencial. Hoje, não se faz política sem a presença das mulheres (Candidata 02 – Região Sul – Paraná.)

Como mencionado anteriormente, a *promoção de mudanças estruturais na sociedade* compõe uma das principais bases que traz relevância no que diz respeito à participação das mulheres na política. O conceito é enfatizado nas falas. Nelas, observa-se que as questões sistêmicas que perpetuam desigualdades e injustiças são frutos da estagnação dos agentes políticos. As depoentes defendem que a importância das mulheres na política se dá pelo comprometimento de romper com o *establishment*. Isso inclui reformas políticas, econômicas e sociais que visam redistribuir o poder, os recursos e as oportunidades de forma mais equitativa, promovendo assim uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável para todas as pessoas.

Então, eu entendo que as mulheres realmente impactam a política. Quando nós temos mulheres... A Angela Davis falava isso, não é? "Quando as mulheres ocupam a política, em especial quando as mulheres negras ocupam a política, essa política se transforma". E, se nosso objetivo é mudar o mundo, como identificou mulher de esquerda ou mulher socialista, eu quero mudar essa realidade, eu quero construir um mundo diferente. É necessário que a gente esteja fazendo essas disputas e sendo ouvidas, tendo representatividade (Candidata 09 – Região Sudeste – Rio de Janeiro.)

E aí nós estamos falando de uma estrutura de país que é feita por herdeiros, para herdeiros, e eles movimentam essa estrutura visando manter todos os espaços. Eu não estou falando só de mandato, eu estou falando de judiciário, eu estou falando do agronegócio, eu estou falando de quem banca o mandato, é tudo herdeiro! [...] Governador é herdeiro, vice-governador é herdeiro, presidente é herdeiro... os principais nomes na disputa da prefeitura de Goiânia, inclusive de esquerda, são herdeiros, eu amo a [...]. A [...] é minha amiga, minha amiga, a gente faz muita coisa junto, mas o pai dela foi prefeito. Você vê que as mulheres que estão na política, a maioria delas, que são poucas, conseguem chegar porque são herdeiras. Então, quando você me pergunta qual a importância da participação de mulheres na política, fundamentalmente é reestruturar a democracia, fundamentalmente, [...]. E aí democracia não é um valor abstrato, a democracia é aquilo que nos permite que a nossa vida, em algum momento, seja prioridade, porque assim como o poder tem a cara de um homem branco, a miséria tem a cara de uma mãe negra, periférica, com seus filhos no colo... A feminilização da pobreza é um fenômeno global, das 33 milhões de pessoas que estavam passando fome em 2022, mais de 70% delas estão em famílias chefiadas por mulheres. Nós somos as primeiras a ser cortadas das empresas (Candidata 01 -Região Centro-Oeste – Goiás.)

A preocupação com a *representatividade*, ou com a noção de que é necessário ampliar as *vozes femininas na política*, também apareceu nos depoimentos. As depoentes abordaram os temas tendo como diretriz a noção de representatividade. Para elas, a presença ativa das mulheres se faz fundamental para garantir que as suas demandas e das minorias sejam ouvidas, tendo suas necessidades consideradas nas decisões governamentais.

Mas a gente sabe que a correlação de forças, toda a lógica da política, que é um espaço de muita disputa, todas as opressões, essas minorias – embora nós mulheres sejamos maioria [em termos numéricos] – essas minorias sociais sofrem das disputas partidárias, nesse sentido, a gente vê exatamente o contrário. As mulheres e as minorias sociais, no geral, estão sub representadas na política. E a importância específica de ter mulheres é que, na hora de legislar, esses parlamentares estão legislando sobre nós, mulheres. (Candidata 09 - Região Sudeste – Rio de Janeiro.)

[...] Isso é um ponto objetivo mesmo, assim, a gente poder olhar para os projetos, ver a atuação dessas mulheres, como [isso] fortalece o parlamento feminista, as nossas atuações, as nossas pautas, as nossas lutas... mas simbolicamente também... Assim: eu sempre falo em fotografia do poder, né? Quando a gente olha pra fotografia da política no Brasil, seja no executivo ou no legislativo, municipal, estadual ou federal, a fotografia é meio uniforme, né? São de homens de ternos brancos, mais velhos, né? Quando tem homens mais novos, eles são filhos ou netos ou irmãos desses mais velhos que já passaram por ali antes. Então, eu sempre falo isso, assim, numa campanha, quando o povo pega o meu papel, muita gente olha, eu tenho um tipo muito comum, e diz, “eita (...)”, o nome (...) aproxima, né? Então, assim, diz, “eita, [e dizem o nome da candidata], você parece com a minha irmã”, “você é a mesminha da minha mãe”, “parece com a minha vizinha”, “parece com uma amiga”... E aí eu sempre pego esse ‘parecer com do fenótipo físico’ e digo: “olha pra fotografia do poder, quem tá lá se parece com a tua mãe, com a tua vizinha, com a tua tia, com a tua sobrinha, e por que não se parece?” Se nós somos a maioria da população, o povo brasileiro, com cara de povo brasileiro, a maioria das mulheres, a maioria da população negra, formada por pretos e partos, porque 25% da população tem algum tipo de deficiência, por que as pessoas com deficiência não estão no parlamento? Quantas pessoas – quantitativamente a população LGBTQIAPN+ só cresce –, então, assim, por que esse lugar, que é a casa do povo, não tem a cara do povo? (Candidata 04, Região Nordeste, Pernambuco.)

É interessante ressaltar que o aumento do volume de mulheres na política não apenas reflete a diversidade da sociedade, mas também traz perspectivas únicas. Expressões como “visão da mulher”, “visão de mundo diferenciada”, “visão mais humana”, “visão mais empática” e “visão atrelada ao cuidado e à maternidade” são comuns entre as entrevistadas para explicar qual a relevância das mulheres na política.

Então, a participação das mulheres na política, pra mim, ela muda o olhar, ela muda a visão. Então, se você olha a atuação das mulheres nas Casas Legislativas, então elas são proponentes de muitos projetos, de enfrentamento à violência, de promoção de igualdade, de reserva de vaga. Então, ela traz a sua atuação, a sua vida, pro Parlamento. (Candidata 04, Região Nordeste, Pernambuco.)

A mudança de visão, a mudança de estrutura, a mudança de pautas, o olhar diferenciado que a gente vê no ponto em que a política mudou depois que a mulher começou a participar efetivamente dela. A gente percebe que pautas que sempre existiram, mas sempre foram negligenciadas e invisibilizadas, vieram à luz por conta da participação das mulheres. (Candidata 02 – Região Sul – Paraná.)

As políticas públicas, assim como qualquer ambiente de decisão, carecem de um olhar mais apurado, que nós, automaticamente, já exercemos. A mulher não é tão objetiva quanto o homem, não é tão racional, característica que Deus nos deu, mas soma no sentido de ter mais sensibilidade, sermos mais ponderadas, sermos mais dificilmente corruptíveis. (Candidata 10 – Região Sul – Paraná.)

As entrevistadas defendem que a representatividade feminina contribui para que se alcancem questões importantes, como igualdade de gênero, direitos reprodutivos, políticas públicas que não seriam consideradas sem o envolvimento direto de uma mulher, além de políticas públicas voltadas para mulheres e minorias. Isso pode ser ilustrado no trecho das entrevistas a seguir:

[...] então, assim, veja, isso faz diferença, precisei engravidar, precisar da licença, descobrir que ela não era regulamentada, apesar de prevista, para ter que incidir legalmente sobre isso. Isso vai fazer impacto na minha vida e das que vão vir depois de mim... Então, as mulheres fazem diferença, e muita, nos parlamentos. (Candidata 04 – Região Nordeste – Pernambuco.)

O *empoderamento feminino*, a *liderança* e a *inovação em políticas públicas* também são centrais nas falas das entrevistadas quanto à relevância das mulheres na política. Para elas, as parlamentares podem atuar em papéis de liderança, e podem ser percebidas por sua capacidade de promover inovação e eficácia das políticas públicas, ao incorporarem perspectivas diversas e soluções criativas para os desafios sociais. É observado, ainda, que mulheres seriam avessas à corrupção. Dessa sorte, as mulheres entrevistadas consideram que a ampliação das mulheres na política tem importância centrada no *desafio de combater estereótipos* e na *desconstrução de estruturas patriarcais*, bem como no *reconhecimento da Capacidade das Mulheres*.

Para as depoentes, a candidatura real de mulheres, e a ocupação dos espaços de poder e de decisão por parlamentares comprometidas com a mudança do *status quo*, são cruciais para ampliar

o reconhecimento e valorização da capacidade das mulheres na política. Isso envolve superar preconceitos arraigados que limitam o acesso das mulheres a posições de poder, promovendo a igualdade de oportunidades e reconhecendo suas competências e habilidades para liderar e influenciar mudanças sociais.

A educação e a promoção da igualdade racial ocupam a centralidade de 15% das respostas quanto à importância das mulheres na política. As entrevistadas consideram que a educação desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade racial. Logo, de acordo com elas, se a ampliação de mulheres em cargos eletivos for atravessada por marcadores de raça e de etnia, haverá a ampliação das oportunidades de acesso ao conhecimento e a recursos para todos os grupos étnicos. Além disso, elas acreditam que o enfrentamento ao racismo e a criação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial visam eliminar disparidades históricas e estruturais existentes na política brasileira há muitos anos. Confiam que mais mulheres na política e, especialmente, mais mulheres negras, vão garantir que estas pautas integrem a agenda política.

Uma outra pauta defendida pelas entrevistadas está centrada no *combate à violência de gênero*. Algumas depoentes (com mandato) observaram que, em sua trajetória política, contribuíram para a implementação de políticas e programas que visam prevenir a violência, proteger as vítimas e responsabilizar os agressores. Isso inclui campanhas de conscientização, educação sobre consentimento e sobre relacionamentos saudáveis, bem como o fortalecimento das leis e dos sistemas de apoio às vítimas.

Então, uma luta que eu trago fora, assim que eu chego, eu venho de uma militância no enfrentamento à violência contra a mulher. Então, eu, como várias companheiras, tenho vários projetos nesse sentido, e atuo junto a movimento de moradia. Então, a gente entendeu a importância de que as mulheres tivessem prioridade pra que os imóveis de moradia popular fossem colocados em nome da mulher. Porque, em caso de violência, quando o agressor sai da casa, a casa está em nome da mulher. Também, eu tenho um projeto que prioriza vaga em escola e creche para as mulheres vítimas de violência. Quando elas mudam o endereço, elas têm prioridade na matrícula escolar dos seus filhos. (Candidata 04 – Região Nordeste – Pernambuco.)

Neste sentido, elas compreendem que parte da importância das mulheres na política refere-se ao enfrentamento à violência de gênero em todas as suas formas e estratégias de ação.

Mulheres ricas e pobres sofrem violência. Mulheres pretas e brancas sofrem violência. Mulheres lésbicas e mulheres negras sofrem violência. É óbvio que o grau dessa violência vai ser pior, mas todas as mulheres sofrem violência. Então, acho que esse é o processo que fortalece quando as mulheres entram na política. Elas movimentam a política e elas fazem com que a estrutura da política evolua. (Candidata 08 – Região Nordeste – Bahia.)

A saúde e o bem-estar das mulheres e a sustentabilidade e os direitos ambientais, apesar de mais sutilmente, também ocupam os debates das entrevistadas quando perguntadas sobre a importância das mulheres na política. As falas delas abordam o acesso à agenda parlamentar no

que diz respeito ao direito das mulheres à saúde e ao bem-estar. Observa-se que há pautas que são direcionadas ao corpo das mulheres e que são negligenciadas ou manipuladas por homens que ocupam os espaços de decisão. Sobre essas pautas, muitas vezes, legisla-se sem ao menos uma mulher para dar um parecer de quem *realmente* vivencia tais questões na pele. Isso inclui o acesso equitativo a cuidados de saúde de qualidade, incluindo saúde reprodutiva, bem como políticas que abordem as necessidades específicas das mulheres e mães, como cuidado pré-natal, contracepção e saúde mental.

Em especial, por exemplo, a pauta do aborto, sempre não me sentia representada por ver o parlamento, da forma como ele atuava. E, ainda que nós tivéssemos valorosos parlamentares de esquerda, por mesmo nos representando, aquilo não era suficiente para mim. E a gente via mesmo os partidos de esquerda, que muitos homens, ao ver o feminismo crescer, procuravam buscar e contratar assessoras para defender as nossas pautas, mas eu achava aquilo extremamente artificial. (Candidata 09 – Região Sudeste – Rio de Janeiro.)

A sustentabilidade e os direitos ambientais são questões interconectadas com o bem-estar da humanidade e com o futuro do planeta. Eles aparecem em algumas falas que envolvem a preocupação com a implementação de políticas que protejam o meio ambiente, promovam o uso sustentável dos recursos naturais e abordem as mudanças climáticas, garantindo que todas as comunidades tenham acesso a um ambiente saudável e seguro para viver. Apenas uma das depoentes trouxe o tema como um diferencial significativo no que diz respeito à importância das mulheres na política.

Em síntese, a partir da análise dos depoimentos das entrevistadas, podemos afirmar que a participação ativa das mulheres na esfera política é compreendida por elas como uma estratégia que tem papel central na promoção da equidade e da representatividade nas estruturas governamentais. Com a inclusão de vozes femininas, o debate político é enriquecido, contribuindo para uma tomada de decisão mais abrangente e legítima. Além disso, a presença das mulheres na política desafia preconceitos relativos aos estereótipos de gênero, enfraquecendo os sistemas de dominação masculina, reforçando o reconhecimento da competência e da capacidade das mulheres como lideranças políticas.

Tal presença política se mostra, ainda, essencial para impulsionar mudanças estruturais na sociedade, abordando questões como a promoção da igualdade racial, o combate à violência de gênero e a defesa dos direitos e bem-estar das mulheres. Ademais, a presença de mulheres na política fomenta a inovação em políticas públicas, o que resulta em uma governança mais eficaz e responsável, com benefícios tangíveis para toda a sociedade. De modo tímido, aparece a ligação entre as mulheres na política e sua significância na promoção da sustentabilidade e dos direitos ambientais, apesar da integralidade da atuação das mulheres no conjunto de temas que tornam indispensável sua participação para e na elaboração de políticas públicas.

7. Recomendações técnicas

Tendo em vista que esse estudo privilegiou a escuta das mulheres, não trataremos aqui de nenhum modelo de política pública ou de boas práticas. Antes, apresentaremos a perspectiva dessas mulheres que vivenciaram e vivenciam os processos políticos nas diversas regiões do Brasil, nas capitais e nos interiores, em diferentes partidos, sobre quais ações precisam ser pensadas e implementadas para que haja, de fato, uma maior representatividade feminina nos parlamentos. Da análise detalhada das 80 entrevistas, elencamos as principais demandas das candidatas e mandatárias:

- **Acesso à in(formação) e educação política**

As entrevistadas enfatizam a necessidade da educação e formação para a política em contexto amplo, desde a educação básica para crianças e jovens, passando pela sociedade civil em geral, até a formação política voltada para as mulheres que desejam concorrer a cargos públicos eletivos. Ao longo de suas falas, elas apontam diversas ações e modos de promover esses processos formativos, tais como:

a) educação política aplicada ao ensino básico; as crianças deveriam ser educadas para a atuação em sociedade, sendo aproximadas do processo eleitoral;

b) campanhas de conscientização e educação para informar a população feminina sobre seus direitos políticos e destacar sua importância na esfera política;

c) campanhas para promover a conscientização e a educação sobre questões de gênero, violência e discriminação, tanto entre o público em geral quanto entre profissionais da mídia e líderes políticos;

d) programas de mentoria e redes de apoio entre mulheres políticas experientes e novatas, visando fornecer orientação, suporte e oportunidades para as candidatas;

e) formação política comunitária para alcançar mulheres periféricas, ampliando o acesso ao debate e formação política;

f) obrigatoriedade da formação política para mulheres dentro dos partidos de forma continuada, visando uma compreensão das complexidades da legislação eleitoral, financiamento de campanha, prestação de contas, organização de campanha, para que as mulheres possam participar plenamente do processo político e de forma competitiva.

g) obrigatoriedade de formação para que os homens não cometam violência de gênero e/ou não sejam reincidentes.

O acesso à educação política pela sociedade e a formação e preparação das candidatas – para a disputa eleitoral e para o exercício de um mandato – são fundamentais na perspectiva das depoentes, para que haja, de um lado, uma mudança cultural acerca da percepção do lugar das mulheres na estrutura social e, de outro, maior inserção das mulheres na política.

Tal prerrogativa seria responsabilidade de um conjunto de instituições governamentais e não governamentais, desde escolas de ensino básico, universidades, partidos políticos, organizações suprapartidárias, dentre outros. As mulheres entrevistadas dizem que, em geral, não há formação continuada para elas dentro dos partidos; e que as informações não são acessíveis e chegam, muitas vezes, perto dos processos eleitorais, quando não há mais tempo para se organizar. Segundo elas, é preciso elaborar estratégias consistentes para a promoção da educação com foco na formação política:

É muito importante a educação, ensinar sobre política, falar para as nossas crianças sobre a política, falar sobre política para as nossas mulheres, mostrar para as nossas mulheres a importância de estar lá, de fazer leis, de fazer as leis serem cumpridas, de respeitar nosso trabalho como um trabalho tão importante como o dos homens. Porque eles acham que só os homens que sabem fazer. A gente precisa de colocar políticas para as crianças jovens e as meninas, para que as meninas possam conhecer mais sobre política e querer estar lá na política. (Candidata 08 – Região Centro-Oeste – Goiás.)

Passo de novo pelo lugar de responsabilidade das instituições. Vou começar pelo TRE. Essas campanhas educativas, o incentivo, o esclarecimento, aí vem depois para os partidos e organizações, como coloquei, o RENOVA, a importância de se trabalhar o ano inteiro, não só agora, bombardear todo mundo com uma série de coisas. Eu acho que essas campanhas têm que ser trabalhadas no decorrer, no passar dos anos, trazendo histórias reais de mulheres que realmente estão fazendo a diferença. E aqui eu estou falando sobre o político, mas ele valeria para qualquer área de atuação, mostrando que não é o fato de sermos mulheres que nos limita a exercer a plena cidadania. É como eu disse, se tivesse uma formação permanente de mulheres com parceria com universidades, associações, eu acho que a mulher viria para o campo da política partidária muito mais preparada, consciente dos dados, da realidade, da sua real chance de competição, e não de última hora ali, no susto, para cumprir cota. Eu acho que essa formação permanente seria um papel fundamental que os partidos deveriam exercer, inclusive em parceria com o TRE, universidade e outras instituições. (Candidata 10 – Região Sul – Paraná.)

Oferecer programas de capacitação e formação política específicos para mulheres interessadas em ingressar na política, visando desenvolver suas habilidades de liderança, comunicação e gestão de campanhas. Além disso, é necessário incentivar uma cultura política que valorize a diversidade e o respeito mútuo, combatendo discursos e comportamentos discriminatórios e incentivando o respeito à igualdade de gênero em todos os aspectos da vida política. É importante que essas ações sejam implementadas de forma integrada e contínua, envolvendo diferentes atores da sociedade, incluindo governo, partidos políticos, organizações da sociedade civil e a própria população. (Candidata 17 – Região Centro-Oeste – Goiás.)

Então, a minha maior vontade é capacitar toda essa mulherada para participar da política. Porque eu acredito que o conhecimento liberta todas as pessoas. E, quando a gente consegue debater e mostrar que nós entendemos, a gente consegue até elevar o nível das discussões. Então, a partir do momento que a gente consegue preparar essas mulheres, a gente consegue ver, a cores, os preconceitos que foram criados ao nosso redor, né? [...] Olha, a gente fala muito sobre a garantia das cotas, sobre a garantia do financiamento das campanhas, sobre a lei da violência política de gênero, que coíbe as ações violentas contra as mulheres. Mas, enquanto a gente

não preparar as bases, enquanto a gente não conseguir dar uma formação política para as mulheres, é muito difícil a tomada da decisão de você participar de uma campanha que sempre foi veiculada de maneira violenta, né? [...] Eu acredito que a maneira mais efetiva de a gente conseguir trazer mais mulheres é uma formação política, no caso. (Candidata 02 – Região Sul – Paraná.)

- **Mudanças na cota de gênero**

Outra estratégia pensada pelas entrevistadas para o fortalecimento da participação das mulheres na política diz respeito às reiteradas proposições de mudanças na cota de gênero. Entre elas destacam-se: a) aumento do percentual da cota de gênero, garantindo 50% das candidaturas para cada gênero; b) e criação de uma cota de cadeira em todas as casas legislativas do país, visando garantir uma presença mínima de mulheres nos espaços de poder. Ao refletirem sobre a lei de cotas, disseram que ela exige que hajam candidatas, mas não que sejam eleitas. Segundo elas, isso deve ser mudado, conforme se destaca nas falas a seguir:

Quanto mais direitos as mulheres tiverem, mais as mulheres vão estar participando, elas vão ser menos oprimidas pelas estruturas de poder. Mas eu entendo que é necessária uma mudança legislativa para garantir [isso] – como em outros países acontece essa proporcionalidade, essa paridade de gênero no sentido de: ‘homens vão ter que abrir mão dos seus espaços de poder nesse sentido’, senão a gente não muda tão cedo essa realidade. (Candidata 09, Região Sudeste – Rio de Janeiro.)

[...] Eu acredito que a cota de gênero, ela está errada, no sentido que ela está posta no Brasil. Você obriga os partidos a ter, no mínimo, 30% de cota de gênero. E o que nós temos visto, infelizmente, é um defeito na Lei, porque você tenta garantir 30% da lista, mas você não consegue garantir efetivamente a eleição dessas mulheres. E o que aconteceu no movimento é que aumentou a quantidade de candidaturas laranjas. Com essa inovação da justiça de caçar chapas, eu acho que isso é fundamental também, aumentar a punição para quem faz o uso de candidaturas laranjas. Mas, para mim, eu entendo que nós não deveríamos ter cota de gênero em candidaturas, acho que nós deveríamos ter a cota nas cadeiras. Então, você garantir as cadeiras para as mulheres, que comece com 15% ou 20%... E vai aumentar ao longo dos anos. Essa questão na cota. Então, você deixaria de ter cotas para candidaturas, você passaria a ter cotas nas cadeiras. (Candidata 16 – Região Centro - Oeste – Goiás.)

Incipientes [as cotas], como os números já demonstram. Primeiro que antes a gente não tinha um efetivo de participação no processo eleitoral, com a cota, isso entre aspas, já trouxe um reflexo positivo que mais mulheres vêm para a concorrência. Mas a efetividade ainda não se dá, e aí eu pergunto, também para a cota ser coerente: se nós somos 50% da população, então teria que ter 50% de possibilidades, concorda comigo? Então, só daí você já coloca a mulher no lugar de subalternidade. Se há uma representação nacional e estadual, ela deveria ser proporcional para as cadeiras, não só para concorrer, mas para as cadeiras. Quando nós tivermos essa proporcionalidade, aí sim nós vamos ver a efetivação da política de cota na prática. (Candidata 10 – Região Sul – Paraná.)

Então, assim, eles são obrigados a colocar a gente lá, e algumas podem ser laranjas, mas, entre essas laranjas, tem as que chegam de verdade, e que não seriam nem candidatas se não fosse a lei de cotas. A lei de cotas é importantíssima, temos que avançar para as cotas nas cadeiras, vamos trabalhar para isso, temos que aprimorar. (Candidata 01 – Região Centro-Oeste – Goiás.)

- **Garantia da presença de mulheres em cargos deliberativos**

Arelada à defesa da mudança nas cotas, as mulheres argumentaram a favor da garantia de assentos nos lugares de decisão, como cargos de liderança dentro dos partidos políticos e das instituições governamentais. As candidatas e mandatárias entrevistadas acreditam que a presença de mulheres nas direções dos partidos, por exemplo, faz toda a diferença, tornando o ambiente inclusivo e acessível para que elas participem ativamente da vida política.

Eu acredito que a melhor maneira de ter essa mudança de pensamento dentro do próprio partido é quando mulheres assumem posições de poder mesmo, de tomar decisões. A gente vê a executiva nacional... é presidida por uma mulher, mas isso não reflete nos estados e municípios. Então, quando não existe essa proximidade no diretório institucional, estadual e municipal, você perde ao longo do caminho, não é respeitada essa hierarquia. Então, é muito bonito falar sobre o partido ser presidido por uma mulher a nível nacional, mas, quando isso não reflete lá na ponta, como nas vereadoras, esse apoio não funciona. Então, acredito que tem que ser feita uma movimentação mesmo... E tem que colocar mulheres ocupando esses espaços dentro dos partidos para mudar a visão que os partidos têm das mulheres. (Candidata 02 – Região Sul – Paraná.)

Não existe nenhuma legislação acerca disso, mas por exemplo: e se o diretório do partido for composto por oito pessoas em que, pelo menos, 30% seja composto por mulheres? Porque garantiria a tomada de decisão de quem vai sair como pré-candidato, a montagem das chapas, as distribuições de recursos de fundo eleitoral, etc. (Candidata 11 – Região Sudeste – Minas Gerais.)

Obrigatoriedade de 50% de mulheres no diretório, executivo e presidência dos partidos [...]seria trazer a igualdade de gênero, obrigatoriamente, pro partido. (Candidata 03 – Região Sul - Santa Catarina.)

Só dando espaço de poder para as mulheres dentro do partido. Não existe outra forma. Não existe promessa, nem acordo, não existe isso. Existe espaço de poder, com poder de decisão da mulher. Se isso não acontecer, não vamos avançar nesse espectro. (Candidata 07 – Região Sul – Paraná.)

- **Melhor e maior destinação de recursos para candidaturas femininas e fiscalização**

No conjunto das entrevistas, ressalta-se a importância de uma melhor e maior destinação de recursos para as candidaturas femininas, como forma de garantir que as mulheres tenham condições igualitárias de competir nas eleições. Logo, o financiamento de campanhas de mulheres (com o devido recorte de raça) faz-se importante, tendo em vista que as mulheres já partem em desvantagem em vários aspectos (tempo, visibilidade, reconhecimento da sociedade). Assim, a ampliação e a garantia do financiamento para as campanhas de mulheres – acompanhadas de fiscalização rigorosa e punição para os casos de descumprimento das previsões legais – são

fundamentais, na concepção das entrevistadas, para que elas possam alcançar mais visibilidade, entrando em espaços que não são comumente alcançados por mulheres.

- **Efetivação dos direitos já positivados por meio de medidas intrapartidárias**

As entrevistadas demandam também a implementação de políticas internas nos partidos que garantam a efetividade dos direitos já acordados em lei, o que pode incluir protocolos de segurança, ouvidorias para denúncias de casos de violência política, acesso a recursos financeiros, atenção e condições para a permanência das mulheres e orientação política, jurídica e financeira.

A gente não precisa ir tão longe... se a gente conseguisse fazer com que o que a gente tem funcionasse, as coisas já estariam muito melhores. Só nessa conversa, nós falamos sobre várias situações que estão no papel, mas não estão na prática. Por exemplo, a cota de gênero nos partidos, onde muitas mulheres ainda são utilizadas como candidaturas laranjas; a efetividade dos recursos prioritários para candidaturas femininas e candidaturas femininas negras; [esses] foram dois exemplos, só que nós citamos aqui, [...] que mostram assim: se funcionasse, na prática, o que nós já temos, nós já iríamos avançar muito mais, sabe? Às vezes, a gente pensa muito no 'criar novas coisas', mas, às vezes, se o que a gente tem funcionasse, as coisas já estariam em um outro nível, já teriam tido avanços muito maiores e significativos. (Candidata 11 – Região Sudeste – Minas Gerais.)

Bom, acho que a gente ainda vai chegar lá no ideal quando as cotas forem traduzidas em verdadeiro apoio, financiamento e abertura de espaço e de fala, né? Porque, enquanto for uma cota, em alguns partidos, elas não são reais, essas cotas são apenas fachadas, não vão fazer grande efeito. (Candidata 04 – Região Sudeste - Rio de Janeiro.)

- **Denúncia e punição para casos de violência política contra mulheres**

Outra medida apontada pelas candidatas consiste no combate da violência política de gênero, com penalidades que forneçam lições exemplares em relação aos posicionamentos machistas e misóginos que depreciam e violentam as imagens e, até mesmo, os corpos das mulheres que atuam no espaço político. Nesse sentido, há a proposição de uma ouvidoria eleitoral para denúncias anônimas. As penalidades, advertem as interlocutoras, devem vir do Poder Judiciário – que precisa agir com mais firmeza quanto à violência de gênero.

Os homens têm que começar a ser punidos pelo que fazem. E os partidos também. Pelas falas misóginas, pelas condutas, pelas posturas. Porque, se o cara faz e não dá em nada, ele vai ser deputado por cem anos, ele vai ser vereador por dez mandatos. (Candidata 06 – Região Nordeste – Rio Grande do Norte.)

Ultimamente, eu ando muito legalista, sabe? Até tenho que ir num padre, num pastor, num terreiro, num pai de santo para tirar essa verve de direito penal que anda na minha cabeça, sim. Claro que não é, eu não estou falando de prender as pessoas, mas eu acho que, se a gente não tiver uma resposta nessa seara, de realmente res-

ponsabilizar os sujeitos, de atribuir algumas penalidades que sejam realmente custosas à vida desse sujeito, que sejam penalidades até financeiras, com multas, que sejam significativas, desencorajadoras, de se manter naquele comportamento... [Se a gente não fizer isso], a gente vai ficar meio assim... e como é que faz? Vamos conversar? Primeiro que eu não acredito que essas pessoas, que já estejam com o ódio da nossa presença na política, que elas estejam dispostas a *conversar*. (Candidata 12 – Centro-Oeste – Goiás.)

Eu acho que faltam canais de escuta dessas mulheres que são candidatas. Só uma mulher candidata sabe o que ela passa. Mas ela não precisa ter canais de muito, precisa de uma ouvidoria eleitoral, [de] algo que pudesse ser sigiloso também... incentivar essas mulheres a denunciarem as violências. (Candidata 09 – Região Sudeste – Rio de Janeiro.)

- **Outras ações**

- Incentivo ao fortalecimento mútuo e à solidariedade entre mulheres. Ao unirem forças e apoiarem umas às outras, as candidatas e mandatárias podem enfrentar os obstáculos impostos pela violência política, criando um ambiente mais inclusivo na esfera política e na sociedade como um todo. *“Nenhuma caminhada de mulher pode ser individual, todas têm que ser construção coletiva”* (Candidata 11 – Região Norte – Pará);

- Escuta ativa das mulheres (e incentivo às candidaturas de mulheres que representem pautas que atingem a todas);

- Destinação de parte do programa eleitoral gratuito para programas com mulheres;

- Atenção à saúde mental, pois há um significativo adoecimento das mulheres na política, derivado das violências sofridas e observadas, podendo levar ao afastamento das mulheres dos espaços de decisão;

- Criação de espaços dentro dos partidos para oportunizar a participação das mulheres que são mães e que não contam com rede de apoio para o cuidado com as crianças.

8. Referências bibliográficas

- ARENDRT, Hannah. Da Violência. In: *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BEAUVOIR, Simone de. *Segundo Sexo*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BENHABIB, Seyla. "Situando o Self – Gênero, comunidade e pós-modernismo na ética contemporânea". Brasília: Editora UnB, 2021
- GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e política. In: CARDOSO, Ruth (org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. v. 4. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 25-62.
- FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. "Entrando na arena? gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo". *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 8, p. 129-163, 2012.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. "Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados". *Dados*, v. 58, n. 3, p. 721-747, 2015.
- NERI, Marcelo. "Mapa da Nova Pobreza". *FGV Social*, Rio de Janeiro, 2022.
- WERNECK, Jurema. "Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo". In.: *Revista da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores (as) e Negros (as))*. Curitiba, v. 1, n. 1 – mar.-jun. 2010. Brasília, Editora UnB, 2021.

Comissão de
Defesa dos Direitos da Mulher

